

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO

FACES

JOURNAL

<https://revista.fumec.br/index.php/facesp>

*Publicação Trimestral da Faculdade
de Ciências Empresariais*



Belo Horizonte - MG
FACES R. Adm. • Belo Horizonte
v.25 • n.1 • Jan./Mar. • 2026

FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUMEC

Presidente: Profa. Dra. Renata de Sousa da Silva Tolentino

REITOR

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Prof. Dr. Cid Gonçalves Filho

DIRETOR GERAL DA FACE - FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

Prof. Dr. Air Rabelo

EDITOR

Prof. Frederico Leocádio Ferreira – Editor Geral

CONTATO PRINCIPAL

Frederico Leocádio Ferreira

Professor Doutor

Universidade FUMEC

Rua Cobre, 200 - 1º andar - Bairro Cruzeiro

30310-190 - Belo Horizonte - MG

E-mail: frederico.ferreira@fumec.br

CONSELHO EDITORIAL TÉCNICO-CIENTÍFICO NACIONAL

Edson Luiz Riccio, FEA/USP

Antonio Balloni, CENPRA/MICT

Oscar Dalfovo, Universidade Regional de Blumenau

Marília Damiani Costa, UFSC

Ricardo Teixeira Veiga, CEPEAD/UFMG

Antônio Artur de Souza, CEPEAD/UFMG

Eduardo André Teixeira Ayrosa, EBAP/FGV/RJ

Sérgio Carvalho Benício de Melo, PPGA/UFPE

Sergio Henrique A. C. Forte, UNIFOR - CE

Rodrigo Bandeira de Melo, Univale/SC

Jorge Ferreira da Silva, IAG/PUC-RJ

Sérgio Bulgacov, CEPAD/UFPR

CONSELHO EDITORIAL TÉCNICO-CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Thomas Brashear, UMASS

Luc Quoniam, Université du Sud Toulon-Var

David Bruce, Institute of International Business

Jürgen Müller, Berlin School of Economics

César Archuby, Universidad de La Plata

Armando Malheiro, Universidade do Porto

Gustavo Guzzman, Griffith University

Suzana Braga Rodrigues, Erasmus University Rotterdam

CONSULTORES EXTERNOS

Sylvana Maria Brandao, UFPE

Tereza Souza, Universidade Potiguar

Milena Rodrigues, Toledo Araçatuba

Rolf Hermann Erdmann, Universidade Federal de Santa Catarina

Carlos Alberto Costa, Universidade de Caxias do Sul

Ralph Santos Silva, UNIP

Maria Emilia Camargo, Universidade de Caxias do Sul

Luiz Alberto Nascimento Campos Filho, Faculdades Ibmecc RJ, Brasil

Camila Juvencio Dias, UniToledo - Araçatuba-SP

Mauro Neves Garcia, Universidade Municipal de SCS

Antonio Carlos Giuliani, Universidade Metodista de Piracicaba

Heloisa Guimarães Peixoto Nogueira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

André Gustavo Carvalho Machado, Universidade Federal da Paraíba

Denise Del Prá Netto Machado, Universidade Regional de Blumenau

Maria Augusta Soares Machado, IBMECC-RJ, Brasil

Frederico Poley Marins Ferreira, Fundação João Pinheiro

Arsênio Firmino Novaes Netto, Universidade Metodista de Piracicaba
Pelayo Munhoz Olea, Universidade de Caxias do Sul
José Arimatés Oliveira, UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mauro Sudano Ribeiro, Faculdades Pedro Leopoldo
Sandra Maria Santos, Universidade Federal do Ceará
Valeria Rueda Elias Spers, Universidade Metodista de Piracicaba
Priscilla Ferreira da Fonseca, Newton Paiva
Eduardo Damião da Silva, PUCPR
Roberto Marcos da Silva Montezano, Faculdades Ibmecc RJ, Brasil

PROJETO GRÁFICO(REDESIGN) E EDITORAÇÃO:

Therusa Santana / Tecnologia da Informação

Revista de Administração FACES Journal / Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Empresariais. - v. 25, n. 1 (jan./mar. 2026) - . - Belo Horizonte : Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Empresariais, 2000 - .

v. : il.

Trimestral

ISSN 1984-6975 (online)

1. Administração. 2. Negócios. I. Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais.

CDU: 658

Periodicidade: trimestral

Data de início da circulação: 1º semestre 2000

Versão virtual integral: <http://revista.fumec.br/index.php/facesp>

Indexação:

CAPES – Portal Periódicos

DOAJ - Directory of Open Access Journals

EBSCO - Host

E-Revistas - La Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas

Españolas y Latinoamericanas

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ISI Web of Knowledge

Latindex - Sistema regional de información en línea para revistas científicas

de América Latina, el Caribe, España y Portugal

PKP - Public Knowledge Project

REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Sumários.org

Endereço para Correspondência: FACE - FUMEC / Revista Faces
Rua Cobre, 200 - Cruzeiro - 30310-190 - Belo Horizonte / MG
www.fumec.br/publicacoes/revistas-faces@fumec.br

INTRODUÇÃO

A Revista de Administração FACES Journal, há 23 anos, é uma publicação da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte, da Fundação Mineira de Educação e Cultura que, com mais de 50 anos de existência, consolida-se como uma instituição de ensino, atingindo sua maturidade e o reconhecimento de seu trabalho. Com um quadro docente de alto nível, a Universidade FUMEC dedica-se a atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

A instituição, sem fins lucrativos, fundada por um grupo de professores que buscavam criar novas alternativas de formação acadêmica, é dotada de completa infraestrutura: salas amplas, espaços multimeios, apoio de informática, laboratórios nas diversas áreas, auditórios, anfiteatro e três bibliotecas com acervo de mais de 90 mil volumes.

MISSÃO DA UNIVERSIDADE FUMEC

A Universidade FUMEC, em atendimento às suas funções de ensino, pesquisa e extensão e com fundamento nos princípios e fins da educação nacional, tem por missão: formar cidadãos conscientes de sua responsabilidade social, portadores dos valores de justiça e ética, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção nos diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

MISSÃO DA REVISTA FACES

Fomentar a produção e a disseminação do conhecimento em Administração de Empresas, contribuindo para o desenvolvimento e o progresso do país e da sociedade.

FOCO DA REVISTA FACES

A Revista de Administração FACES Journal tem como foco e escopo publicar artigos no campo da Administração e áreas afins com uma contribuição teórica e gerencial. A intenção é publicar artigos decorrentes de pesquisas robustas, que resultem em avanço do conhecimento, com argumentos que destaquem a relevância e importância do estudo, com alto grau de ineditismo e que apresentem o estado da arte do fenômeno estudado.

TIPOS DE ARTIGOS VEICULADOS NA FACES

Desenvolvimento teórico: sustentados por ampla e aprofundada pesquisa bibliográfica com propostas de novos modelos e interpretações para fenômenos relevantes no campo da Administração de Empresas e áreas afins.

Trabalhos empíricos: direcionados mais para a prática do administrador. Os artigos baseiam-se em pesquisas metodologicamente bem fundamentadas, podem apresentar hipóteses que compreendem as teorias e suas variáveis, os resultados que comprovam (ou não) a teoria.

A revista não aceita artigos bibliométricos, ensaio teórico.

TEMAS E LINHAS EDITORIAIS

- Comportamento Organizacional
- Contabilidade
- Empreendedorismo
- Ensino e Pesquisa em Administração
- Estratégia em Organizações
- Finanças
- Gestão da Informação
- Gestão de Operações e Logística
- Estudos Organizacionais
- Gestão de Pessoas
- Gestão Internacional
- Gestão Pública e Governança
- Inovação e Tecnologia
- Marketing
- Organizações
- Relações de Trabalho
- Teoria das Organizações

Prezados Pesquisadores, Acadêmicos, Dirigentes e Comunidade Empresarial

A Revista FACES inicia, com este número, o Volume 25 (2026), reafirmando seu compromisso com a difusão de conhecimento científico relevante, plural e conectado aos desafios contemporâneos da gestão, das organizações e das políticas públicas. Nesta edição, reunimos contribuições que dialogam com contextos de crise, inovação, desenvolvimento regional e inclusão social, evidenciando a complexidade dos fenômenos organizacionais em múltiplas escalas de análise.

Abrindo a edição, o primeiro artigo investiga a sustentabilidade financeira de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) durante a pandemia da Covid-19, destacando o papel das redes de apoio próximas, especialmente familiares e de amizade. Os achados evidenciam que o suporte emocional se mostrou um fator relevante para a resiliência organizacional, ainda que a sustentabilidade financeira das empresas tenha se apresentado fragilizada no período. O estudo contribui ao enfatizar a importância das dimensões sociais e relacionais na sobrevivência organizacional em contextos de crise sistêmica.

Na sequência, o segundo artigo analisa a trajetória do investimento público em inovação no Brasil, a partir das operações de crédito direto da Finep entre 2004 e 2024, com especial atenção ao papel do estado de Minas Gerais. Os resultados revelam padrões de concentração regional, setorial e empresarial, além de volatilidade na alocação de recursos, oferecendo importantes reflexões sobre o papel do Estado na estruturação de sistemas regionais de inovação e no fomento ao desenvolvimento tecnológico.

O terceiro artigo volta-se aos ecossistemas de inovação, investigando seu papel no fortalecimento da capacidade transacional de startups no norte do Rio Grande do Sul. A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo evidencia que, embora tais ecossistemas promovam credibilidade e facilitem conexões iniciais, ainda enfrentam desafios na construção de relações mais profundas e na ampliação de oportunidades de negócios. Ao integrar a teoria dos custos de transação à análise de ecossistemas, o trabalho amplia a compreensão sobre as dinâmicas relacionais e institucionais que moldam as interações econômicas.

O quarto artigo propõe uma reflexão crítica sobre as transformações no projeto de desenvolvimento da cidade de Florianópolis, especialmente na transição do paradigma de cidade turística para cidade criativa. Com base na Teoria Política do Discurso, os autores evidenciam processos de rearticulação política que, embora tenham reposicionado o discurso dominante, não incorporaram de forma substantiva as demandas históricas dos atores do campo cultural, revelando tensões e limites desse modelo de desenvolvimento.

Encerrando a edição, o quinto artigo aborda as políticas públicas de saúde voltadas a mulheres com transtorno por uso de substâncias psicoativas, evidenciando barreiras estruturais e subjetivas que dificultam a adesão ao tratamento. A pesquisa destaca o silenciamento das demandas específicas das mulheres e aponta para a necessidade de políticas mais sensíveis às dimensões de gênero e subjetividade, contribuindo para o aprimoramento das práticas no campo da saúde pública.

Em conjunto, os artigos desta edição evidenciam a centralidade das relações — sejam elas sociais, institucionais ou políticas — na configuração de respostas organizacionais e sociais frente a contextos de incerteza e transformação. Ao articular temas como resiliência empresarial, políticas de inovação, ecossistemas empreendedores, desenvolvimento urbano e inclusão em saúde, este número reforça o papel da pesquisa científica na construção de análises críticas e proposições orientadas à prática.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Os trabalhos que compõem este número são:

FAMÍLIA E AMIGOS IMPORTAM? UM ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DURANTE A CRISE DA COVID-19

Leandro Augusto Toigo; Daniela Cristina de Andrade; Jessica Damian Luiz Martins; Delci Grapégia Dal Vesco

IMPACTOS REGIONAIS E SETORIAIS DO CRÉDITO DIRETO DA FINEP NO FOMENTO À INOVAÇÃO

Joyce da Cruz Teixeira; João Francisco Sarno Carvalho; Ester Carneiro do Couto Santos; Paula Lopes de Oliveira Maia; Wesley Rodrigues Bergue

EXPLORING INNOVATION AND TRANSACTION CAPACITY IN THE NORTHERN RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

Carlos Daniel Rotini; Mariana Da Luz Ferreira; Leila Dal Moro; Marcia Rodrigues Capellari; Giana Mores

DE PARAÍSO TURÍSTICO À CIDADE CRIATIVA: A SUPRESSÃO DE DEMANDAS DOS ATORES DO CAMPO DA CULTURA NO PROCESSO DE REARTICULAÇÃO DO PROJETO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO DE FLORIANÓPOLIS

Fernando Nichterwitz Scherer; Alice Hübner Franz; Eloise Livramento Dellagnelo

MULHERES ADICTAS: SUBJETIVIDADE E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Mariana Aparecida Euflausino dos Santos Vieira; Sara Picheth Rockenbach

Prof. Dr. Frederico Leocádio Ferreira
Editor-chefe da Revista de Administração FACES Journal - Universidade FUMEC

8 FAMÍLIA E AMIGOS IMPORTAM? UM ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DURANTE A CRISE DA COVID-19

LEANDRO AUGUSTO TOIGO, DANIELA CRISTINA DE ANDRADE, JESSICA DAMIAN LUIZ MARTINS, DELCI GRAPÉGIA DAL VESCO

Este estudo analisa a influência do apoio de amigos e familiares na sustentabilidade financeira de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), durante a covid-19. A pesquisa utilizou um delineamento descritivo e quantitativo, por meio de levantamento tipo survey aplicado a 40 empresas na região oeste do Paraná. O questionário abordou sustentabilidade financeira, apoio familiar e apoio de amigos, sendo os dados analisados com técnicas de estatística descritiva e análise fatorial. Os resultados indicaram que o apoio emocional, especialmente de familiares, foi oportuno à resiliência financeira, enquanto o apoio financeiro foi menos prevalente, sobretudo no caso dos amigos. A sustentabilidade financeira das empresas foi avaliada como desfavorável em comparação aos concorrentes. A pesquisa destaca a pertinência das redes de apoio próximas para a resiliência de MPMEs em crises, contribuindo para a literatura sobre pequenas e médias empresas e sugerindo estratégias para fortalecer a sustentabilidade financeira em contextos de adversidade econômicas. Como contribuição teórica, analisa-se a influência das relações sociais dos familiares e amigos na sustentabilidade financeira das MPMEs em períodos de crises sistêmicas para essas organizações. A contribuição prática está na análise de estratégias empreendedoras que as MPMEs podem estabelecer para superar possíveis crises futuras, mantendo sua sustentabilidade financeira e perenidade.

25 IMPACTOS REGIONAIS E SETORIAIS DO CRÉDITO DIRETO DA FINEP NO FOMENTO À INOVAÇÃO

JOYCE DA CRUZ TEIXEIRA, JOÃO FRANCISCO SARNO CARVALHO, ESTER CARNEIRO DO COUTO SANTOS, PAULA LOPES DE OLIVEIRA MAIA, WESLEY RODRIGUES BERGUE

Qual o caminho do investimento público para fomentar a inovação no Brasil através da Finep, utilizando do crédito direto, nos anos de 2004 a 2024 e como o estado de Minas Gerais se mostra relevante quando comparado ao resto do país dentro das análises? Este trabalho examina a trajetória das liberações de crédito direto da Finep no período, identificando o peso relativo de Minas Gerais e os padrões de alocação regional e setorial dos recursos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, com base em dados secundários extraídos de relatórios oficiais da Finep. Foram empregadas análise estatística descritiva e análise de conteúdo, complementadas por técnicas de mineração de texto e aprendizado de máquina com uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA). Os resultados indicam volatilidade nas liberações e concentração regional, empresarial e setorial, além de desigualdades internas em Minas Gerais. A análise contribui para compreender o papel do Estado na estruturação do Sistema Regional de Inovação (SRI) e oferece subsídios para o aprimoramento da gestão de políticas públicas de inovação e para estratégias empresariais mais eficazes de captação de crédito.

49 EXPLORING INNOVATION AND TRANSACTION CAPACITY IN THE NORTHERN RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

CARLOS DANIEL ROTINI, MARIANA DA LUZ FERREIRA, LEILA DAL MORO, MARCIA RODRIGUES CAPELLARI, GIANA MORES

This study investigates the role of regional innovation ecosystems in enhancing startups' transaction capacity, specifically in the context of Northern Rio Grande do Sul, Brazil. Specifically, it explores the underlying processes employed to mitigate uncertainty, formalize agreements, and streamline negotiations among regional stakeholders. Adopting an exploratory-qualitative framework, the research draws on semi-structured interviews with founders from ten startups affiliated with two prominent regional innovation hubs. The findings reveal that while the ecosystem bolsters credibility and facilitates customer referrals, it faces challenges in fostering deep-seated connectivity, thereby limiting visibility into broader business opportunities. Furthermore, while the ecosystem nurtures a customer-centric orientation, its direct influence on deepening client relationships remains peripheral. By integrating transaction cost theory with innovation ecosystem literature through thematic content analysis, this study advances the theoretical understanding of how relational and institutional arrangements configure transactional dynamics. Theoretically, it extends the construct of transactional capacity to the

ecosystem level, highlighting inherent asymmetries in how these environments mediate commercial interactions. Practically, the study offers strategic insights for ecosystem managers and policymakers, pinpointing coordination gaps and systemic hurdles that must be addressed to enhance stakeholder integration and economic development.

75 DE PARAÍSO TURÍSTICO À CIDADE CRIATIVA: A SUPRESSÃO DE DEMANDAS DOS ATORES DO CAMPO DA CULTURA NO PROCESSO DE REARTICULAÇÃO DO PROJETO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO DE FLORIANÓPOLIS

FERNANDO NICTERWITZ SCHERER, ALICE HÜBNER FRANZ, ELOISE LIVRAMENTO DELLAGNELO

Este trabalho propõe uma análise das recentes transformações no projeto de desenvolvimento da cidade de Florianópolis (SC) e de suas relações com demandas históricas de atores do campo da cultura. Alicerçada explicitamente na centralidade da expansão da atividade turística entre as décadas de 1970 e 2010, a estratégia passou a orientar-se pelo conceito de cidade criativa nos últimos anos. Tomando elementos teórico-conceituais da Teoria Política do Discurso, a ênfase deste estudo recaiu sobre os processos de articulação que permearam tais transformações. A pesquisa tem caráter qualitativo, documental e baseada em observação participante, fundamentando-se na coleta de dados primários e secundários. Os resultados apontam que o projeto de cidade criativa logrou uma rearticulação política, isolando ou absorvendo algumas demandas e reivindicações de atores que se contrapunham ao discurso de cidade turística. Não obstante, a despeito do suposto papel da cultura na concepção dominante de economia criativa, o projeto hegemônico de Florianópolis como cidade criativa não articulou as principais demandas dos atores do campo cultural.

95 MULHERES ADICTAS: SUBJETIVIDADE E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIANA APARECIDA EUFLAUSINO DOS SANTOS VIEIRA, SARA PICHETH ROCKENBACH

Esta pesquisa teve como objetivo (re)conhecer demandas de atenção às mulheres com transtorno por uso de substâncias (TUS) psicoativas, à luz dos aportes teóricos da subjetividade e da transversalidade de gênero nas políticas públicas de saúde (PNAD, PAIUAD e PNAISM). Como método, utilizou-se da abordagem qualitativa, com perspectiva interpretativa. O estudo foi desenvolvido nos serviços CAPS AD e em uma Comunidade Terapêutica no município de Maringá-PR. Foram realizadas entrevistas com profissionais da rede de saúde e mulheres em tratamento em uma Comunidade Terapêutica. Os dados foram analisados por meio da análise de narrativa em um processo interativo indutivo. Os resultados identificaram barreiras ao tratamento relacionadas a aspectos interpessoais — como relações sociais e familiares — e intrapessoais, como o distanciamento da relação mãe-filho nas Comunidades Terapêuticas, mesmo sendo essa relação potencializadora de ressignificação do sentido da vida. Estas barreiras dificultam a adesão ao tratamento, agravando o contexto. Tais resultados contribuem ao: a) alertar sobre fragilidades no tratamento de mulheres com TUS; b) evidenciar o silenciamento das necessidades dos corpos femininos nas políticas públicas; c) lançar olhares sobre novas possibilidades de estruturação de políticas públicas à saúde da mulher, considerando a subjetividade.

FAMÍLIA E AMIGOS IMPORTAM? UM ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DURANTE A CRISE DA COVID-19

DO FAMILY AND FRIENDS MATTER? A STUDY ON THE FINANCIAL SUSTAINABILITY OF MICRO, SMALL AND MEDIUM ENTERPRISES DURING THE COVID-19 CRISIS

LEANDRO AUGUSTO TOIGO

leandro.toigo@unioeste.br
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/
Professor
<https://orcid.org/0000-0001-6198-8751>

DANIELA CRISTINA DE ANDRADE

daniela.andrade@unioeste.br
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
<https://orcid.org/0009-0007-0891-3348>

JESSICA DAMIAN LUIZ MARTINS

jessica.lui@unioeste.br
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
<https://orcid.org/0009-0001-2323-9052>

DELCI GRAPÉGIA DAL VESCO

delci.vesco@unioeste.br
Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-0818-3142>

R E S U M O

Este estudo analisa a influência do apoio de amigos e familiares na sustentabilidade financeira de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), durante a covid-19. A pesquisa utilizou um delineamento descritivo e quantitativo, por meio de levantamento tipo *survey* aplicado a 40 empresas na região oeste do Paraná. O questionário abordou sustentabilidade financeira, apoio familiar e apoio de amigos, sendo os dados analisados com técnicas de estatística descritiva e análise fatorial. Os resultados indicaram que o apoio emocional, especialmente de familiares, foi oportuno à resiliência financeira, enquanto o apoio financeiro foi menos prevalente, sobretudo no caso dos amigos. A sustentabilidade financeira das empresas foi avaliada como desfavorável em comparação aos concorrentes. A pesquisa destaca a pertinência das redes de apoio próximas para a resiliência de MPMEs em crises, contribuindo para a literatura sobre pequenas e médias empresas e sugerindo estratégias para fortalecer a sustentabilidade financeira em contextos de adversidade econômicas. Como contribuição teórica, analisa-se a influência das relações sociais dos familiares e amigos na sustentabilidade financeira das MPMEs em períodos de crises sistêmicas para essas organizações. A contribuição prática está na análise de

estratégias empreendedoras que as MPMEs podem estabelecer para superar possíveis crises futuras, mantendo sua sustentabilidade financeira e perenidade.

PALAVRAS - CHAVE

Sustentabilidade Financeira, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Crise Covid-19, Apoio Social.

ABSTRACT

This study analyzes the influence of support from friends and family on the financial sustainability of micro, small, and medium-sized enterprises (MSMEs) during COVID-19. The research used a descriptive and quantitative design, through a survey applied to 40 companies in the western region of Paraná. The questionnaire addressed financial sustainability, family support, and support from friends, and the data were analyzed using descriptive statistics and factor analysis techniques. The results indicated that emotional support, especially from family members, was conducive to financial resilience, while financial support was less prevalent, particularly in the case of friends. The financial sustainability of the companies was assessed as unfavorable compared to their competitors. The research highlights the relevance of close support networks for the resilience of MSMEs in crises, contributing to the literature on small and medium-sized enterprises and suggesting strategies to strengthen financial sustainability in contexts of economic adversity. As a theoretical contribution, the influence of the social relationships of family and friends on the financial sustainability of MSMEs during periods of systemic crises for these organizations is analyzed. The practical contribution lies in the analysis of entrepreneurial strategies that SMEs can establish to overcome potential future crises, maintaining their financial sustainability and longevity.

KEYWORDS

Financial Sustainability, Small businesses, Covid-19 Crisis, Social Support.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade financeira de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) é estruturalmente vulnerável a choques externos, fenômeno descrito na literatura como *liability of smallness* (vulnerabilidade da pequenez) (Eggers, 2020). Diferentemente de grandes corporações, que possuem reservas de capital e acesso facilitado ao crédito, as MPMEs operam com margens estreitas e alta dependência do fluxo de caixa imediato, o que as deixam expostas em períodos de crise sistêmica (Bartik et al., 2020). Diante da escassez de recursos financeiros formais, proprietários-gestores frequentemente recorrem às suas redes de relacionamentos pessoais, formada comumente por familiares e amigos, como uma estratégia de sobrevivência e para tentar mitigar a insolvência e manter a operação do negócio (Bohorquez et al., 2024; Welsh et al., 2021).

E ao tratar de crises sistêmicas, em especial a crise pandêmica da Covid-19, nota-se que ela levou a uma transformação das relações sociais e econômicas ao redor do mundo todo, modificando muitas estratégias de negócios (Carvalho *et al.*, 2023). Assim, durante o período da pandemia, a resiliência dos pequenos e médios empresários foi posta à prova (Schmidt *et al.*, 2023), e segundo Sebrae (2021) 68% tiveram seu faturamento afetado para menor em razão da pandemia, e 43% atrasaram pagamentos, evidenciando a fragilidade financeira dessas organizações durante esse período. Esses números corroboram achados internacionais, Bartik *et al.* (2020) documentaram que, nos Estados Unidos, 43% das pequenas empresas fecharam temporariamente e mais de 50% cortaram mais de 20% da folha de pagamento em apenas três semanas após o *lockdown*.

As mudanças provocadas pela pandemia foram intensas, e o mercado empresarial foi diretamente impactado, repentinamente, as empresas tiveram que mudar a forma de trabalhar, ou até mesmo optaram por fechar as portas (Sales & Macedo, 2021). Eventos adversos sempre foram uma ameaça às atividades econômicas em qualquer mercado (Nassif *et al.* 2020); por isso, é necessário reavaliar as ações empresariais, buscando novas formas de pensar e empreender em meio às consideráveis mudanças advindas de uma crise exponencial (Soares *et al.*, 2023).

Estudos anteriores como o de Cassi e Morrison (2007), Vale e Guimarães (2010), Arregle *et al.* (2015), Granovetter (2018) têm demonstrado que as redes sociais mais próximas, que incluem familiares e amigos, são ferramentas pertinentes para o desenvolvimento empresarial. Esse suporte pode ser compreendido como capital social da empresa, e segundo Marteleto e Silva (2004), capital social é uma rede de apoio formada por indivíduos, baseada em confiança e valores comuns, que podem gerar valor. Assim, verifica-se que essas relações sociais próximas podem ser um capital valioso em tempo de crise (Bohorquez *et al.*, 2022). Contudo, existe uma lacuna teórica sobre a eficácia dessas redes quando a crise afeta não apenas a empresa, mas também a própria rede de apoio. Diferente de crises idiossincráticas (que afetam apenas uma empresa), em crises sistêmicas, o capital social pode prover suporte emocional, mas falhar em prover a liquidez necessária para a sustentabilidade financeira. Recentemente, Bohorquez *et al.* (2024) observaram que, embora o apoio familiar fortaleça a legitimidade do negócio, o apoio de amigos pode não se traduzir em ganhos financeiros diretos, corroborando a necessidade de distinguir os tipos de suporte. Portanto, se justifica ao analisar como o suporte afetivo e o suporte financeiro se desacoplam em situações de estresse econômico generalizado, desafiando a premissa de que 'família e amigos' podem ser fontes de recursos financeiros para a sobrevivência de MPMEs.

Desta forma, este estudo objetiva analisar a influência do apoio de amigos e familiares na sustentabilidade financeira de MPMEs, durante a covid-19. Além disso, a pesquisa é relevante por investigar o apoio de familiares e amigos na sustentabilidade financeira das MPMEs, que representam atualmente 99% dos estabelecimentos empresariais no Brasil, respondem por aproximadamente 62% dos empregos com carteira assinada no setor privado e por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) (Brasil, 2022).

No âmbito teórico, este estudo contribui para expandir o entendimento sobre o papel do capital social, representado pelo apoio de familiares e amigos, na sustentabilidade financeira das empresas durante crises, buscando demonstrar que nem toda ativação de redes de apoio

pode necessariamente se converter em recursos tangíveis (Ozanne et al., 2022). Ao investigar essas associações, amplia o conhecimento sobre os fatores que moldam a resiliência empreendedora diante de eventos imprevisíveis que são sujeitos a ocorrer. Como contribuição prática, entender essas dinâmicas pode ajudar a fortalecer estratégias de empreendedorismo em tempos de crise, promovendo a competitividade e a sobrevivência das MPMEs, principalmente informando estratégias de sustentabilidade para proprietários-gestores de MPMEs, sinalizando a necessidade de diversificar fontes de financiamento além da família, e potencialmente indicando a demanda por políticas públicas e instrumentos de microcrédito específicos para momentos de crise sistêmica. Além disso, podem gerar implicações valiosas para a elaboração de políticas públicas para manter a sustentabilidade financeira das MPMEs em períodos pandêmicos futuros, mais especificamente, os resultados podem subsidiar discussões sobre acesso ao crédito emergencial, programas de garantia de empréstimos e redes de suporte governamental que complementem (e não substituam) o capital social informal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Contexto das Pequenas e Médias Empresas (MPME) e Impacto da Covid-19

Estudos apontam a relevância social e econômica das MPMEs, no Brasil e em diversos outros países, ante sua representatividade na geração de empregos e renda, inclusive durante a covid-19 (Nassif et al., 2020; Schreiber et al., 2021; Czainska et al., 2021; Bressan et al., 2023). Empresas foram afetadas negativamente pela chegada do período pandêmico, o que refletiu em mudanças na forma de consumo devido a restrições advindas do isolamento social, além das paralisações em diversos setores econômicos (Nascimento et al., 2021).

Portanto, as MPMEs podem ser consideradas partes sensíveis do cenário empresarial, isto porque possuem capital de giro limitado e operam com poucas, ou até mesmo sem reservas de capital (Polastrini et al., 2023). A pandemia afetou as cadeias de abastecimento, houve cancelamento de encomendas de exportação, escassez de matérias-primas e perturbações nos transportes, influenciando a distribuição e a disponibilidade dos produtos (Shafi et al., 2020; Bai et al., 2021). Essas questões fizeram com que as MPMEs fossem profundamente influenciadas pelo contexto gerado durante a propagação da covid-19 (Shafi et al., 2020).

As mudanças no cenário vivenciadas pelos pequenos e médios empreendedores, durante a pandemia, foram exponenciais, fazendo com que empresários recorressem a várias iniciativas, incluindo a “reinvenção” das suas empresas. Nesse contexto, o papel de apoio de familiares, bem como dos clientes e dos funcionários, foi visto como relevante da manutenção de pequenos negócios (Bressan et al., 2021). Ressalta-se – ainda – que foram perdidos entre R\$ 9,1 bilhões e R\$ 24,1 bilhões em estoque de capital de micro e pequenas empresas, com os setores de comércio e serviços tendo sido os mais afetados (Ipea, 2023).

Dado que as MPMEs representam aproximadamente 99% do total de empresas brasileiras (Sebrae, 2021), elas podem ser reconhecidas como agentes significativos no fomento ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Sendo assim, a gravidade que permeou a pandemia, e as implicações para as empresas, incluindo as micro e pequenas, exigem investigar questões associadas às formas de atuação empresarial no contexto dessas empresas (Bressan *et al.*, 2021; Schmidt *et al.*, 2023), visto que uma crise não traz somente efeitos catastróficos à organização, mas pode proporcionar um momento de reflexão e aprendizado (Nascimento *et al.*, 2021).

Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade, em seu conceito abrangente, é a capacidade que as organizações têm de produzir bens sem esgotar a capacidade de continuidade, atendendo às necessidades dos *stakeholders*, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (Nikolaou *et al.*, 2021). Desta forma, diz-se que sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana, e sendo assim, a sustentabilidade pode ser caracterizada como multidimensional, por buscar equilíbrio entre as múltiplas dimensões (Feil, 2022).

Tendo em vista o conceito geral de sustentabilidade, tem-se o prelúdio para conceituar a sustentabilidade financeira. Para Fernandes e Meireles (2013), ela pode ser entendida como a autossuficiência da organização gerar seus próprios recursos financeiros, que pode ser usado para enfrentar crises econômicas. Na concepção de Gleißner *et al.* (2022), a sustentabilidade financeira está relacionada com a gestão financeira das empresas, para garantir que o sucesso financeiro atual não comprometa o sucesso financeiro futuro.

Além disso, o conceito de sustentabilidade financeira não pode ser confundido com sustentabilidade organizacional, e não é um constructo do *Triple Bottom Line* (TBL) da sustentabilidade de um negócio, nem é algo – simplesmente – relacionado a custos ambientais (Fernandes & Meireles, 2013; Bhanot & Bapat, 2015; Grewatsch & Kleindienst, 2015; Zabolotnyy & Wasilewski, 2019; Trisnowati *et al.*, 2021; Sheng, & Na, 2024).

Apoio familiar e de amigos

Conforme Taylor (2011), a definição de apoio social refere-se à percepção ou vivência de sentir-se amado, cuidado, valorizado e apoiado por outros, sendo integrante de uma rede social que promove auxílio mútuo e valorização recíproca. Na literatura sobre apoio social, existem duas hipóteses bem desenvolvidas e confirmadas: a que postula que o suporte social exerce um tipo de proteção para os indivíduos dos efeitos negativos de eventos considerados estressantes; E a que afirma que o apoio social faz bem, independente dos níveis de estresse do indivíduo (Taylor, 2011; Taylor & Seeman, 1999).

O contexto social abordado por esta pesquisa é composto por família, amigos e outras pessoas consideradas significativas. Essas pessoas proporcionam relações de apoio que possuem o papel de facilitar ou restringir ações empreendedoras (Charan *et al.*, 2018). A teoria da troca social considera as relações sociais como o envolvimento de troca interpessoal entre empreendedores e contratos sociais, pautando-se na construção de apoio social (Xu *et al.*, 2020). Apoio social – portanto – é qualquer forma de assistência prestada e sustentada por meio de relações pessoais, seja por meio de capital financeiro seja por meio do apoio emocional.

O suporte e o apoio oferecidos pelas pessoas próximas ao empreendedor oferecem a ele a confiança necessária para gerir os seus negócios (Pribadi *et al.*, 2023). Considera-se a família a mais relevantes fontes de apoio. (Edelman *et al.*, 2016). Ela pode tanto influenciar a escolha de uma carreira como pode oferecer apoio significativo na iniciativa ou gestão do próprio negócio (Staniewski & Awruk, 2021). Os relacionamentos familiares ajudam os empreendedores a assumirem com sucesso as responsabilidades empresariais (Brush, 1992).

Existe suporte em pesquisas anteriores que as redes de apoio, consideradas como capital social, são um ativo relevante à resiliência em longo prazo das pequenas empresas, principalmente após situações de eventos adversos (Torres *et al.*, 2019). Além disso, o apoio relacional de pessoas próximas como amigos – principalmente familiares – possui uma influência significativa nas intenções empreendedoras, assim como o apoio financeiro familiar pode ajudar na sustentabilidade financeira das empresas (Pribadi *et al.*, 2023; Ononye, 2022; Bohorquez *et al.*, 2022; Welsh *et al.*, 2021; Staniewski & Awruk, 2021; Edelman *et al.*, 2016). Com base nos resultados teórico-empíricos apresentados, surge a seguinte hipótese de pesquisa: *H1: O apoio emocional familiar está positivamente associado à percepção de sustentabilidade financeira de MPMEs durante a covid-19.*

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, possui natureza quantitativa e utiliza o método de levantamento tipo *survey*. O objetivo é analisar as influências do apoio de amigos e familiares na sustentabilidade financeira de MPMEs durante o período pandêmico da Covid-19.

A população do estudo é composta por empresários de MPMEs localizados na região do oeste do estado do Paraná, Brasil. A amostra foi definida por acessibilidade e conveniência devido à limitações operacionais, à dispersão geográfica das MPMEs nos municípios da Região Oeste do Paraná, à indisponibilidade de um cadastro completo e atualizado dessa população. Adicionalmente, as dificuldades de acesso aos proprietários-gestores tornaram impraticável a implementação de técnicas de amostragem probabilística. Os contatos diretos via redes sociais e e-mail, associados ao reenvio pelas associações, constituíram os mecanismos mais viáveis para atingir os respondentes disponíveis. Desta forma, o questionário foi encaminhado de forma eletrônica às MPMEs, por meio das associações comerciais municipais existentes nos 94 municípios da Região Oeste do Paraná; assim, obteve-se um representativo retorno de questionários respondidos. Nem todas as associações colaboraram em reenviar os questionários. Adicionalmente, foram realizados contatos

diretos via e-mail, Instagram™ ou WhatsApp™ de MPMEs que possuíam informações na Web. O questionário foi enviado a 355 empresas, das quais 40 retornaram com respostas completas e que representam a amostra desta pesquisa, com nível de confiança de 90% e margem de erro de 12,3%, sendo que, para Roscoe (1969) a amostra mínima de 30 participantes já é apropriada à significância estatística. Inicialmente, foi realizado um convite via contato telefônico aos presidentes das associações comerciais existentes na Região Oeste do Paraná; em seguida, foi enviado carta-convite juntamente com o formulário eletrônico (*Google Forms*™) para realização do reenvio as MPMEs associadas. Também foram enviados questionários diretos a MPMEs que possuíam informações como e-mail ou redes sociais das suas empresas disponíveis na Web.

O questionário está dividido em quatro seções, sendo que a primeira se refere à sustentabilidade financeira; a segunda diz respeito ao apoio que o empreendedor recebeu da família; a terceira, ao apoio recebido dos amigos; a quarta seção é composta por questões socioeconômicas, para caracterizar os respondentes e as MPMEs. O instrumento de pesquisa, adaptado de Bohorquez et al. (2022), utiliza escalas *likert* de cinco pontos e possui 15 questões envolvendo todas as variáveis. A Tabela 1 apresenta o constructo da pesquisa.

Tabela 1 - Constructo da Pesquisa

Constructos	Variáveis	Fonte	Questão(ões)
Sustentabilidade financeira	Lucro Líquido, vendas, fluxos de caixa	Bohorquez et al., 2022	Q1 a Q3
Apoio familiar	Percepção sobre o apoio financeiro e afetivo recebido da família	Bohorquez et al., 2022	Q7 a Q9
Apoio de amigos	Percepção sobre o apoio financeiro e afetivo recebido dos amigos	Bohorquez et al., 2022	Q10 a Q12
Qualificação Respondentes	Qualificação empresarial	Bohorquez et al., 2022	Q13 a Q15

Com relação à variável sustentabilidade financeira, comumente ela é trabalhada pela literatura por meio de indicadores contábeis como EBIT (*Earning Before Interests and Taxes*), ROA (*Return on Assets*), ROE (*Return on Equity*), ou por índices pré-estabelecidos, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa de valores do Brasil (B3) ou o Índice de Sustentabilidade Dow Jones (Todeschini & Mello, 2013; Martinez & Ramalho, 2017; Hussain et al., 2018; Jeong et al., 2020), por

esta razão, para operacionalização desta pesquisa, foram utilizados indicadores financeiros de maior compreensão e proximidade aos empreendedores, consoante proposto por Bohorquez *et al.* (2023). Os indicadores foram: Lucro Líquido, Vendas, e Fluxo de Caixa. Assim, além das disposições preconizadas no estudo de Bohorquez *et al.* (2023), o Lucro líquido possui também correspondência com a pesquisa de Imhanzenobe e McMillan (2020), as vendas seguem o estudo de Cajigas *et al.* (2022), e o fluxo de caixa está coincidente com o proposto no estudo de Ameer e Othman (2012) e Oliveira Filho (2020).

Esta pesquisa foi realizada consoante a Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e a Resolução n. 510/2016, que dispõe as normas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2012, 2016), sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade promotora da pesquisa, e ao ser aprovado recebeu o número de CAAE 59441922.6.0000.0107 (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética).

A coleta dos dados foi realizada entre março e maio de 2024. O questionário enviado também possuía o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) virtual, composto por uma página de esclarecimento sobre a pesquisa, além da solicitação de autorização para o uso dos dados. Depois de três tentativas junto a associações e contatos diretos, foram obtidas 40 respostas válidas.

Como procedimento de análise, a planilha de dados obtida do *Google Forms*TM foi ajustada para o uso no software estatístico. Com o uso do *SPSS*TM foi realizada estatística descritiva dos respondentes e das empresas, por meio da análise dos percentuais das respostas das assertiva, média e desvio padrão. Em seguida, procedeu-se à análise fatorial confirmatória (AFC) das questões do instrumento de coleta aplicado, observando-se os testes de KMO, Bartlett, análise dos Componentes Principais e Variância Total, conforme indicado por (Field, 2009).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Estatística descritiva

Perfil dos Respondentes

A amostra foi composta por 40 proprietários-gestores de MPMEs localizadas na região oeste do Paraná. Conforme apresentado nas Tabelas 2 e 3, as empresas pesquisadas concentram-se no setor de serviços (77,5%), com faturamento predominantemente situado entre R\$ 81 mil e R\$ 360 mil anuais (45%). Quanto aos respondentes, 60% possuem formação em ensino superior, 40% encontram-se na faixa etária de 31 a 40 anos, e 57,5% são do sexo feminino. Este perfil sugere uma amostra de proprietários-gestores que são, em sua maioria, qualificados para liderar suas respectivas empresas, possuindo tanto a formação educacional quanto a experiência prática necessárias.

Tabela 2 - Perfil das Empresas Pesquisadas

Características da Empresa	n	%
Setor de Atividade		
Serviços	31	77,5
Comércio	9	22,5
Total	40	100,0
Faturamento Anual		
Até R\$ 81.000,00	12	30,0
R\$ 81.000,00 a R\$ 360.000,00	16	45,0
R\$ 360.000,00 a R\$ 4.800.000,00	10	25,0
Total	40	100,0

Tabela 3 - Perfil dos Proprietários-Gestores Respondentes

Características do Respondente	n	%
Escolaridade		
Ensino Médio ou inferior	16	40,0
Ensino Superior	24	60,0
Total	40	100,0
Faixa Etária		
Até 30 anos	8	20,0
31 a 40 anos	16	40,0
41 a 50 anos	10	25,0
Acima de 50 anos	6	15,0
Total	40	100,0
Gênero		
Masculino	17	42,5
Feminino	23	57,5
Total	40	100,0

Análise Descritiva

Solicitou-se que o respondente indicasse em uma escala de 1 a 5, sendo 1 “muito pior” e 5 “muito melhor”, o quanto ele considerava que seu negócio estava em relação aos seus concorrentes em uma situação que representa a sustentabilidade financeira. Ainda com uma escala de

1 a 5, onde 1 representava “nada” e 5 “muito”, solicitou-se que respondessem quanto ao apoio recebido dos amigos; em seguida, que respondessem quanto ao apoio recebido da família durante o período da pandemia de covid-19. Apresentam-se os resultados das frequências e estatísticas descritivas na Tabela 4 deste estudo.

Tabela 4 - Frequências do grupo “Sustentabilidade Financeira”

Categoria	1 – Muito Pior/ Nada (%)	2 – Pior/ Pouco (%)	3 – Igual/ Neutro (%)	4 – Melhor/ Alguma (%)	5 – Muito Melhor/ Muita (%)	Média	Desvio Padrão
Sustentabilidade Financeira							
Lucro Líquido	5,0	17,5	50,0	25,0	2,5	3,025	0,8619
Vendas	7,5	10,0	45,0	30,0	7,5	3,200	0,9923
Fluxo de Caixa	10,0	22,5	37,5	27,5	2,5	2,900	1,0077
Apoio da Família							
Ajudou ou Apoiou	10,0	15,0	15,0	27,5	42,5	3,875	1,3046
Ouviu Problemas do Trabalho	10,0	7,5	20,0	27,5	35,0	3,700	1,3048
Ajudou Financeiramente	30,0	15,0	27,5	10,0	17,5	2,700	1,4536
Apoio de Amigos							
Ajudou ou Apoiou	10,0	15,0	32,5	25,0	17,5	3,250	1,2142
Ouviu Problemas do Trabalho	7,5	10,0	32,5	27,5	22,5	3,475	1,1764
Ajudou Financeiramente	70,0	17,5	5,0	7,5	0,0	1,500	0,9058

Durante a crise da Covid-19, as empresas enfrentaram desafios substanciais em termos de sustentabilidade financeira, variando entre lucro líquido, vendas e fluxo de caixa (Schreiber *et al.*, 2021). Os dados da pesquisa corroboram com essa afirmação, apresentando médias de desempenho financeiro avaliadas como similares aos concorrentes, com 3,025 para lucro líquido e 3,200 para vendas, mas um fluxo de caixa mais problemático, com média de 2,900. Pela análise das médias, os respondentes indicaram desempenho desfavorável nas vendas, no lucro líquido e fluxo de caixa. Pela análise do desvio padrão, há indícios da consistência dessas médias.

O apoio emocional das redes sociais foi significativo, com apoio familiar médio de 3,875, e amigos com médias de 3,250 para ajuda e 3,475 para ouvir problemas, enquanto o apoio financeiro foi limitado. Nesse teor, considerando que os relacionamentos familiares ajudam os empreendedores a assumirem com sucesso as responsabilidades empresariais (Brush, 1992), é possível inferir que possa existir alguma relação entre o apoio emocional de familiares e a sustentabilidade financeira (vendas, lucro e fluxo de caixa), conforme identificado na pesquisa de Bohorquez *et al.* (2023). Nesse

aspecto, conforme Pribadi *et al.* (2023), esse suporte e apoio oferecido pelas pessoas próximas ao empreendedor – como família e amigos próximos – pode contribuir para que ele encontre confiança para gerir os seus negócios, promovendo resiliência diante de adversidades econômicas.

Análise fatorial

A confiabilidade do questionário foi analisada utilizando o Alfa de Cronbach, que deve ser igual ou superior a 0,7 para ser considerado confiável (Field, 2009). O resultado indicou um Alfa de 0,723 para o questionário com todos os itens, inferindo – então – que é confiável. A análise dos componentes principais revelou três componentes significativos que explicam a variabilidade das respostas das empresas sobre sustentabilidade financeira, apoio de familiares e amigos. Consideraram-se relevantes os fatores com cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,500 (Field, 2009).

Antes de tudo, analisaram-se as comunalidades apresentadas para as questões do questionário; para tanto, foram considerados como ideais valores acima de 0,5 (Field, 2009); desta forma, nenhuma questão ficou abaixo do valor de referência. Após, realizaram-se os testes Kaiser-Mayer-Olkin (KMO) e Barlett, que verificaram a adequação da análise das questões aos dados existentes. O teste de adequação de amostragem de KMO apresentou um valor de 0,679, indicando uma adequação mediana (Field, 2009). Já o teste de Barlett testa a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade; desta forma, é preciso ter o relacionamento entre as variáveis, para que isso dê certo, todos os coeficientes de correlação deverão ser zero (Field, 2009). O teste de esfericidade de Bartlett foi significativo ($\chi^2 = 203,469$, $p = 0,000$), confirmando a adequação da análise fatorial.

Na análise fatorial, a variância total das questões pode ser explicada por meio dos fatores latentes identificados durante o processo. Os fatores são construídos de maneira a capturar o máximo de informações das variáveis originais. A variância total das questões é decomposta em variância explicada pelos fatores e variância residual (não explicada pelos fatores). Geralmente, o objetivo é reter um número suficiente de fatores que explicam uma porcentagem significativa da variância total das questões.

Os componentes extraídos explicaram 77,49% da variância total e são divididos em três componentes principais. O primeiro componente, com 34,63%, é dominado por variáveis relacionadas ao apoio familiar e de amigos, com altas cargas para “Quanto sua família ajudou ou apoiou você?” (0,773), “Quão dispostos sua família esteve a ouvi-lo sobre seus problemas relacionados ao trabalho?” (0,807), “Quanto sua família ajudou financeiramente?” (0,677), “Quanto seus amigos ajudaram ou apoiaram você?” (0,766) e “Quão dispostos seus amigos estiveram a ouvi-lo sobre seus problemas relacionados ao trabalho?” (0,729). Este componente pode ser interpretado como “Apoio Emocional e Social dos amigos e familiares”.

O segundo componente, com 29,61%, é fortemente associado a indicadores de desempenho financeiro das empresas, como “Lucro Líquido” (0,913), “Vendas” (0,924) e “Fluxo de Caixa” (0,926), sugerindo um componente que pode ser denominado “Sustentabilidade Financeira”.

Já o terceiro componente, com 13,25%, é caracterizado por uma alta carga no item “Quanto seus amigos o ajudaram financeiramente?” (0,444), indicando um componente específico de “Apoio Financeiro dos Amigos”. A análise completa pode ser visualizada na Tabela 5.

Tabela 5 - Matriz de componentes da análise fatorial

Variáveis	Componentes		
	1	2	3
Lucro Líquido	0,216	0,913	0,066
Vendas	0,147	0,924	-0,059
Fluxo de Caixa	0,107	0,926	0,046
Família - Ajudou ou Apoiou	0,773	-,096	-0,504
Família - Ouviu os problemas do trabalho	0,807	0,034	0,432
Família - Ajudou Financeiramente	0,677	-0,261	-0,288
Amigos - Ajudou ou Apoiou	0,766	-0,062	0,483
Amigos - Ouviu os problemas do trabalho	0,729	-0,126	0,479
Amigos - Ajudou Financeiramente	0,433	-0,148	0,444

As correlações entre as variáveis mostram que o desempenho financeiro das empresas (lucro líquido, vendas e fluxo de caixa) é altamente correlacionado entre si ($r > 0,8$), determinando a composição de um fator. As variáveis de apoio familiar e de amigos apresentam correlações moderadas (r entre 0,3 e 0,8), mesmo assim determinam outro fator. Por fim, a questão abordou ajuda financeira dos amigos, que definiu o terceiro fator. Como tais fatores também se relacionam entre si, pode-se inferir que existe relevante influência do suporte emocional dos amigos e familiares na sustentabilidade financeira. As comunalidades extraídas variam de 0,430 a 0,884, sugerindo que as variáveis são bem representadas pelos três componentes principais identificados.

Discussão dos resultados

A análise dos resultados obtidos com os 40 respondentes das MPMEs revelou aspectos sobre o perfil das empresas e os impactos da Covid-19 na sustentabilidade financeira e no apoio social. Durante a crise pandêmica, as empresas estudadas avaliaram a influência dos amigos e familiares nos seus desempenhos financeiros, em comparação com os concorrentes.

Os indicadores de lucro líquido (média de 3,025), vendas (média de 3,200) e fluxo de caixa (média de 2,900) sugerem um equilíbrio entre os indicadores, porém um resultado desfavorável das MPMEs. Esses resultados refletem estudos como os de Shafi *et al.* (2020), Bai *et al.* (2021) e Salomé *et al.* (2021), que destacaram os desafios financeiros enfrentados pelas pequenas e médias empresas durante a pandemia.

Os dados revelaram um apoio das redes sociais de relacionamentos, da família e dos amigos, durante a pandemia. O apoio emocional da família (média de 3,875) foi superior ao apoio financeiro (média de 2,700). Estes achados corroboram os resultados dos estudos de Edelman *et al.* (2016) e Staniewski e Awruk (2021), que destacam o suporte familiar na atividade de MPME's. O suporte emocional é necessário para ajudar esses empresários a enfrentarem os desafios, alinhando-se com a teoria do suporte social que sugere que o apoio emocional é elementar para o bem-estar e a resiliência dos indivíduos (Taylor, 2011).

Os resultados desta pesquisa são consistentes com as descobertas de vários estudos, como Carvalho *et al.* (2023) e Cassi e Morrison (2007) que enfatizaram a transformação das relações sociais e econômicas durante crises, com empresários recorrendo ao suporte de familiares e amigos para manter seus negócios. Arregle *et al.* (2015) e Granovetter (2018) também sublinharam a relevância das redes sociais no desenvolvimento empresarial. Além disso, este estudo reafirma a demanda do suporte familiar para a sustentabilidade financeira, especialmente em tempos de crise, uma observação também feita por Pribadi *et al.* (2023).

Diante disso, nota-se que outros estudos destacam a vulnerabilidade das micro e pequenas empresas (MPMEs) durante a pandemia (Sarkar & Clegg, 2021; Campos *et al.*, 2022). Além disso, Marcelino *et al.* (2020) e Nassif *et al.* (2020) enfatizaram a representatividade dessas empresas na geração de empregos e renda no país, de forma que, é oportuno o estudo delas em momentos críticos, visto que apesar da crise, muitas pequenas empresas responderam eficazmente aos desafios impostos (Sarkar & Clegg, 2021). Ainda assim, houve uma necessidade de reinvenção por parte dos empreendedores, também foi primordial o papel do apoio social familiar e fraterno durante a pandemia, conforme discutido por Bressan *et al.* (2021), ressaltando-se a necessidade de políticas de suporte para promover a resiliência dessas empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar as influências do apoio de amigos e familiares na sustentabilidade financeira de MPMEs durante período da crise da covid-19. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e por meio de *survey*, respondida por 40 empresas na região oeste do Paraná. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e análise fatorial.

Com base nos resultados apresentados, durante a crise da covid-19, as MPMEs analisadas apresentaram que enfrentaram desafios em termos de “Sustentabilidade Financeira”, como sendo primeiro fator identificado estatisticamente, no qual se identificou que houve o desempenho desfavorável no lucro líquido, vendas e fluxo de caixa. Outro fator identificado foi o “Apoio Emocional e Social dos Familiares e amigos”, sendo que, pelos resultados estatísticos, o apoio dos familiares se apresentou com mais influência do que dos amigos, embora o suporte financeiro tenha sido limitado. O terceiro fator identificado, mas com pouca influência, foi o denominado “Apoio Financeiro de Amigos”. Dessa forma, existem indícios que o apoio de amigos e familiares influenciou representativamente a sustentabilidade financeira de MPMEs no período da covid-19.

Os resultados deste estudo, alinhados com dados da literatura existente, destacam o papel das redes de apoio social e familiar na manutenção da sustentabilidade financeira das empresas durante crises. A análise comparativa com outros estudos reforça a necessidade de políticas públicas e estratégias empresariais que fortaleçam a resiliência empresarial, promovendo um ambiente que suporte para a sustentabilidade financeira de MPMEs.

Diante disso, os resultados desta pesquisa contribuem para uma melhor compreensão do papel do suporte familiar e de amigos no contexto de MPMEs, especialmente em momentos de crise como a pandemia. O apoio emocional demonstrou ser um fator significativo para a resiliência dos empresários, enquanto o apoio financeiro foi menos prevalente. Além disso, oferece reflexões para empresários, destacando a necessidade de estratégias que promovam a sustentabilidade financeira, ao mesmo tempo, em que reconhecem o valor do apoio emocional fornecido pelas redes sociais próximas.

As limitações enfrentadas nessa pesquisa dizem respeito à quantidade de respondentes: houve uma dificuldade significativa ao tentar realizar pesquisa com pequenos e médios empresários. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação da amostra e da região geográfica abrangida; além disso, recomenda-se a realização da pesquisa em períodos de estabilidade a fim de se obter possíveis comparações com os períodos de crise, e investigar outros tipos de suporte, como redes profissionais, associações comerciais e políticas governamentais, pode fornecer uma visão abrangente dos fatores que contribuem para a resiliência das MPMEs.

REFERÊNCIAS

- Ameer, R., & Othman, R. (2012). Sustainability practices and corporate financial performance: A study based on the top global corporations. *Journal of business ethics*, 108, 61-79. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1063-y>
- Arregle, J. L., Batjargal, B., Hitt, M. A., Webb, J. W., Miller, T., & Tsui, A. S. (2015). Family ties in entrepreneurs' social networks and new venture growth. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 39(2), 313-344. DOI: <https://doi.org/10.1111/etap.12044>
- Bai, C., Quayson, M., & Sarkis, J. (2021). COVID-19 pandemic digitization lessons for sustainable development of micro-and small-enterprises. *Sustainable production and consumption*, 27, 1989-2001. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.spc.2021.04.035>
- Bhanot, D., & Bapat, V. (2015). Sustainability index of micro finance institutions (MFIs) and contributory factors. *International Journal of Social Economics*, 42(4), 387-403. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSE-01-2014-0001>
- Bohorquez, N. D. P., Cabañas, M. A., & García, L. D. G. (2024). Entrepreneurs competing between legitimacy and financial sustainability in times of covid-19: The role of family and friends' support. *Brazilian Business Review*. <https://doi.org/10.15728/bbr.2022.1192.en>
- Brasil (2006). Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. *Presidência da República*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm
- Bressan, A., Alonso, A. D., & Vu, O. T. K. (2023). Business-community relations under COVID-19: A study of micro and small firms. *Journal of Business Research*, 155, 113441. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.113441>
- Bressan, A., Duarte Alonso, A. & Kok, S.K. (2021), "Confronting the unprecedented: micro and small businesses in the age of COVID-19", *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, Vol. 27 No. 3, pp. 799-820. <https://doi-org.ez89.periodicos.capes.gov.br/10.1108/IJEBr-09-2020-0602>
- Brush, C. G. (1992). Research on women business owners: Past trends, a new perspective and future directions. *Entrepreneurship theory and practice*, 16(4), 5-30. DOI: <https://doi.org/10.1177/104225879201600401>

- Cajigas, M., Ramírez, E., & Ramírez, D. A. (2022). El punto de equilibrio avanzado (Pea): herramienta para asegurar la sostenibilidad empresarial. *Criterio Libre*, 20(37), e259571-e259571. DOI: <https://doi.org/10.18041/1900-0642/criteriolibre.2022v20n37.9571>
- Campos, A. F. R., da Silva, A. A. V. R., do Nascimento Neto, A. M., da Silva Neta, M. D. C., & dos Santos, M. A. C. (2022). Impactos da Covid-19: Percepção dos Profissionais de Contabilidade e Gestores de Micro e Pequenas Empresas do Município de João Pessoa–PB. *REMIPE-Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco*, 8(1), 121-141. DOI: <https://doi.org/10.21574/remipe.v8i1.322>
- Carvalho, R. T., Bastos Filho, R. A., Nascimento, P. H., Pinto, R. A. N., Reis, D. L., & Costa, A. P. (2023). A percepção dos empreendedores de cássia-mg em relação ao efeito da crise do Covid-19 em seus negócios. *Revista Foco*, 16(9), e2847. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n9-079>.
- CCFB. Comissão de Comércio França-Brasil. Coronavírus: Como a pandemia afeta o mercado de startups? Artigo. Disponível em: <https://www.ccfb.com.br/noticias/impacto-do-coronavirus-nas-startups/>. Acesso em 29 de nov. 2023.
- Charan, P., Singh, P., & N, S. (2018). Relationships among social capital, self-efficacy, and new venture creations. *Management Decision*, 56(1), 204-218. DOI: <https://doi.org/10.1108/MD-04-2017-0304>
- Cordeiro S. D. G., Oliveira G. L., & Magalhães F. D. (2019). Empreendedorismo Imigrante e Étnico: O Papel das Redes Sociais no Processo empreendedor de um Imigrante Sírio no Brasil. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais (Internext)*, 14(2), 161-174. DOI: <https://doi.org/10.18568/internext.v14i2.467>
- Corrêa, R. O., & Teixeira, R. M. (2015). Redes sociais empreendedoras para obtenção de recursos e legitimação organizacional: estudo de casos múltiplos com empreendedores sociais. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 16, 62-95. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n1p62-95>
- Czainska, K., Sus, A., & Thalassinou, E. I. (2021). Sustainable survival: Resource management strategy in micro and small enterprises in the rubber products market in Poland during the COVID-19 pandemic. *Resources*, 10(8), 85. DOI: <https://doi.org/10.3390/resources10080085>
- Donbesuur, F., Hultman, M., Oghazi, P., & Boso, N. (2022). External knowledge resources and new venture success in developing economies: Leveraging innovative opportunities and legitimacy strategies. *Technological Forecasting and Social Change*, 185, 122034. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.122034>
- Edelman, L. F., Manolova, T., Shirokova, G., & Tsukanova, T. (2016). The impact of family support on young entrepreneurs' start-up activities. *Journal of business venturing*, 31(4), 428-448. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2016.04.003>
- Feil, A. A. (2022). Níveis de sustentabilidade: Revisão sistemática da literatura. *REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 12(4), 81-93. DOI: <https://doi.org/10.18696/reunir.v12i4.1146>
- Field, A. *Descobrimos a Estatística Utilizando o SPSS*. 2ª edição. Artmed: Porto Alegre, 2009.
- Ferreira, D. A. (2023). Consumo de informação durante a pandemia da Covid-19: um estudo sobre construção de legitimidade. *Comunicação & Informação*, 26, 378-403. DOI: <https://doi.org/10.5216/ci.v26.75447>
- Gehlhaus, D., Shatz, H. J., & Neu, C. R. (2020). Preserving small businesses: Small-business owners speak about surviving the COVID-19 pandemic. DOI: <https://doi.org/10.7249/PEA317-1>
- Giacomini, D., Martini, M., Sancino, A., Zola, P., & Cavenago, D. (2021). Corporate social responsibility actions and organizational legitimacy at the peak of COVID-19: a sentiment analysis. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 21(6), 1043-1058. DOI: <https://doi.org/10.1108/CG-09-2020-0389>
- Gleißner, W., Günther, T., & Walkshäusl, C. (2022). Financial sustainability: measurement and empirical evidence. *Journal of Business Economics*, 92(3), 467-516. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11573-022-01081-0>
- Granovetter, M. (2018). The impact of social structure on economic outcomes. In *The sociology of economic life* (pp. 46-61). Routledge.
- Grewatsch, S. e Kleindienst, I. (2015). When Does It Pay to be Good? Moderators and Mediators in the Corporate Sustainability–Corporate Financial Performance Relationship: A Critical Review. *J Bus Ethics* 145, 383–416 (2017). <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2852-5>
- Hadjielias, E., Christofi, M., & Tarba, S. (2022). Contextualizing small business resilience during the COVID-19 pandemic: evidence from small business owner-managers. *Small Business Economics*, 59(4), 1351-1380. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11187-021-00588-0>
- Hussain, N., Righi, U., & Cavezzali, E. (2018). Does it pay to be sustainable? Looking inside the black box of the relationship between sustainability performance and financial performance. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(6), 1198-1211. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1631>
- Hsu C. H. C., Oh H., Assaf A. G. (2012). A customer-based brand equity model for upscale hotels. *Journal of Travel Research*, 51(1), 81-93. DOI: <https://doi.org/10.1177/0047287510394195>

- Instituto de Pesquisa Econômica aplica (Ipea) (2023). *A covid deixa sequelas: a destruição do estoque de capital das micro e pequenas empresas como consequência da pandemia de Covid-19*. Rio de Janeiro, junho de 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12149/1/TD_2894_web.pdf
- Imhanzenobe, J. O., & McMillan, D. (2020). Managers' financial practices and financial sustainability of Nigerian manufacturing companies: Which ratios matter most? *Cogent Economics & Finance*, 8(1). DOI: <https://doi.org/10.1080/23322039.2020.1724241>
- Jeong, H., Shin, K., Kim, E. e Kim, S. (2020). A inovação aberta melhora a sustentabilidade financeira de uma grande empresa? Um caso da indústria alimentícia coreana. *Journal of Open Innovation: Tecnologia, Mercado e Complexidade*, 6 (4), 101. DOI: <https://doi.org/10.3390/joitmc6040101>
- Marcelino, J. A., de Rezende, A. A., & Miyaji, M. (2020). Impactos iniciais da Covid-19 nas micro e pequenas empresas do Estado do Paraná-Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 2(5), 101-112. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3779308>
- Marteletto, R. M., & Silva, A. B. de O. e. (2004). Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência Da Informação*, 33(3), 41–49. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000300006>
- Martinez, A. L., & Ramalho, V. P. (2017). Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 16(49). DOI: <https://doi.org/10.16930/rccc.v16n49.2366>
- Mena J. A., Hult G. T. M., Ferrell O. C., Zhang Y. (2019). Competing assessments of market-driven, sustainability-centered, and stakeholder-focused approaches to the customer-brand relationships and performance. *Journal of Business Research*, 95(February), 531-543. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.07.038>
- Nascimento, A. C., do Prado, N. B., & da Cunha, C. F. (2021). COVID-19 e modelos de gestão nas micro e pequenas empresas: qual a melhor saída?. *Revista Expectativa*, 20(1), 50-72. DOI: <https://doi.org/10.48075/revex.v20i1.26442>
- Nassif, V. M. J., Corrêa, V. S., & Rossetto, D. E. (2020). Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do COVID-19. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 9(2), 1-12. DOI: <https://doi.org/10.14211/regepe.v9i2.1880>
- Nikolaou, I.E., Jones, N. & Stefanakis, A. Circular Economy and Sustainability: the Past, the Present and the Future Directions. *Circ.Econ.Sust.* 1, 1–20 (2021). DOI: <https://doi.org/10.1007/s43615-021-00030-3>
- Oliveira, S. F. R. (2022) Relação entre sustentabilidade e valor da firma: um estudo global com o uso de indicadores ESG. 180 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/6215>
- Ononye, U. H. (2022). Social support and new venture initiation with resilience as a mediating factor. *Enterprise Development & Microfinance*, (3), 170-181. DOI: <https://doi.org/10.3362/1755-1986.21-00046>
- Orlitzky, M., Louche, C., Gond, J. P., & Chapple, W. (2017). Unpacking the drivers of corporate social performance: A multilevel, multistakeholder, and multimethod analysis. *Journal of Business Ethics*, 144, 21-40. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2822-y>
- Payne, G., Blanco-González, A., Miotto, G., & del-Castillo, C. (2021). Consumer ethicality perception and legitimacy: competitive advantages in COVID-19 crisis. *American Behavioral Scientist*, 00027642211016515. DOI: <https://doi.org/10.1177/00027642211016515>
- Pribadi, J. D., Nikmah, F., Sukma, E. A., & Wardoyo, C. (2023). The effect of relational support, educational support, personal attitudes and uncertainty on entrepreneurial intentions: An empirical investigation of university students. *Problems and Perspectives in Management*, 21(2), 309-322. DOI: [https://doi.org/10.21511/ppm.21\(2\).2023.31](https://doi.org/10.21511/ppm.21(2).2023.31)
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). O suporte das incubadoras brasileiras para potencializar as características empreendedoras nas empresas incubadas. *Revista de Administração*, 41(4), 419-430.
- Roscoe, J. T. (1969). *Fundamental research statistics for the behavioral sciences*.
- Sarkar, S., & Clegg, S. R. (2021). Resilience in a time of contagion: Lessons from small businesses during the COVID-19 pandemic. *Journal of Change Management*, 21(2), 242-267. DOI: <https://doi.org/10.1080/14697017.2021.1917495>
- Sales, I. K. B., & Macêdo, M. E. C. (2021). O Impacto da Pandemia da Covid-19 no Cenário das Micro e Pequenas Empresas/The Covid-19 Pandemic impacts on the Micro and Small Business Scenario. ID on line. *Revista de psicologia*, 15(57), 215-229. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v15i57.3193>
- Schmidt, J. L. ., Ruschel, R. ., Toigo, L. A., & Dall'Asta, D. . (2024). Efeito da Folga organizacional no desempenho econômico moderada pela pandemia da COVID-19: um estudo em grupos de ensino listados na B3 . *REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 13(3), 68-87. <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i3.1489>
- Schreiber, D., Moraes, M. A., & Stasiak, L. (2021). O impacto da crise pelo Covid-19 nas micro e pequenas empresas. *Revista Vianna Sapiens*, 12(1), 30-30. DOI: <https://doi.org/10.31994/rvs.v12i1.707>

- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2013). *Anuário das micro e pequenas empresas 2013*. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf
- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2021). *Resumo Setorial*. 13ª Edição. Dez. 2021. Impactos da Covid-19 Nos Pequenos Negócios. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/fdeb3e56b9cd5837c01c944863a455ce/\\$File/31050.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/fdeb3e56b9cd5837c01c944863a455ce/$File/31050.pdf)
- Shafi, M., Liu, J., & Ren, W. (2020). Impact of COVID-19 pandemic on micro, small, and medium-sized Enterprises operating in Pakistan. *Research in Globalization*, 2, 100018. <https://doi.org/10.1016/j.resglo.2020.100018>
- Sheng, X., & An, Y. (2024). The nonlinear impact of financial flexibility on corporate sustainability: Empirical evidence from the Chinese manufacturing industry. *Heliyon*. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e27825>
- Soares, A. F., de Moura, G. F., & Dias, R. D. S. O. (2023). O Impacto da Pandemia do Covid-19 no Empreendedorismo: um estudo acerca da percepção dos Empreendedores do Município de Resende-RJ. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro.
- Staniewski, M. W., & Awruk, K. (2021). Parental attitudes and entrepreneurial success. *Journal of Business Research*, 123, 538-546. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.10.039>
- Taylor, S. E. (2011). Social support: A review. *The Oxford handbook of health psychology*, 1, 189-214.
- Taylor, S. E., & Seeman, T. E. (1999). Psychosocial resources and the SES-health relationship. *Annals of the New York Academy of sciences*, 896(1), 210-225.
- Todeschini, C., & De Mello, G. R. (2013). Rentabilidade e sustentabilidade empresarial das empresas do setor de energia. *Revista de Contabilidade & Controladoria*, 5(3), 33.
- Trisnowati, Y., Hadiwidjaja, R. D., & Nurvita, T. (2021). The Consistency Of Islamic Corporate Financial Sustainability In Covid-19 Pandemic: An Empirical Analysis. *AKRUAL: Journal Akuntansi*, 12(2), 179-192. DOI: <https://doi.org/10.26740/jaj.v12n2.p179-192>
- Vale, G. M. V., & Guimarães, L. D. O. (2010). Redes sociais na criação e mortalidade de empresas. *Revista de Administração de Empresas*, 50, 325-337. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000300008>
- Welsh, D. H., Botero, I. C., Kaciak, E., & Kopaničová, J. (2021). Family emotional support in the transformation of women entrepreneurs. *Journal of Business Research*, 137, 444-451. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.08.059>
- Xu, F., Kellermanns, F. W., Jin, L., & Xi, J. (2020). Family support as social exchange in entrepreneurship: Its moderating impact on entrepreneurial stressors-well-being relationships. *Journal of business research*, 120, 59-73. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.07.033>
- Zabolotnyy, S., & Wasilewski, M. (2019). The concept of financial sustainability measurement: A case of food companies from Northern Europe. *Sustainability*, 11(18), 5139. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11185139>
- Zhao, J. (2021). Reimagining corporate social responsibility in the era of COVID-19: Embedding resilience and promoting corporate social competence. *Sustainability*, 13(12), 6548. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13126548>

IMPACTOS REGIONAIS E SETORIAIS DO CRÉDITO DIRETO DA FINEP NO FOMENTO À INOVAÇÃO

REGIONAL AND SECTORAL IMPACTS OF FINEP'S DIRECT CREDIT ON PROMOTING INNOVATION

JOYCE DA CRUZ TEIXEIRA

joyceteixeira333@gmail.com
UFLA/Mestranda
<https://orcid.org/0009-0006-5014-3845>

JOÃO FRANCISCO SARNO CARVALHO

jfsarcar@gmail.com
IFSULDEMINAS - Campus Passos/Professor
<https://orcid.org/0000-0001-8815-4773>

ESTER CARNEIRO DO COUTO SANTOS

ester.santos@fjp.mg.gov.br
FJP - Fundação João Pinheiro
<https://orcid.org/0009-0009-3463-3678>

PAULA LOPES DE OLIVEIRA MAIA

paula.maia@ifsuldeminas.edu.br
IFSULDEMINAS Campus Passos/Professora
<https://orcid.org/0000-0001-7043-8639>

WESLEY RODRIGUES BERGUE

eusouwesleybergue@gmail.com
IFSULDEMINAS - Campus Passos
<https://orcid.org/0009-0004-3863-9931>

R E S U M O

Qual o caminho do investimento público para fomentar a inovação no Brasil através da Finep, utilizando do crédito direto, nos anos de 2004 a 2024 e como o estado de Minas Gerais se mostra relevante quando comparado ao resto do país dentro das análises? Este trabalho examina a trajetória das liberações de crédito direto da Finep no período, identificando o peso relativo de Minas Gerais e os padrões de alocação regional e setorial dos recursos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, com base em dados secundários extraídos de relatórios oficiais da Finep. Foram empregadas análise estatística descritiva e análise de conteúdo, complementadas por técnicas de mineração de texto e aprendizado de máquina com uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA). Os resultados indicam volatilidade nas liberações e concentração regional, empresarial e setorial, além de desigualdades internas em Minas Gerais. A análise contribui para compreender o papel do Estado na estruturação do Sistema Regional de Inovação (SRI) e oferece subsídios para o aprimoramento da gestão de políticas públicas de inovação e para estratégias empresariais mais eficazes de captação de crédito.

P A L A V R A S - C H A V E

Gestão da Inovação; Política Pública; Desenvolvimento Regional; Sistema Regional de Inovação; Fomento público.

A B S T R A C T

What is the trajectory of public investment to foster innovation in Brazil through Finep's direct credit between 2004 and 2024, and how does the state of Minas Gerais stand out compared to the rest of the country within these analyses? This study examines the evolution of Finep's direct credit disbursements during this period, identifying the relative weight of Minas Gerais and the regional and sectoral allocation patterns of these resources. The research is qualitative and descriptive, based on secondary data extracted from official Finep reports. Descriptive statistical analysis and content analysis were employed, complemented by text mining and machine learning techniques using Artificial Intelligence (AI) tools. The findings indicate volatility in disbursements and regional, corporate, and sectoral concentration, as well as internal inequalities within Minas Gerais. The analysis contributes to understanding the role of the State in structuring the Regional Innovation System (RIS) and provides insights for improving the management of public innovation policies and for developing more effective corporate strategies for credit acquisition.

K E Y W O R D S

Innovation Management; Public Policy; Regional Development; Regional Innovation System; Public Funding.

INTRODUÇÃO

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), criada em 1967, é uma empresa pública de fomento à inovação. Vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), é hoje a principal responsável pelo incentivo ao desenvolvimento econômico brasileiro através de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (Finep, n.d.a). Desde sua fundação, são mais de 30.000 projetos apoiados, entre estes, alguns destaques mundiais, como o Supercomputador Santos Dumont; o Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); o Avião Tucano da Embraer; o Museu do Amanhã na revitalizada Praça Mauá (RJ); o Tanque Oceânico da Coppe/UFRJ; entre outros (Finep, n.d.a.).

Amparada por diretrizes baseadas na legislação, a Finep opera por meio de fundos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Isso garante estabilidade de financiamento para áreas estratégicas, garantindo que as áreas essenciais continuem com investimento. Além disso, é regida por Planos Anuais, portarias e resoluções que norteiam as ações do Estado Brasileiro para o desenvolvimento científico e tecnológico. Dito de outro modo, as linhas de financiamento e os valores são disponibilizados de acordo com as necessidades do país, compreendidas de acordo com levantamentos realizados pelos órgãos governamentais de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

O Financiamento reembolsável e operado diretamente pela Finep, tratado com a nomenclatura de Crédito Direto, é o instrumento financeiro mais relevante em termos quantitativos, representando 68,30% das liberações em reais (R\$) de 2004 a 2024 (Bahia, no prelo). O Crédito Direto se trata de financiamento direcionado a empresas, para projeto de inovação com potencial impacto tecnológico, reembolsável, ou seja, que precisa ser pago de volta à financiadora. Por se tratar de fomento público, as taxas e os prazos oferecidos às empresas são mais vantajosos em relação às práticas do mercado financeiro privado (Finep, n.d.b.).

As condições para participar dos editais e receber as liberações envolve a instalação da empresa estar em território nacional e o controle de capital, ou a maior parte dele, ser brasileiro. Ainda, a partir de 2023, para ser uma empresa fomentada pelo crédito direto, é necessário que o projeto submetido se adequa a ao menos uma das seis missões da Nova Indústria Brasil (NIB) e ter Receita Operacional Bruta (ROB) no último ano igual ou superior a R\$ 90 milhões e Valor total do financiamento (apoio Finep) entre R\$ 15 milhões e R\$ 250 milhões (projetos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste podem chegar a um financiamento de até R\$ 300 milhões); além do Patrimônio Líquido (PL) superior a R\$ 40 milhões (Finep, 2025b).

Deste modo, este artigo tem como objetivo examinar a trajetória das liberações de crédito direto da Finep ao longo dos anos no Brasil, identificando o peso relativo de Minas Gerais, compreendendo para onde o dinheiro está indo, quais as áreas priorizadas e as nuances das liberações ao longo dos anos. O estado de Minas Gerais foi escolhido tendo em vista as potencialidades para o desenvolvimento local, dado a sua relevância econômica e inovativa dentro do cenário nacional (Mendonça et al., 2023).

Portanto, o problema deste estudo é: qual o caminho do investimento público para fomentar a inovação no Brasil através da Finep, utilizando do crédito direto, nos anos de 2004 a 2024 e como o estado de Minas Gerais se mostra relevante quando comparado ao resto do país dentro das análises?

A justificativa para esta pesquisa está em compreender o caráter inovador do Brasil enquanto governo, traçando perspectivas de políticas públicas galgadas no avanço econômico através de investimentos em P&D. Ainda, sob o viés administrativo, o objetivo é identificar se as decisões estratégicas têm sido eficazes para maximizar os resultados do setor público.

Por fim, este estudo oferece três contribuições principais para a literatura sobre políticas de inovação e gestão pública. Primeiro, apresenta uma análise longitudinal das liberações de crédito direto da Finep ao longo de duas décadas, permitindo identificar padrões cíclicos e mudanças nas prioridades de financiamento. Segundo, examina a distribuição territorial desses recursos com foco específico no estado de Minas Gerais, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de financiamento no âmbito dos Sistemas Regionais de Inovação (SRI) (Carvalho, 2025). Por fim, discute criticamente como o desenho institucional do crédito direto pode influenciar a concentração regional e empresarial do fomento à inovação, oferecendo evidências empíricas relevantes para o aprimoramento das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inovação como Motor do Desenvolvimento Econômico

A inovação, segundo a literatura neoschumpeteriana, é o motor central do desenvolvimento econômico, ao gerar novos produtos, processos e formas organizacionais que elevam a produtividade e reestruturam setores (Santos, 2023). Essa força é potencializada por políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), conforme o paradigma da economia do conhecimento (Mazzucato, 2014, 2018, 2021), que vincula a competitividade nacional à capacidade de direcionar a inovação para missões sociais e econômicas estratégicas.

No Brasil, o fortalecimento das capacidades tecnológicas exige políticas de CT&I mais estáveis e integradas, além de dinamizar o setor de indústria para que o país alcance os países do centro global (Chaves et al., 2020). Estudos de Mazzetti et al. (2020) e de Leite et al. (2021) indicam que a política de inovação nacional ainda é frágil e dependente de ciclos políticos, demandando maior participação privada e redução das desigualdades estruturais. Nesse cenário, a Finep se destaca como agente essencial do Sistema Nacional de Inovação (SNI), ao financiar projetos inovadores de forma sistêmica.

Sistemas Regionais de Inovação e Desigualdades no Território Nacional

A análise da distribuição dos recursos de fomento requer a abordagem dos Sistemas Regionais de Inovação (SRIs), que consideram a inovação como fenômeno territorializado e dependente da interação entre governo, empresas, universidades e sociedade civil (Asheim et al., 2019). Segundo Bergue et al. (2024), regiões com maior densidade institucional e cooperativa apresentam melhores desempenhos inovativos, atraindo mais recursos públicos. As desigualdades regionais brasileiras, conforme Cruz et al. (2025), têm raízes históricas no modelo de ocupação colonial, que concentrou infraestrutura e capital humano no eixo mais integrado ao comércio externo. Assim, Norte e Nordeste permanecem menos inseridos em cadeias produtivas de maior valor agregado. Cavalcante (2011), Tunes (2017) e Bergue et al. (2024) destacam que a concentração dos investimentos federais em CT&I no Sul-Sudeste reforça as desigualdades estruturais e reflete a trajetória histórica do desenvolvimento brasileiro, marcada pela fraca interiorização de políticas de inovação.

O Papel da FINEP no Sistema Nacional de Inovação e Gestão de Riscos

No âmbito do Sistema Nacional de Inovação (SNI), os instrumentos públicos de financiamento desempenham papel central na viabilização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Projetos inovadores caracterizam-se por elevados níveis de incerteza tecnológica, longos períodos

de maturação e dificuldades de apropriação privada dos retornos, fatores que frequentemente limitam a oferta de financiamento por parte do setor privado.

Nesse contexto, instituições públicas de fomento assumem função estratégica ao reduzir riscos e mobilizar recursos para atividades tecnológicas. O crédito direto operado pela Financiadora de Estudos e Projetos constitui, portanto, um instrumento estruturante do Sistema Nacional de Inovação brasileiro, ao viabilizar investimentos empresariais em inovação e contribuir para a formação de capacidades tecnológicas no país

.A Finep atua como uma agência de desenvolvimento e não apenas como financiadora, oferecendo diversas modalidades de apoio, sendo o crédito direto a principal delas (Finep, n.d.a.).

Sob a ótica da gestão financeira da inovação, a atuação da Finep reflete um *trade-off* entre risco e impacto. Conforme Mendonça et al. (2023), a preferência histórica por grandes empresas demonstra uma estratégia de mitigação de risco de crédito, visto que corporações consolidadas possuem estruturas de governança e garantias mais robustas. No entanto, essa gestão conservadora do risco pode gerar uma “miopia estratégica”, priorizando a inovação incremental em detrimento da radical.

Para as empresas beneficiárias, o financiamento público atua como uma ferramenta de compartilhamento de risco, permitindo que projetos com incerteza tecnológica alta (incapacidade de prever resultados técnicos) e incerteza de mercado (aceitação do produto) saiam do papel. Por outro lado, as políticas de austeridade e a instabilidade nos repasses de CT&I impactam diretamente a gestão estratégica das empresas brasileiras.

Diante de recursos escassos, as organizações tendem a adotar uma postura defensiva, focando na eficiência operacional de curto prazo em vez de investimentos em P&D de longo prazo. Esse fenômeno corrobora o “Efeito da Rainha Vermelha”: as empresas precisam gerir seus recursos de forma cada vez mais ágil apenas para manter sua posição relativa, sem conseguir realizar saltos estratégicos que permitam a convergência para setores de alta tecnologia (Chaves et al.,2020).

Estrutura Econômica de Minas Gerais e sua Inserção na Política Nacional de Inovação

Minas Gerais ocupa posição estratégica na economia brasileira, com base produtiva centrada em setores intensivos em recursos naturais, como mineração e metalurgia (Borges & Chadavarian, 2014), mas com participação ainda limitada de indústrias de alta tecnologia (Jayme Jr et al., 2023). Apesar disso, o estado desenvolveu um ecossistema de inovação robusto, apoiado por universidades, centros de pesquisa e parques tecnológicos (Carvalho, 2025), além do San Pedro Valley, segundo maior polo de startups do país (SIMI, 2020). Essa dualidade — dependência de commodities e crescimento tecnológico em nichos — revela tanto potencial quanto desafios para o acesso ao fomento federal.

Estudos recentes mostram avanços no número de patentes e na cooperação entre universidades e empresas, mas também queda nos investimentos em P&D e redução das taxas de inovação empresarial (Santos, 2023; Bergue et al., 2024; Carvalho et al., 2024; Carvalho, 2025). Mesmo com

avanços em setores como energias limpas, semicondutores e TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), persistem barreiras estruturais que dificultam o financiamento de PMEs. Assim, a consolidação do SRI mineiro depende da integração entre os agentes federais e estaduais de fomento (Carvalho, 2025).

Nesse contexto, o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) é o principal intermediário da Finep no estado, responsável por cerca de 95% dos repasses de crédito, e vem expandindo linhas de apoio como o Programa Pró-Inovação, que alcançou recorde de R\$ 313 milhões contratados em 2024 (BDMG, 2024). O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) complementa esse apoio com linhas voltadas à modernização produtiva, e a Lei do Bem oferece incentivos fiscais à P&D, embora ainda concentrados em grandes empresas (Mendonça et al., 2023). Já a EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) promove cooperação entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas, com várias unidades ativas em Minas Gerais (EMBRAPII, 2025; Oliveira et al., 2025).

Em nível estadual, o Sistema Mineiro de Inovação (SIMI), liderado pelo BDMG e pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), amplia o suporte à pesquisa e inovação, integrando crédito, subvenção e cooperação entre universidades, empresas e startups. A FAPEMIG, por meio de programas como o Compete Minas, tem priorizado projetos aplicados e parcerias produtivas (FAPEMIG, n.d.), reforçando a sinergia entre os níveis federal e estadual de fomento.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, conforme a classificação proposta por Sampaio e Lycarião (2021). Segundo os autores, pesquisas dessa natureza buscam compreender e descrever fenômenos sociais complexos, privilegiando o contexto, os significados e as relações observadas, em vez de se restringirem à mensuração quantitativa. Essa escolha metodológica mostra-se particularmente adequada diante do predomínio, na literatura, de análises baseadas em estudos de caso qualitativos, cuja capacidade de generalização é reconhecidamente limitada, o que tem deixado lacunas quanto à produção de evidências empíricas de maior escala sobre a composição e a dinâmica dessas políticas na prática (Goyal et al., 2025; Martin, 2016; Frangkandreas, 2025).

Ao dialogar com esse cenário, o presente estudo busca contribuir para o avanço do campo ao oferecer uma descrição sistemática e contextualizada da trajetória das liberações de crédito direto da Finep no Brasil e em Minas Gerais, considerando aspectos setoriais, temporais e institucionais. A metodologia deste estudo foi estruturada a partir do método empregado por Avnimelech & Amit (2024), sendo adaptada ao contexto do sistema de inovação de Minas Gerais. Inicialmente, procedeu-se à definição do problema de pesquisa, etapa que estabeleceu a diretriz analítica para o desenvolvimento das fases subsequentes. Posteriormente, construiu-se a base de dados a partir de informações públicas disponibilizadas pela FINEP, que serviram como fonte primária para a análise empírica.

Os dados analisados são aqueles que mostram informações sobre as operações de crédito direto realizadas entre os anos de 2004 a 2024. Após o levantamento, os dados foram organizados e tratados em planilhas eletrônicas, permitindo a aplicação de análise estatística descritiva, voltada à identificação de padrões e distribuições de frequência, bem como análise de conteúdo, inspirada nos pressupostos e nas orientações metodológicas de Sampaio and Lycarião (2021).

A análise de conteúdo foi conduzida por meio de codificação temática, na qual as unidades de análise do corpus foram examinadas e classificadas conforme categorias previamente definidas. Essas categorias foram estabelecidas com base em temas recorrentes relacionados à gestão da inovação, desenvolvimento tecnológico e setores produtivos, permitindo organizar sistematicamente os conteúdos identificados nos documentos analisados. O processo de codificação consistiu na identificação de termos, expressões e contextos semânticos associados a cada categoria, possibilitando a classificação temática das informações presentes no material analisado.

As categorias utilizadas na análise incluíram: desenvolvimento de novos produtos, desenvolvimento de processos, inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Indústria 4.0 e tecnologias associadas. Além dessas, foram consideradas categorias relacionadas a setores econômicos e áreas tecnológicas específicas, tais como agronegócio, energia, tecnologia da informação, software e telecomunicações, sustentabilidade, saúde e indústria farmacêutica, setor automotivo, internacionalização e exportação, biotecnologia e nanotecnologia, petróleo e gás e mineração. A identificação dessas categorias permitiu mapear os principais temas presentes no corpus e analisar a distribuição dos conteúdos de acordo com os diferentes domínios tecnológicos e setoriais abordados.

Além disso, recorreu-se a técnicas de análise textual quantitativa e mineração de texto, complementadas por recursos de aprendizado de máquina (*machine learning*) com o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA), como Gemini, Manus e ChatGPT. O emprego dessas tecnologias teve como finalidade otimizar a extração e categorização de termos e padrões semânticos presentes nas bases textuais da Finep.

Para o uso ético e transparente de ferramentas de IA, seguiram-se as diretrizes metodológicas propostas por Sampaio et al. (2024), que enfatizam a necessidade de registro e rastreabilidade das interações com modelos de linguagem. Todos os *prompts* utilizados no processo foram devidamente documentados e armazenados, podendo ser disponibilizados mediante solicitação, garantindo reprodutibilidade e integridade científica da pesquisa.

O universo do estudo compreende todas as empresas brasileiras que receberam crédito direto da Finep no período de 2004 a 2024. Em um segundo momento, foi realizado um recorte específico para o estado de Minas Gerais, de modo a possibilitar análises comparativas entre o desempenho estadual e o cenário nacional.

O processo de coleta e tratamento dos dados envolveu três etapas principais: (i) levantamento dos relatórios de operações de crédito direto disponíveis no portal institucional da Finep; (ii) organização e limpeza dos dados em planilhas eletrônicas e deflacionamento dos valores tendo por base o IPCA de dezembro de 2024 (IBGE, 2025); e (iii) análise estatística descritiva e análise de conteúdo, utilizando os *softwares* Microsoft Excel e R para tratamento quantitativo e geração

de tabelas, gráficos e cruzamentos, estando os scripts deste último também documentados e podendo ser disponibilizados mediante solicitação.

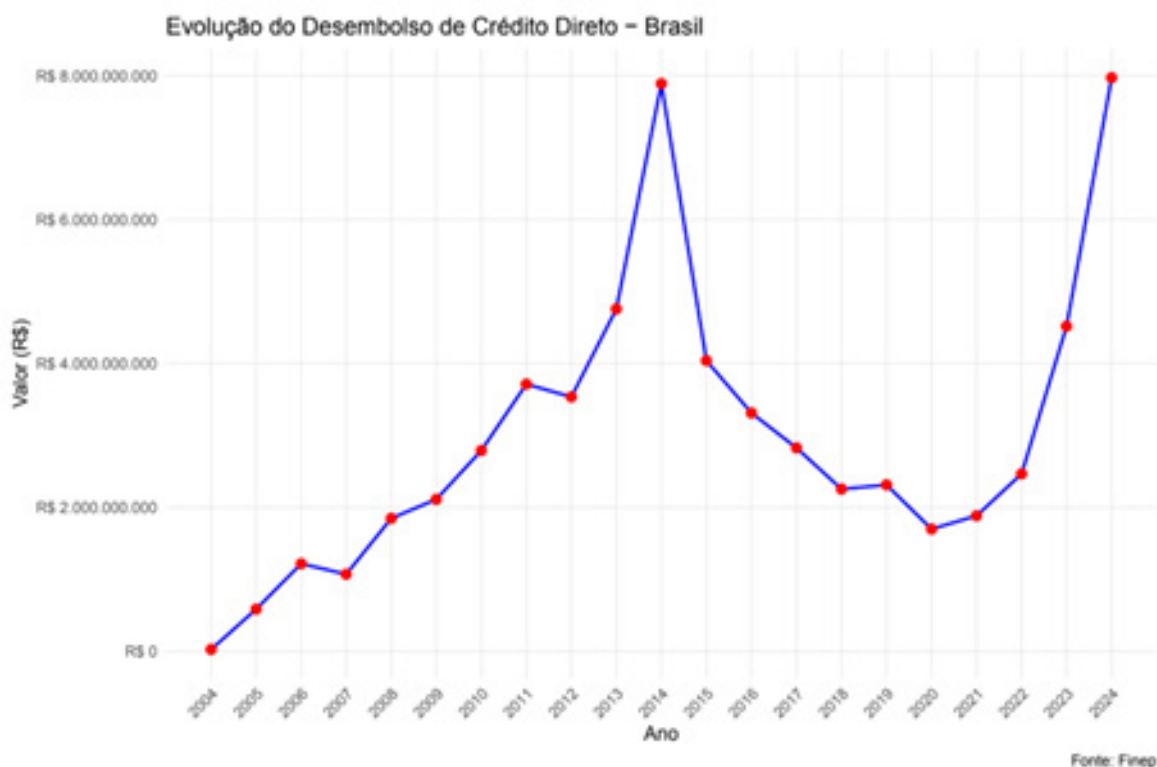
Como restrições metodológicas, destacam-se inconsistências identificadas na base de dados oficial da Finep, como CNPJs inválidos, classificações incompletas e ausência de explicações oficiais para determinados termos e categorias, o que pode afetar parcialmente a precisão de algumas inferências. Apesar disso, o conjunto das análises oferece um panorama robusto e contextualizado das dinâmicas de financiamento à inovação no Brasil, especialmente no contexto mineiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Evolução em R\$ ao longo dos últimos 20 anos nas liberações da Finep por meio do Crédito Direto

A fim de compreender o volume em R\$ e a trajetória das liberações ao longo do período analisado, foi elaborado o gráfico a seguir:

Figura I - Liberações da Finep por meio do crédito direto ao longo dos anos no Brasil - 2004 a 2024



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES (2025).

O gráfico possibilita a visão de dois ciclos de liberações nos últimos 20 anos. O primeiro, referente ao decênio 2004-2014, revela um crescimento progressivo das liberações até culminar no pico de quase 8 bilhões em recursos disponibilizados para fomentar empresas inovadoras no Brasil. Isso corrobora os estudos de Botelho (2024) ao identificar o empenho da gestão estatal durante o período referido em corrigir a desindustrialização do país através de articulações entre leis e planos de desenvolvimento.

São exemplos: a Lei 10.973/2004 (BRASIL, 2004), conhecida como a Lei da Inovação, que institucionalizou a política de fomento à inovação no país; o Plano Maior Brasil (BNDES, 2011), que articula estratégias para a inovação e o aumento da competitividade da indústria brasileira para o triênio 2011-2014; o Plano Inova Empresa (BNDES, 2011) que visa fomentar empresas de diversos setores considerados estratégicos através do BNDES e da Finep e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012-2015 (MCTI, 2011) que representa um marco na política brasileira por definir diretrizes para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Contudo, os dados revelaram que 97% dos recursos foram alocados em médias e grandes empresas. Nesse sentido, a análise desse crescimento sob a ótica neoschumpeteriana sugere que a concentração de poder pode indicar uma "miopia estratégica". Embora o volume de capital tenha aumentado, a priorização de agentes já consolidados tende a favorecer a inovação incremental em detrimento da radical, limitando o potencial de transformação estrutural do Sistema Nacional de Inovação (SNI).

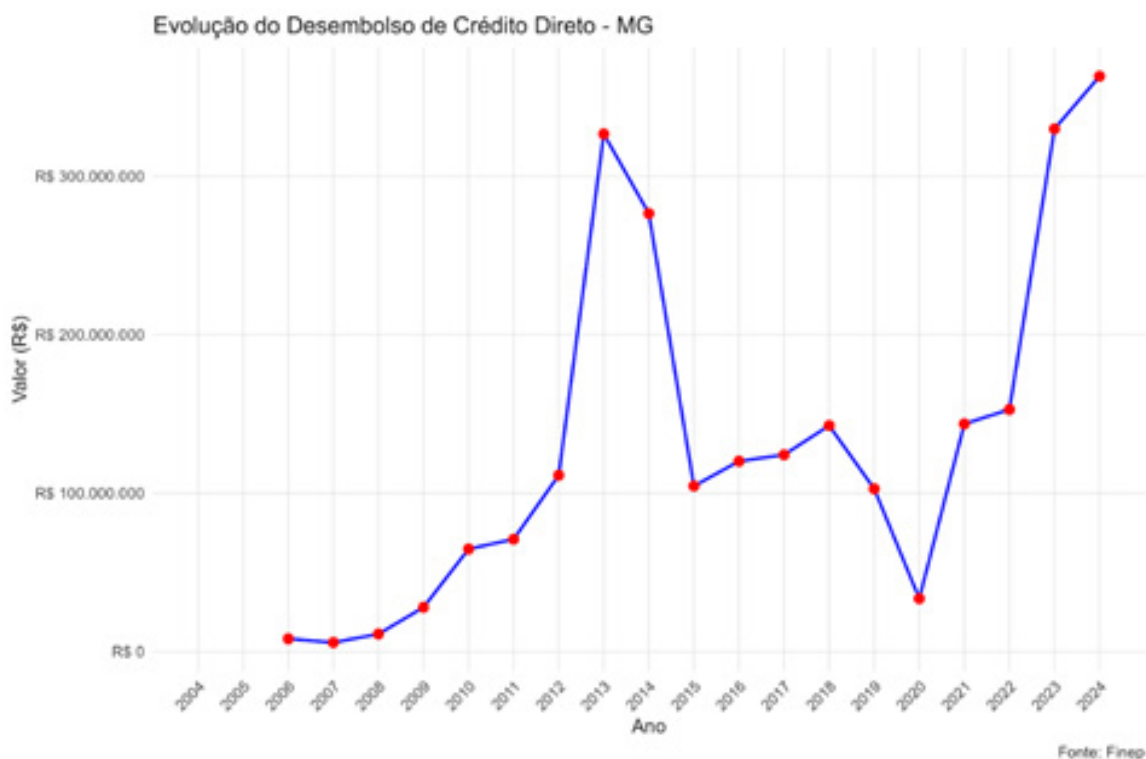
Na sequência da análise do gráfico, observa-se que, de 2015 a 2020, houve uma queda de aproximadamente 75% nos valores liberados pela Finep para o crédito direto, em comparação ao pico de 2014. Essa retração pode ser explicada pela política de austeridade fiscal adotada pelo Governo Federal em 2015, diante da grave crise econômica que se instalou no Brasil (Resende & Terra, 2020), considerada a pior recessão desde 1929. A persistência da redução nas liberações até 2020 está relacionada à continuidade do cenário de instabilidade econômica, agravado pela crise política que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Esse contexto resultou em um ambiente de incerteza, perda de confiança e retração dos investimentos (Resende & Terra, 2020).

Na sequência, a retomada do crescimento nas liberações da Finep a partir de 2022 pode indicar um esforço estatal para reaquecer a política de industrialização e fomentar o desenvolvimento tecnológico nacional, culminando em iniciativas como a Nova Indústria Brasil (NIB). O programa prevê o investimento de aproximadamente 300 bilhões de reais até 2026, por meio de instituições como a Finep, o BNDES e a EMBRAPA (Governo Federal, 2025).

Por fim, conclui-se que as liberações realizadas pela Finep refletem diretamente as prioridades e diretrizes do governo, estando, portanto, sujeitas às condições políticas, às ações governamentais e às suas instabilidades. Tal cenário representa um entrave ao desenvolvimento nacional, pois torna a inovação e o avanço científico e tecnológico dependentes de governos transitórios e de agendas conjunturais, quando o ideal seria que esses investimentos estivessem amparados por uma política de Estado permanente e constitucionalizada (Mazzetti et al., 2020; Leite et al., 2021).

A seguir, a mesma análise foi realizada levando em consideração somente as liberações realizadas para o estado de Minas Gerais, a fim de estabelecer métricas de comparação.

Figura 2 - Liberações da Finep por meio do crédito direto ao longo dos anos em Minas Gerais - 2004 a 2024



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES (2025).

Com início das captações em 2006, o estado de Minas Gerais reproduz o padrão cíclico observado em nível nacional. Dessa forma, nota-se um pico ao final do primeiro decênio, quando o volume de liberações ultrapassou 300 milhões de reais, seguido por uma queda de aproximadamente 80% em 2020. No entanto, diferentemente do comportamento a nível macro, verifica-se um aumento gradual entre 2015 e 2018, antes de uma nova retração em 2019, o que dado a diferença significativa do montante nacional em bilhões para o aporte ao estado de Minas Gerais em milhões, não apresenta possibilidades relevantes de diferença no comportamento Brasil x Minas Gerais.

A respeito desse período, o estudo de Santos (2023) aponta que, entre os triênios 2011–2014 e 2015–2017, a proporção de empresas mineiras que receberam apoio governamental para inovar caiu de 41% para 22%. Em consequência, essas empresas passaram a depender majoritariamente de recursos próprios, o que tende a concentrar as inovações em companhias de grande porte, com maior capacidade de investimento, perpetuando assim desigualdades estruturais e limitando a difusão da inovação no tecido produtivo nacional.

Entretanto, essa lógica também pode gerar um efeito cumulativo de desigualdade regional. Ao priorizar regiões já consolidadas em termos de capacidade tecnológica, instrumentos de financiamento como o crédito direto da Finep podem acabar reforçando trajetórias históricas de concentração produtiva e científica, dificultando a emergência de novos polos de inovação em regiões periféricas do sistema nacional de inovação.

Tal resultado está em consonância com Borges & Chadaverian (2014), ao evidenciarem o prejuízo histórico sofrido por essas regiões em decorrência da concentração industrial e de capital financeiro no Sul e Sudeste do Brasil. Assim, é possível afirmar que o cenário de baixa captação de recursos por parte das empresas privadas nas regiões supracitadas tende a contribuir para a perpetuação do quadro de persistência da desigualdade regional brasileira, uma vez que, conforme apontam Costa et al. (2018) e AtlasBR (2022), essas áreas concentram municípios com os maiores Índices de Vulnerabilidade Social (IVS) e os piores desempenhos no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

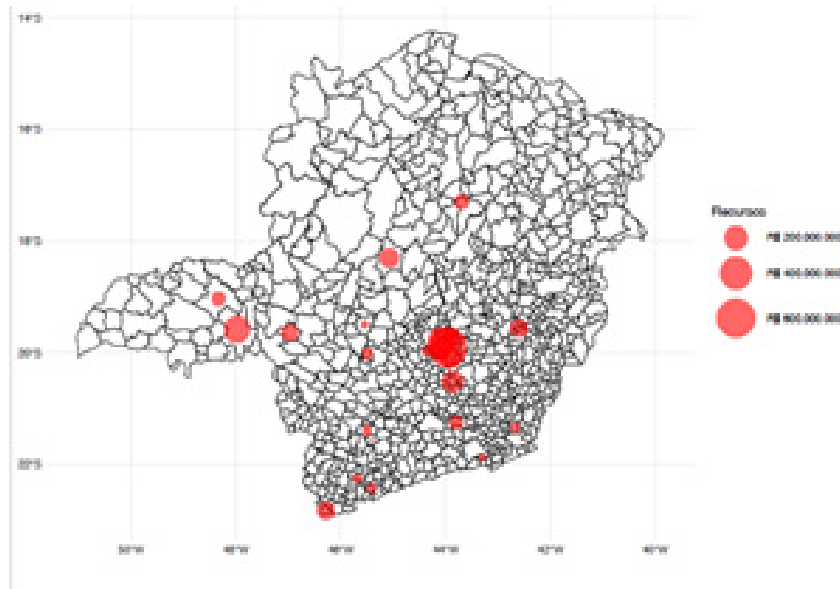
Desde os anos 2000, com a criação dos Fundos Setoriais e a implementação do Plano Brasil Maior, observam-se tentativas dos gestores públicos de reduzir as disparidades regionais por meio de condições de crédito diferenciadas. Entre essas medidas, destacam-se o financiamento de até 100% dos projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de taxas de juros reduzidas e prazos de carência mais longos para essas localidades. Apesar disso, os dados ainda apontam a persistente concentração de investimentos no eixo Sul-Sudeste (Costa, 2024). Diante desse cenário, uma estratégia plausível seria direcionar recursos, em um primeiro momento, para o desenvolvimento do capital humano — por meio do fortalecimento de institutos de ensino e pesquisa — e para a estruturação dos estados menos favorecidos, com investimentos em infraestrutura de transporte e acesso sustentável a recursos naturais, de modo a atrair investidores e indústrias.

Concomitante a isso, predomina-se uma concentração de recursos alocados para a metrópole de São Paulo, o que corrobora novamente com Borges and Chadaverian (2014) e faz jus às enormes movimentações financeiras operadas pelo estado em várias áreas, sendo sua capital reconhecida como polo econômico mundial (Pesquisa Fapesp, 2019). Em contrapartida, Minas Gerais, ainda que fazendo parte da mesma região geográfica que São Paulo, parece não ter benefícios visíveis com a proximidade geográfica, pois sua participação no cenário nacional é de apenas 4,01%, com recursos captados na casa dos 2 bilhões de reais frente a um total de quase 70 bilhões liberados.

Tal discrepância pode evidenciar uma frágil articulação das empresas privadas locais ou, ainda, a reduzida presença de organizações de porte inovador no estado, indo de encontro com Mendonça et al. (2023) ao evidenciarem a baixa participação de Minas Gerais em Investimento e Financiamento em C&T, quando comparado a outros índices de Inovação. Entretanto, tais resultados diferem do estudo de Santos (2023) que apontou que cerca de 30% das empresas mineiras afirmaram terem inovado em processo ou produto ao longo dos anos de 2001 a 2017. Assim, podem ser levantadas as questões de quais outros meios estão utilizando para inovar, senão o fomento da Finep e qual o papel das empresas para a inovação em Minas Gerais.

Para compreender se há disparidades regionais especificamente dentro do estado de Minas Gerais, foi realizada uma análise quantitativa em R\$, resultando no gráfico a seguir.

Figura 4- Recursos captados através do instrumento Crédito Direto (Finep) por município (MG) de 2002 a 2024: análise em R\$



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES (2025).

Dos 853 municípios de Minas Gerais (IBGE, 2023), apenas 30 receberam recursos da Finep no período analisado, ou seja, menos de 4% do total. Isso dialoga com o estudo de Santos (2023) ao diagnosticar que apenas 10 municípios mineiros foram responsáveis por 60% dos pedidos das patentes mineiras feitas ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) até 2017 e confirma o mapeamento feito por Bergue et al. (2024) buscando identificar empresas potencialmente inovadoras em Minas Gerais. Assim, as análises comprovam a concentração interna dentro do estado de Minas Gerais referente a empresas tidas como inovadoras.

Do montante de pouco mais de dois bilhões e meio de reais disponibilizados, quase 25% foram destinados à região da capital, Belo Horizonte. Os demais municípios contemplados estão distribuídos de forma pontual pelo estado, com destaque para a ausência de municípios na região norte. Esses achados corroboram o estudo de Cirino and González (2011), que apontam que o norte mineiro apresenta os piores índices sociais devido à economia deprimida, baixa produtividade agrícola e estrutura urbana limitada e o de Carvalho (2025), que mapeia o Sistema Regional de Inovação (SRI) em Minas Gerais e, identifica a predominância da falta de estrutura em regiões como Vales do Jequitinhonha e Mucuri e o Norte de Minas.

Entretanto, esperava-se que a cidade de Montes Claros estivesse entre os municípios beneficiados, uma vez que é considerado um polo regional e industrial e se distingue do restante da região norte, conforme dados do site da Prefeitura Municipal de Montes Claros (Portal Montes Claros, s.d.) o que, contudo, não ocorreu. Portanto, conclui-se que dentro de Minas Gerais

também há concentração de fomento à inovação às empresas locais, o que merece a atenção de políticas públicas para a correção de tais disparidades. Assim como sugerido para iniciativas em nível macro, os gestores públicos de Minas Gerais deveriam investir no fortalecimento de institutos de pesquisa e na estruturação física das regiões menos desenvolvidas do estado.

Perfil das empresas fomentadas pela Finep através do Crédito Direto

A fim de compreender quem são e o que fazem as empresas fomentadas pela Finep e entender o caminho da inovação no Brasil e em Minas Gerais, fizeram-se duas análises. Para ambas, foram utilizados como base os CNPJs das empresas fomentadas ao longo do período analisado. É importante destacar que, ao longo do tempo, as empresas podem ter mudado de endereço e que os dados foram catalogados com base na situação vigente em 2025. Dessa forma, podem existir eventuais incongruências decorrentes dessas alterações.

Das 4.135 liberações realizadas pela Finep, identificou-se 956 empresas fomentadas. Ou seja, já na pré-análise e tratamento dos dados foi possível diagnosticar a recorrência de aporte para uma mesma empresa algumas vezes. Por isso, buscou-se compreender o ramo das 956 organizações, utilizando-se da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE pela Receita Federal (Governo Federal, 2023) conforme a tabela a seguir:

Tabela I - Divisões das empresas fomentadas pela Finep através do Crédito Direto por CNAE - Brasil

Seção	Divisões	Denominação	Qtd
A	01 .. 03	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	15
B	05 .. 09	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	10
C	10 .. 33	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	500
D	35 .. 35	ELETRICIDADE E GÁS	20
E	36 .. 39	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	10
F	41 .. 43	CONSTRUÇÃO	15
G	45 .. 47	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	65
H	49 .. 53	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	13
I	55 .. 56	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1
J	58 .. 63	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	63
K	64 .. 66	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	55

Seção	Divisões	Denominação	Qtd
L	68 .. 68	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0
M	69 .. 75	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	38
N	77 .. 82	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	26
O	84 .. 84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0
P	85 .. 85	EDUCAÇÃO	11
Q	86 .. 88	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	10
R	90 .. 93	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0
S	94 .. 96	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	2
T	97 .. 97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0
U	99 .. 99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRA-TERRITORIAIS	0
sd	sd	sem classificação	102
			956

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES (2025).

*OS CNPJS TIDO COMO SEM CLASSIFICAÇÃO SE DEVEM A CANCELAMENTOS E BAIXAS, ALÉM DE POSSÍVEIS ERROS NA BASE DE DADOS.

Destaca-se a presença do setor de indústria de transformação, representando mais de 50% do total, confirmando o estudo de Bergue et al. (2024). Aqui, vale ressaltar a importância desse setor para a economia brasileira, sendo ele responsável por empregar mais de 11,5 milhões de pessoas, representa mais de 14% do Produto Interno Bruto (PIB), responde a mais de 25% dos tributos federais arrecadados, fora os tributos previdenciários, e ainda corresponde aos melhores salários do país (CNI, 2025).

Tudo isso justifica e é consequência das políticas de investimentos que têm sido formuladas ao setor, como o caso em questão da Finep. Ainda, como já citado, indo de acordo com a presença consolidada da indústria de transformação nos fomentos dispensados pela agência Finep e buscando aumentar ainda mais o aporte e consequentemente melhorar os índices de contribuição econômica do setor para a economia brasileira, no início de 2024, foi promulgado pelo governo federal a Nova Indústria Brasil (NIB), um programa que prevê o investimento de 300 bilhões de reais até 2026 no setor (Governo Federal, 2025).

Como já visto, para empresas fomentadas pela Finep, a instabilidade na disponibilidade de recursos — recorrente no Brasil devido ao contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a ciclos políticos — exige estratégias consistentes de gestão financeira e de riscos. Períodos como 2015–2016 e o início de 2025 evidenciam que o fluxo de desembolsos pode sofrer interrupções abruptas.

Diante desse cenário, empresas mais maduras costumam manter reservas financeiras destinadas à inovação, utilizando o fluxo de caixa de produtos consolidados para sustentar atividades de PD&I em momentos de atraso nos repasses. Além disso, buscam diversificar as fontes de financiamento, combinando recursos da Finep com linhas de agências estaduais, crédito privado e incentivos fiscais, como a Lei do Bem, reduzindo a dependência exclusiva do fomento federal.

Paralelamente, as empresas devem adotar práticas de gestão adaptativa dos projetos, como a estruturação de cronogramas modulares, que permitem a conclusão de etapas funcionais mesmo em cenários de suspensão temporária do financiamento. Em contextos de crise, também é comum o redimensionamento do escopo e a renegociação de metas com a agência financiadora, alinhando o cronograma à disponibilidade real de recursos. A manutenção de boas práticas de governança — com documentação atualizada e sistemas de acompanhamento financeiro e de projetos — facilita a prestação de contas e agiliza a liberação de parcelas subsequentes quando os recursos são retomados. No cenário recente, iniciativas voltadas à proteção do FNDCT e à descentralização do crédito buscam reduzir essa incerteza e ampliar o acesso ao financiamento para inovação em diferentes regiões do país.

A seguir, fizeram-se as mesmas análises levando em consideração somente as empresas de Minas Gerais. Segue a tabela:

Tabela 2 - Divisões das empresas fomentadas pela Finep através do Crédito Direto por CNAE - Minas Gerais

Seção	Divisões	Denominação	Qtd
A	01 .. 03	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	0
B	05 .. 09	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1
C	10 .. 33	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	34
D	35 .. 35	ELETRICIDADE E GÁS	2
E	36 .. 39	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0
F	41 .. 43	CONSTRUÇÃO	4
G	45 .. 47	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	4
H	49 .. 53	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	0
I	55 .. 56	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0
J	58 .. 63	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5
K	64 .. 66	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	5
L	68 .. 68	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0
M	69 .. 75	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	2

Seção	Divisões	Denominação	Qtd
N	77 .. 82	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1
O	84 .. 84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0
P	85 .. 85	EDUCAÇÃO	0
Q	86 .. 88	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	1
R	90 .. 93	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0
S	94 .. 96	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	1
T	97 .. 97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0
U	99 .. 99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRA-TERRITORIAIS	0
sd	sd	sem classificação	8
			68

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES (2025).

Quanto ao tipo de empresa, Minas Gerais segue a tendência nacional de concentração de aportes da Finep em indústrias de transformação, que representam a principal categoria de beneficiárias do instrumento Crédito Direto. Ao todo, foram identificadas 68 empresas mineiras que receberam financiamento da Finep, correspondendo a pouco mais de 7% do total nacional.

Esse resultado contrasta significativamente com o estudo de Santos (2023), que identificou uma média de 4.469 empresas que declararam ter realizado atividades inovativas em Minas Gerais entre 2001 e 2017. Tal discrepância sugere que a Finep não é o principal agente financiador utilizado pelas empresas mineiras para promover inovação, indicando a possibilidade de que outros mecanismos — públicos ou privados — estejam sendo preferencialmente acionados, ou ainda que parte relevante das inovações seja financiada com recursos próprios.

Para analisar a taxa de sobrevivência e a resiliência de projetos fomentados pela Finep em Minas Gerais, especialmente em períodos de crise, é fundamental considerar a articulação entre o fomento federal e o ecossistema estadual de inovação. Nesse contexto, instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) desempenham um papel complementar importante, atuando como amortecedores quando há contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ao manter linhas de crédito e editais ativos, essas instituições ajudam a preservar o fluxo de financiamento para projetos de pesquisa e desenvolvimento, contribuindo para a continuidade das atividades inovadoras no estado.

Ao longo das últimas duas décadas, observa-se uma volatilidade significativa nas liberações de crédito direto da Finep, o que reforça a importância de estruturas regionais capazes de lidar com essas oscilações. Apesar das desigualdades internas na distribuição de recursos, Minas Gerais apresenta sinais de maturidade institucional na gestão do fomento à inovação, utilizando análises de dados e relatórios oficiais para aprimorar políticas públicas e estratégias de captação de recursos.

O histórico de projetos financiados em universidades mineiras, como a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), inclusive em períodos de transição econômica, sugere que o ecossistema estadual possui capacidade de administrar prazos longos e carências estendidas, características típicas do modelo de financiamento da Finep.

Grandes áreas priorizadas pela Finep para fomentar empresas com Crédito Direto

Por meio da análise das demandas dos editais de chamada e dos títulos dos projetos fomentados pela Finep para o instrumento Crédito Direto, identificou - se ao final grandes áreas de destaque.

A respeito da proporção de cada área no montante das liberações do Brasil, elaborou-se o gráfico a seguir:

Figura 5 - Projetos Crédito Direto (Finep) de 2004 a 2024 por grandes áreas no Brasil:



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES (2025).

O modelo *Treemap* ilustra a distribuição de recursos de fomento em reais (R\$) por "Grandes Áreas", onde o tamanho de cada retângulo é proporcional ao seu montante de participação. É importante notar que a maior fatia, "Títulos Genéricos", engloba projetos cujos títulos não permitiram alocação setorial precisa por ausência de palavras-chave, sendo excluída da análise temática focada.

Destaca-se a espinha dorsal do investimento temático sendo a área Indústria Avançada, Materiais e Mobilidade (R\$13,66 bilhões). Este volume massivo materializa o compromisso com a modernização da base produtiva nacional, indo de acordo com a análise de CNPJs, alinhado a grandes políticas industriais como o Plano Brasil Maior e a Nova Indústria Brasil (Governo Federal, 2025). Tal prioridade reflete o reconhecimento da importância da indústria para o país (CNI, 2025) e a urgência em superar o atraso tecnológico para aumentar a competitividade (Jayme Jr. et al., 2023).

Na sequência, a distribuição dos eixos estratégicos de fomento da Finep demonstra alinhamento com as prioridades nacionais: o Agronegócio 4.0 e Biotecnologia Aplicada (R\$ 9,04 bilhões) reforça a vocação e a prioridade estratégica do setor primário, impulsionando a transição para o Agronegócio 4.0, focado em alta produtividade e valor agregado (ABIFINA, 2017; NEXA, 2023); Saúde, Farma e Equipamentos Médicos (R\$ 5,90 bilhões) demonstra a busca por autonomia tecnológica em um setor vital, visando a resiliência do complexo industrial da saúde e a resposta a vulnerabilidades sanitárias (MCTI, 2011; 2024); TI, Telecomunicações e Transformação Digital (R\$ 4,41 bilhões) atua como base habilitadora para a modernização transversal, sendo crucial para a digitalização de toda a economia com foco em 5G, IA e cibersegurança (MCTI, 2011; 2024; BNDES, n.d.).

As demais áreas representam investimentos estratégicos de fundo, ainda que com volumes menores: Energia, Recursos Naturais e Transição Energética (R\$ 6,60 bilhões) reflete o compromisso com a agenda climática e a matriz energética limpa (Nações Unidas Brasil, 2012; ONU, 2015; WEG S.A., 2024). Sustentabilidade e Economia Circular (R\$ 4,24 bilhões) é um pilar de apoio à agenda ESG (Nações Unidas Brasil, 2012; ONU, 2015). Por fim, Indústrias Criativas (R\$ 3,01 bilhões) e Defesa e Segurança (R\$ 1,17 bilhão) recebem volumes mais direcionados, mas essenciais para a diversificação e a soberania nacional (MCTI, 2011; 2024).

Em síntese, o *Treemap* visualiza uma estratégia de fomento concentrada nas alavancas tradicionais da economia (Indústria e Agronegócio), enquanto mantém investimentos significativos e estratégicos na digitalização, saúde e sustentabilidade.

Figura 6 - Projetos Crédito Direto (Finep) de 2004 a 2024 por grandes áreas em Minas Gerais:



FORNTE: ELABORADO PELOS AUTORES (2025).

Em contraste com o cenário nacional, o *Treemap* de Minas Gerais demonstra uma especialização regional evidente, pautada pela vocação econômica do estado, alinhada com o SRI de Minas Gerais. Em primeiro lugar, predomina a liderança do Agronegócio 4.0, com o setor assumindo a posição de maior destaque, superando a Indústria Avançada. Isso indica uma alocação de recursos altamente direcionada para o fortalecimento de cadeias produtivas rurais, biotecnologia e agricultura de precisão, confirmando a prioridade estratégica do estado no setor primário, conforme debatido em estudos sobre o SRI-MG (Carvalho, 2025).

Na sequência, as áreas Indústria Avançada e TI, Telecomunicações e Transformação Digital disputam as posições seguintes, demonstrando um investimento equilibrado que visa não apenas modernizar o parque fabril, mas também dotar o estado da infraestrutura digital (TI) necessária para a transformação transversal de toda a economia.

A comparação revela que, enquanto o nível federal atua com uma política industrial de grande escopo e flexibilidade, o nível regional de Minas Gerais adapta esses recursos para maximizar o impacto nas suas vocações econômicas primárias (agronegócio).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a trajetória das liberações de crédito direto da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais, entre 2004 e 2024, identificando o perfil das beneficiárias e o alinhamento setorial do fomento à inovação. Além de responder ao problema de pesquisa, a análise oferece uma leitura crítica sobre a eficácia do principal instrumento de fomento reembolsável diante da desigualdade regional e setorial no país. Do ponto de vista teórico, o trabalho contribui para a literatura de Administração e gestão de políticas públicas ao evidenciar como instrumentos financeiros de apoio à inovação podem reproduzir assimetrias estruturais quando não acompanhados de mecanismos explícitos de descentralização e inclusão de novos atores produtivos.

Verificou-se que as liberações nacionais de crédito direto da Finep apresentam forte volatilidade: crescimento até 2014, queda até 2020 e retomada a partir de 2022, refletindo as prioridades e instabilidades governamentais. Essa oscilação, conforme a literatura, constitui obstáculo ao desenvolvimento, pois a inovação depende de políticas de Estado duradouras. Esse resultado reforça, no campo da Administração Pública, a importância da estabilidade institucional e da previsibilidade dos instrumentos de financiamento para a efetividade das políticas de inovação.

Os resultados confirmaram a concentração de recursos em grandes empresas e regiões específicas, com o eixo Sul-Sudeste recebendo quase 90% do total e Norte, Nordeste e Centro-Oeste apenas 10,48%, reproduzindo desigualdades históricas. O crédito direto é majoritariamente destinado a médias e grandes empresas (97%), sobretudo da Indústria de Transformação, e as 15 mais fomentadas concentram 14% dos recursos. Embora justificável pelo potencial tecnológico de empresas âncoras, o instrumento restringe o acesso de PMEs e startups. Esse padrão sugere que o modelo atual de concessão de crédito prioriza agentes já consolidados no sistema nacional de inovação, o que levanta questionamentos relevantes para a gestão estratégica de políticas públicas voltadas à ampliação da base inovadora do país.

Em Minas Gerais, observou-se baixa participação (4,01% do total nacional) e concentração interna: apenas 30 municípios receberam recursos, e quase 25% foram destinados à região de Belo Horizonte. Apesar de possuir um ecossistema inovador robusto, o valor médio de fomento mineiro é seis vezes menor que o nacional, e não houve novas participações de pequenas empresas após o fim do Programa Juro Zero. Isso indica que a Finep não é o principal agente financiador da inovação para a maioria das empresas mineiras. Esse achado representa uma contribuição empírica relevante para a área de Administração ao evidenciar a crescente importância de instituições estaduais de fomento na dinâmica regional de inovação. Em termos gerenciais, os resultados sugerem que a Finep poderia fortalecer estratégias de cooperação com agentes subnacionais, BDMG e a FAPEMIG, ampliando a capilaridade dos instrumentos de crédito e facilitando o acesso de pequenas e médias empresas.

Conclui-se que, embora alinhado a missões estratégicas (NIB e ODS 9, 3 e 7), o crédito direto tem eficácia limitada na redução de desigualdades regionais, cabendo maior protagonismo a agentes estaduais como BDMG e FAPEMIG. Nesse sentido, o estudo contribui para o debate sobre a governança multinível das políticas de inovação, ao demonstrar que a articulação entre instituições federais e estaduais pode ser determinante para ampliar a efetividade dos instrumentos de financiamento e promover maior equilíbrio territorial no sistema nacional de inovação.

Para pesquisas futuras, sugerem-se três eixos: (1) Descentralização e apoio a PMEs, avaliando mecanismos alternativos de fomento; (2) Avaliação dos instrumentos pós-2022, como fundos de venture capital e novos critérios regionais; (3) Análise da devolutiva socioeconômica, investigando os impactos reais das empresas fomentadas em emprego, competitividade e desenvolvimento regional. Essas agendas podem aprofundar a compreensão sobre como instrumentos financeiros de inovação podem ser desenhados e geridos de forma mais inclusiva e eficaz, contribuindo tanto para o avanço teórico da Administração quanto para o aprimoramento prático da gestão de políticas públicas de inovação.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo apoio via projeto APQ-04334-24 do Edital 006/2024.

REFERÊNCIAS

- ABIFINA. (2017). *MG: Ourofino Agrociência e Finep firmam parceria de R\$ 60 milhões*. <https://abifina.org.br/associado-em-foco/mg-ourofino-agrociencia-e-finep-firmam-parceria-de-r-60-milhoes>.
- Asheim, B. T., Isaksen, A., & Trippl, M. (2019). *Advanced introduction to regional innovation systems*. Edward Elgar Publishing.
- AtlasBR. (n.d.). *Ranking 2022*. <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>.
- Avnimelech, G., & Amit, A. (2024). From startup nation to open innovation nation: the evolution of open innovation activities within the Israeli entrepreneurial ecosystem. *Research Policy*, 53(9), 105079.
- Bahia, D.S. (no prelo). *Perfil Do Financiamento Público À Inovação No Estado De Minas Gerais*.
- BDMG. (2024). *Empresários mineiros investem em novos projetos e contratação de crédito no BDMG para inovação bate recorde*. <https://www.bdmg.mg.gov.br/empresarios-mineiros-investem-em-novos-projetos-e-contratacao-de-credito-no-bdmg-para-inovacao-bate-recorde>.
- Bergue, W. R., Carvalho, J. F. S., & Rapini, M. S. (2024). Empresas Potencialmente Inovadoras em Minas Gerais: Um Mapeamento a partir de Instrumentos de Apoio e Fomento à Inovação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 14, n. 3, p. 20-44.
- BNDES. (2011). Plano Brasil Maior. In *Relatório Anual 2011*. https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anuar_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/plano_brasil_maior.html.
- BNDES. (n.d.). *Plano Inova Empresa*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/plano-inova-empresa/plano-inova-empresa>.
- Botelho, M. R. A. (2024). Panorama Geral da Política de Inovação Brasileira nos anos 2000: Avanços e Fragilidades. In *Anais do FÓRUM TÉCNICO MINAS GERAIS PELA CIÊNCIA – Por um desenvolvimento inclusivo e sustentável*. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

- BRASIL. (2004, 3 de dezembro). Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, p. 2.
- Carvalho, J. F. S. (2025). *O Sistema Regional de Inovação de Minas Gerais: o que mudou de 20 anos para cá?* (Texto para Discussão 679). UFMG/CEDEPLAR.
- Carvalho, J. F. S., Rapini, M. S., Campos, A. C., Silva, S. W., & Bergue, W. R. (2024). As Características das Startups Mineiras Depositantes de Patentes. *Revista Economia & Gestão*, 24(68), 5–21. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2024v24n68p5-21>
- Cavalcante, L. R. (2011). *Desigualdades regionais em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil: uma análise de sua evolução recente*. (Texto para Discussão, n. 1574). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Chaves, C. V., Ribeiro, L. C., Santos, U. P., & Albuquerque, E. M. (2020). Sistemas de innovación y cambios en la división centro-periferia: notas sobre una metodología para determinar las trayectorias de los países a partir de las estadísticas de ciencia y tecnología. *Revista de la CEPAL*, n.130, p. 45–64.
- Chiarini, T. (2020). *Cenários para o Sistema Nacional de Inovação: 2019-2022*. INT.
- Cirilo, J. F & Gonzáles, A. M. G. O. (2011). A heterogeneidade do desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais. *Revista de C. Humanas*, v. 11, n. 1, p. 9-23.
- CNI. (2025). *Estatísticas: A importância da Indústria para o Brasil*. <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/>.
- Costa, A. B. (2024). Inovação e território no Brasil: O perfil urbano-regional da subvenção econômica à inovação entre 2010-2019. *Economía, Sociedad y Territorio*, v. 24, n.75.
- Costa, M. A., Santos, M. P. G. dos, Marguti, B., Pirani, N., Pinto, C. V. da S., Curi, R. L. C., Ribeiro, C. C., & Albuquerque, C. G. de. (2018). *Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras*. (Texto para Discussão, n. 2364). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Cruz, B. O., Melo, J. A. de, Silva Filho, L. A. da, & Ribeiro, L. C. de S. (2025). Origens, causas e contextualização da desigualdade regional no Brasil. In B. O. Cruz et al., *Política Nacional de Desenvolvimento Regional: monitoramento e avaliação de impactos dos fundos constitucionais*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- EMBRAPII. (2025). *Manual de Operação dos Centros de Competência - PPI*. <https://embrapii.org.br/wp-content/uploads/2025/07/Manual-de-Operacao-EMBRAPII-Centros-de-Competencia-PPI-Rev.-4.0.pdf>.
- FAPEMIG. (n.d.). *Painel de Indicadores*. <https://fapemig.br/difusao-do-conhecimento/fapemig-em-numeros/painel-de-indicadores-dashboard>.
- Finep. (2022). *Relatório Anual Integrado Finep 2022*. [Relatório].
- Finep. (2024). *Relatório de Gestão 2024*. FI Finep NEP.
- Finep. (n.d.a). *#AquiTemFinep: Finep 50 Anos*. <http://www.Finep.gov.br/a-Finep-externo/aqui-tem-Finep/Finep-50-anos>
- Finep. (n.d.b). *A Finep: Condições Operacionais*. <http://www.Finep.gov.br/a-Finep-externo/condicoes-operacionais>.
- Fragkandreas, T. (2025). Case study research on innovation systems: Paradox, dialectical analysis and resolution. *Research Policy*, 54(1), 105136.
- Governo Federal. (2023). *Assuntos: Mais Orientações Tributárias: Cadastros: CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas: Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE*. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros/cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-ctae>.
- Governo Federal. (2025). *Ministério da Fazenda: Nova Indústria Brasil*. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/nova-industria-brasil>.
- Goyal, N., Howlett, M. & Woo, J.J. (2025). Policy innovation: an introduction from the special section. *Public Administration*. [Early View].
- IPEA. (2022). *Indústria e inovação no Brasil: desafios para o crescimento tecnológico*. IPEA.
- Jayme Jr, F. G., Campolina, B., & Salomão Filho, F. (2023). Economia mineira em um mundo em transformação: atraso tecnológico e dilemas recentes. *Nova Economia*, v. 33, n. 3, p. 571-589.
- Leite, A. C., Paiva, D. M. S., & Souza, J. S. (2021). Políticas Públicas De Inovação: Breve Estudo Sobre Os Marcos Conceituais, Desafios E Suas Perspectivas No Brasil. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas*, v. 6, n. 02, p. 41–60..
- Mazzetti, A. C., Gazolla, M., & Marini Junior, M. A. (2020). PCTI no Brasil: a relação inovação e sistema produtivo na atual estratégia nacional. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat*, v. 17, n. 1.
- Mazzucato, M. (2014). *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado* (E. Serapicos, Trad.). Portfolio-Penguin. (Original work published 1953)

- Mazzucato, M. (2018). Mission-oriented innovation policies: challenges and opportunities. *Industrial and Corporate Change*, 27(5), pp. 803-815.
- Mazzucato, M. (2021). *Mission Economy: A Moonshot Guide to Changing Capitalism*. Harper Business.
- MCTI. (2011). *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015: Balanço das Atividades Estruturantes 2011*. MCTI.
- MCTI. (2024). *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2024-2030*. MCTI.
- Mendonça, R. M., Pinheiro, M. C. G., & Silva, T. S. da. (2023). *Índice de Inovação dos Estados Brasileiros (2023)*. [Apresentação de conferência]. 51º Encontro Nacional de Economia. https://www.anpec.org.br/encontro/2023/submissao/files_/i9-dfc6932c4361cbf4b35031cd7451259d.pdf.
- Nações Unidas Brasil. (2012). Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável. [Notícia].
- NEXA. (2023). *Nexa fecha contrato com a Finep para desenvolver novos produtos agrícolas a partir de resíduos minerais*. <https://www.nexaresources.com/nexa-fecha-contrato-com-a-Finep-para-desenvolver-novos-produtos-agricolas-a-partir-de-residuos-minerais>.
- Oliveira, A. L. S., Carvalho, J. F. S., da Silva, J. C., & Júnior, A. C. B. (2025). Mapeamento de uma dimensão do Sistema Mineiro de Inovação: os polos EMBRAPII. *Revista de Inovação e Tecnologia - RIT*, 15(1), 23–38. <https://rit.openjournalsolutions.com.br/index.php/rit/article/view/168>
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ONU.
- Pesquisa Fapesp. (2019). *São Paulo entre os polos econômicos mundiais*. <https://revistapesquisa.fapesp.br/sao-paulo-entre-os-polos-economicos-mundiais/>.
- Portal Montes Claros. (n.d.). *Conheça a cidade: Economia*. <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/economia#:~:text=As%20ind%C3%BAstrias%20aqui%20instaladas%20se,f%C3%A1brica%20de%20cimento%20do%20Brasil>.
- Resende, M. F. C. & Terra, F. H. B. (2020). Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 2, p. 469-496.
- Santos, E. C. C. (2023). *Panorama evolutivo dos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de Minas Gerais de 2000 a 2020*. (Texto para discussão 22). Fundação João Pinheiro.
- SIMI - SISTEMA MINEIRO DE INOVAÇÃO. (2020). *Atualização do estudo sobre o ecossistema de inovação mineiro é lançada*. <https://simi.mg.gov.br/atualizacao-do-estudo-sobre-o-ecossistema-de-inovacao-mineiro-e-lancada/>.
- Tunes, R. H. (2017). O reforço às desigualdades regionais no Brasil no século XXI: concentração espacial do processo de aprendizagem e da produção inovadora. *Confins – Revista franco-brasileira de geografia*, n. 32.
- WEG S.A. (2024). *Relatório de Sustentabilidade 2024*. WEG.

EXPLORING INNOVATION AND TRANSACTION CAPACITY IN THE NORTHERN RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

EXPLORANDO A INOVAÇÃO E A CAPACIDADE DE TRANSAÇÃO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

CARLOS DANIEL ROTINI

carlossj005@gmail.com
Atitus Educação
<https://orcid.org/0009-0001-6899-5521>

MARIANA DA LUZ FERREIRA

marianadaluzferreira@gmail.com
Atitus Educação
<https://orcid.org/0009-0009-7016-2594>

LEILA DAL MORO

leila.moro@atitus.edu.br
Atitus Educação
<https://orcid.org/0000-0003-0456-4260>

MARCIA RODRIGUES CAPELLARI

marcia.capellari@atitus.edu.br
Atitus Educação
<https://orcid.org/0009-0001-7749-4745>

GIANA MORES

giana.mores@atitus.edu.br
Atitus Educação
<https://orcid.org/0000-0003-3733-2220>

A B S T R A C T

This study investigates the role of regional innovation ecosystems in enhancing startups' transaction capacity, specifically in the context of Northern Rio Grande do Sul, Brazil. Specifically, it explores the underlying processes employed to mitigate uncertainty, formalize agreements, and streamline negotiations among regional stakeholders. Adopting an exploratory-qualitative framework, the research draws on semi-structured interviews with founders from ten startups affiliated with two prominent regional innovation hubs. The findings reveal that while the ecosystem bolsters credibility and facilitates customer referrals, it faces challenges in fostering deep-seated connectivity, thereby limiting visibility into broader business opportunities. Furthermore, while the ecosystem nurtures a customer-centric orientation, its direct influence on deepening client relationships remains peripheral. By integrating transaction cost theory with innovation ecosystem literature through thematic content analysis, this study advances the theoretical understanding of how relational and institutional arrangements configure transactional dynamics. Theoretically, it extends the construct of transactional capacity to the ecosystem level, highlighting inherent asymmetries in how these environments mediate commercial interactions. Practically, the study offers strategic insights for ecosystem managers and policymakers, pinpointing

ting coordination gaps and systemic hurdles that must be addressed to enhance stakeholder integration and economic development.

KEYWORDS

Innovation Ecosystems; Startups; Transaction Capacity; Regional Development; Customer Relationships; Management

RESUMO

Este estudo investiga o papel desempenhado pelos ecossistemas de inovação no fortalecimento da capacidade de transação de startups, no contexto do Norte do Rio Grande do Sul, Brasil. De forma específica, explora os processos subjacentes empregados para mitigar incertezas, formalizar acordos e agilizar as negociações entre os atores regionais. Adotando uma estrutura qualitativa-exploratória, a pesquisa baseia-se em entrevistas semiestruturadas com fundadores de dez startups vinculadas a dois proeminentes polos regionais de inovação. Os resultados revelam que, embora o ecossistema reforce a credibilidade e facilite a indicação de clientes, enfrenta desafios no fomento de uma conexão profunda, o que restringe o olhar para oportunidades de negócios mais amplas. Além disso, embora o ecossistema estimule uma orientação centrada no cliente, sua influência direta no aprofundamento do relacionamento com eles permanece periférica. Ao integrar a teoria dos custos de transação à literatura sobre ecossistemas de inovação por meio da análise de conteúdo temática, este estudo avança na compreensão teórica de como os arranjos relacionais e institucionais configuram as dinâmicas transacionais. Teoricamente, o trabalho estende o constructo de capacidade transacional ao nível do ecossistema, destacando assimetrias inerentes à forma como esses ambientes medeiam as interações comerciais. Em termos práticos, o estudo oferece subsídios estratégicos para gestores de ecossistemas e formuladores de políticas, identificando lacunas de coordenação e gargalos sistêmicos que devem ser superados para ampliar a integração entre os stakeholders e promover o desenvolvimento econômico.

PALAVRAS - CHAVE

Ecossistemas de Inovação; Startups; Capacidade de Transação; Desenvolvimento Regional; Relacionamento com Clientes; Gestão.

INTRODUCTION

Global dynamism has intensified the search for sustainability and innovative business models. Innovation, defined as the introduction of new products, services, production methods, markets, or organizations (Schumpeter, 1982), is central to startups, which pursue scalable and profitable business models (Blank & Dorf, 2012). Startups embody innovation, experimenting with new ideas and adapting to technological change (Amorim & França, 2023; Pimenta & Lana, 2020; Skala, 2019).

However, they face barriers such as high innovation costs, a lack of managerial skills, and limited collaboration (Noelia & Rosália, 2020). Young firms depend on external actors, especially in the early stages, to enhance their innovation capacity (Fukugawa, 2018; Marcon & Ribeiro, 2021).

Innovation capacity encompasses technological learning, management, and transaction capabilities, enabling firms to deliver market-validated solutions and establish a competitive advantage (Zawislak et al., 2012). Among these, transaction capacity, processes linking innovation to the market through sales, branding, negotiation, logistics, and after-sales, plays a crucial role in reducing transaction costs (Reichert et al., 2015).

From a transaction cost perspective (Williamson, 1993), governance structures that promote coordination, trust, and information exchange tend to reduce uncertainty and improve transactional efficiency. In this sense, innovation ecosystems may function as institutional and relational arrangements that facilitate interactions among startups and key actors such as universities, investors, and support organizations (Adner, 2006). By fostering connectivity, shared norms, and resource complementarities, ecosystems can lower coordination costs and strengthen startups' transaction capacity.

Innovation ecosystems, comprising companies, universities, and government organizations, offer startups resources, collaboration opportunities, and market access (Adner, 2006). Ecosystem actors reduce barriers to innovation and help startups adapt to volatile environments (Fukugawa, 2018; Walrave et al., 2018; Noelia & Rosália, 2020). Despite this interdependence, little research has examined how ecosystems foster startups' transaction capacities. Fukugawa (2018) highlights incubator resources, while Marcon and Ribeiro (2021) explore resource management across the startup lifecycle. Identifying which ecosystem actions directly support startups remains a challenge.

In this study, we focus on Northern Rio Grande do Sul, a leading Brazilian innovation hub with 16 technology parks, 43 incubators, Senai institutes, Embrapii units, and over 1,000 startups (Secretary of Innovation, Science and Technology, 2022). The guiding question is: How do startups perceive the performance of the regional innovation ecosystem in terms of its transaction capacity? This involves exploring how startups define the ecosystem, the positive and negative aspects of participation, and the opportunities and challenges for strengthening transactions among actors.

THEORETICAL BACKGROUND

At the end of the 20th century, specifically in the 1990s, new forms of entrepreneurship emerged, including startups. A startup is an organization that seeks a scalable and profitable business model (Blank and Dorf, 2012). Furthermore, a startup can be defined as an institution that creates innovative products and services in uncertain situations. Startups are considered companies born with technological foundations and disruptive innovations that drive market growth and generate competitiveness. Furthermore, Skala (2019) defines startups as innovation actors who use technologies in their operations.

The distinction between startups and other companies is being questioned in academia and the business world. Skala (2019) identifies four main distinguishing characteristics: operating time and scarce financial resources; innovation (startups offer innovative solutions); development and scalability (startups grow fast and are ambitious); and operations supported by technology. The author presents a model of startup definition called the “startup definition spiral.” The model defines a startup according to the organization's maturity, dividing the startup's life cycle into three primary stages: initial, expansion, and maturity. At an early stage, a startup is defined as an organization with limited resources that identifies a market problem. In the expansion phase, it is a rapidly growing organization; in the maturity phase, it is a highly scalable company.

In the current Brazilian scenario, according to the Brazilian Startup Association, approximately 14,000 startups were identified in 2022. Furthermore, the latest Mapping of the Brazilian Startup Ecosystem conducted a study with 1,753 startups across 266 cities in the Brazilian territory. It is noted that the regional distribution is more significant in the Southeast (53.2%), South (23.6%), and Northeast (13.1%). In the North (5.0%) and Central-West (5.1%) regions, there are fewer participating startups (Associação Brasileira de Startups, 2022).

In this study, the main profiles of participating startups can be identified: 14.5% tech (education), 9.1% fintech (finance), 8.9% health tech, and life sciences (encompassing health and well-being). The participation of these startups in innovation hubs (75.4%), academia (53.7%), and corporate (49.4%) stands out, demonstrating a network of cooperation with startups and relationships with market players. Finally, 60.4% of startups indicate that they did not receive investment, and one of the main reasons was that they were preparing to start looking for investments (37.8%); this data can be considered for the creation and improvement of ecosystems of innovation capable of helping startups throughout their processes, from ideation, operation, traction, to scale-up.

However, the path to success for a startup is challenging. Startups typically encounter challenges such as high innovation costs, a lack of commercial and managerial expertise, and difficulties collaborating with other parts of the industry (Noelia & Rosália, 2020). It is estimated that in Brazil, at least 25% of startups cease their activities in the first year of life, and 50% disappear by the fourth year (Arruda, Nogueira, Cozzi, & Costa, 2014).

One way startups can access resources more easily is through the actors who make up an innovation ecosystem (Marcon & Ribeiro, 2021). Interactions between startups and actors can strengthen value co-creation by combining the specific needs of both parties, including those of startups (Marcon & Ribeiro, 2021). According to Fukugawa (2018), early-stage startups benefit most from interactions with external actors, as they depend on them to improve their innovation capabilities.

Furthermore, when several actors act together, obstacles during the startup's innovation process can be reduced (Noelia & Rosália, 2020). Moreover, startup entrepreneurs must maintain and strengthen connections with actors in an innovation ecosystem, as these connections benefit startups throughout their journey (Noelia & Rosália, 2020). According to Audretsch et al. (2023),

collaboration within the innovation ecosystem or business groups can enhance management and quality control systems in startups, which often lack financial resources and qualified labor for their development.

Innovation Ecosystems

In this study, the definition of innovation ecosystem follows Granstrand and Holgersson (2020), who conceptualize it as an evolutionary set of actors, activities, products and services, institutions, and relationships, including complements and substitutes, that are essential for the innovative performance of an agent or population of agents. This definition encompasses key elements highlighted in literature, such as collaboration and value co-creation among heterogeneous actors (Adner, 2006; Walrave et al., 2018), while also incorporating institutional interactions consistent with the Triple Helix perspective.

Adner (2006) defines an innovation ecosystem as a collaborative network in which members combine their offerings into a coherent customer-facing solution. An innovation ecosystem is similar to a business ecosystem in that both aim to create cooperative networks for innovation; however, the former is primarily concerned with value creation, while the latter focuses on capturing value (Gomes et al., 2018).

Walrave (2018) defines an innovation ecosystem as a network of interdependent actors that combine resources and capabilities to co-create and deliver a value proposition to end users, thereby appropriating the gains from this process. Furthermore, these innovation ecosystems are supported by the concept of open innovation, as outlined by Chesbrough (2003). This would be a set of internal and external ideas focused on market needs and on advancing technology. The author argues that open innovation is more successful than closed innovation, where a company develops its entire innovation process internally.

Recent studies have expanded the discussion on innovation ecosystems by examining their reconfiguration in the post-pandemic context. Scholars highlight the increasing role of digitalization, hybrid collaboration models, and stronger governance mechanisms as central elements for ecosystem resilience and coordination (Autio, Nambisan, Thomas & Wright, 2023; Jacobides, Cennamo & Gawer, 2024). Additionally, recent research emphasizes that growing interdependence among actors requires clearer role definition and more structured coordination to reduce uncertainty and transaction costs within ecosystems (Ritala, Almpantopoulou & Vanhaverbeke, 2023).

In a study by Granstrand and Holgersson (2020), a systematic review of 120 publications on the definitions of innovation ecosystems identified 21 distinct definitions. In these definitions, the component that appears in all of them is the set of actors. The second most common element was collaboration, which appeared in 16 definitions, and the third was activity, appearing in 15 definitions (Granstrand & Holgersson, 2020). Therefore, definitions of innovation ecosystems highlight the importance of collaboration among actors. This study proposes a definition of an

innovation ecosystem as an evolutionary set of actors, activities, products/services, institutions, and relationships, including complements and substitutes, that are essential for the innovative performance of an agent or population. Of actors (Granstrand & Holgersson, 2020).

Furthermore, the Triple Helix model proposes a structure that describes the interactions and collaborations among three critical actors in the innovation process: universities, companies, and government (Etzkowitz, 2000). Furthermore, Etzkowitz (2000) highlights that several countries and regions seek to achieve the Triple Helix, with the common objective of creating an innovative environment formed by universities, companies, and government, characterized by strategic alliances operating in different areas and at varying levels of technology.

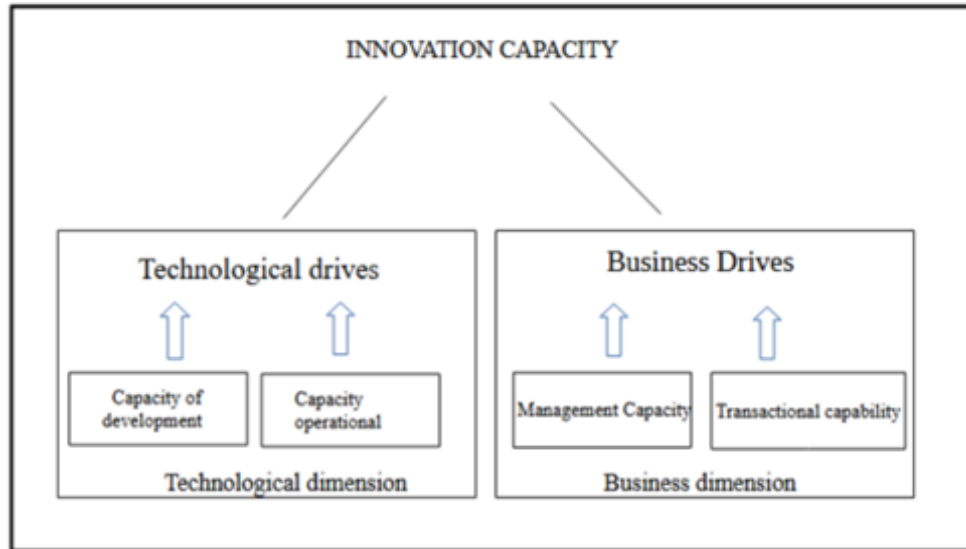
However, Etzkowitz (2000) recognizes that the interaction of these three actors is complex, highlighting the need to create intermediary organizations to unite them. Innovation ecosystems are fundamental to a country's economic and technological development, as they bring together diverse groups, including people, companies, universities, governments, and investors, to create innovative solutions to current challenges.

Transaction Capacity

Teece (1986) examines how companies can obtain competitive advantage and profit from innovation. A company's capacity for innovation generates competitiveness; however, profiting from innovations requires finding complementary sources, channels, and assets to bring them to market (Teece, 1986). According to Zawislak et al. (2012), a company's innovation capacity is defined as a technological learning process: its capacity for technology development and operation, as well as its management and transactional routines. Innovation capacity refers to a company's ability to deliver new, market-validated solutions.

The company must take to the market everything it develops, operates, manages, and generates economic value (Alves et al., 2017). The model proposed by Zawislak et al. (2012) suggests that a company's innovation capacity is based on four sub-capabilities; that is, innovation results from activities across the four main areas of a company: develop, operate, manage, and transact. Most companies comprise four essential areas: development, operations, management, and transactions. Furthermore, a company with the capacity to innovate can meet future demands and thus add value (Ahn, Kim & Lee, 2022).

Furthermore, these capabilities are grouped into technological and business drivers (Alves et al., 2017). Technological drivers or development capabilities indicate the company's ability to generate and operationalize goods or services. Business drivers (management and transaction capacity) concern taking the good or service to market and the company's ability to manage and sell it (Alves et al., 2017). Figure 1 stands out with the presentation of technological and business drivers:

Figure 1: Model - Innovation Capacity

SOURCE: ELABORATED BASED ON ALVES ET AL. (2017).

A study was conducted to understand the innovation capabilities of startups, following the model proposed by Zawislak et al. (2012), which enabled startups to identify their weaknesses and avoid mistakes that could prevent them from succeeding (Tullius & Schaeffer, 2016). Focusing on the transaction or commercialization capacity proposed in the highlighted model, it encompasses the skills, routines, and knowledge necessary to transact products or services in the market (Zawislak et al., 2012). This ability requires knowledge of sales, marketing, and customer relations, encompassing acquisition, after-sales support, and supplier management. Zawislak et al. (2012) argue that transaction capacity encompasses all the processes a company undertakes to reduce costs within each process.

Williamson (1993) initially proposed the theory of transaction costs, which posits that economic transactions occur in different environments, such as hierarchies and contracts, as each environment incurs specific expenses related to its transactions. Transaction costs typically encompass identifying actors, negotiating terms, drafting contracts, and overseeing compliance. Transaction capacity connects innovation with the market through different commercial activities (Zawislak et al., 2012). Companies can start by applying knowledge based on technology. However, this will not guarantee its existence; the product or service must be manufactured at the lowest possible cost, supported by a management structure, traded on the market with minimum expenses, and generate Schumpeterian (extraordinary) profits (Zawislak et al., 2012).

METHOD

The study employs a qualitative approach. The research was divided into three stages: bibliographic research, data collection, and analysis. Bibliographic research provided theoretical support for the development of the data collection instrument.

The study focuses on Northern Rio Grande do Sul, an emerging region in terms of innovation. The choice of this region was based on the density of innovative actors in the area, including startups, technology parks, and public initiatives, enabling a focused study of an emerging ecosystem. This delimitation allows for an in-depth analysis of the dynamics and challenges of local innovation movements. Movements A and B were intentionally selected as empirical focal points because they represent the most structured and institutionally consolidated innovation initiatives in the region. Both concentrate a significant number of startups, articulate partnerships among universities, firms, and public actors, and play a central role in coordinating regional innovation activities. Therefore, they were chosen as representative nuclei of the Northern Rio Grande do Sul innovation ecosystem.

The second phase consisted of interviews with strategic-level founding partners of startups between August and December 2023. The selection was made through initial contact with the startups, and the founding partners were selected. Two startups that participated in initiatives promoted by the two main innovation movements in the city and region (Movements A and B) chose not to participate in this research. Furthermore, a total of 220 minutes was recorded, averaging 22 minutes per interview. Finally, 46 pages of transcribed content were obtained, totaling 29,715 words. The names of the innovation movements were kept confidential in this document.

According to institutional guidelines, studies involving adult professionals with minimal risk do not require formal approval from a Research Ethics Committee. However, all ethical procedures were rigorously followed. Participants were informed about the research objectives, their confidentiality and anonymity were guaranteed, and they voluntarily agreed to participate.

Table I presents the startups that were interviewed, including their segments, their connection with innovation movements in the Northern Rio Grande do Sul, and the number of employees of each one:

Table I: Startup interviews, their segments, connection with innovation movements, and number of employees

Startup	Segment	Movement	Number of collaborators
Startup 1	Education	Movement A	1
Startup 2	Advocacy	Movement A	15
Startup 3	Education	Movement A	32
Startup 4	Education	Movement A	8

Startup	Segment	Movement	Number of collaborators
Startup 5	Education	Movement A	9
Startup 6	Real Estate	Movement A	20
Startup 7	Technology	Movement A	15
Startup 8	Technology	Movement B	27
Startup 9	Technology	Movement B	20
Startup 10	Education	Movement B	42

SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024).

The third stage consisted of data analysis. The interviews were conducted with partners of the foundations who work at a strategic level and were transcribed before verification. The content analysis technique proposed by Bardin (2016) was used for data analysis. It was divided into three phases: pre-analysis, exploration of the material, and treatment of the results, including inferences and interpretation. The analysis categories were previously defined based on the structure of the data collection instrument, covering the following themes: innovation ecosystems, transaction capacity, and opportunities and challenges, with a focus on their managerial implications. Additionally, the MAXQDA 2024 software was contracted to validate the results, facilitating the analysis and interpretation of the data.

As an instrument for data collection, a semi-structured script was prepared based on the theoretical framework, particularly that of Zawislak et al. (2012). Furthermore, analysis categories were created, which sought to address the proposed objectives:

1. Understand how the innovation movement in Northern Rio Grande do Sul, as the interviewees refer to it, is perceived by startups, highlighting both the positive and negative aspects of being part of it.
2. Identify the perception of the innovation ecosystem's performance regarding the transaction capacity of startups.
3. Identify the opportunities and challenges that this innovation ecosystem will face in encouraging transactions between network members.

The selection criteria focused exclusively on startups connected to Movements A and B to maintain the study's coherence and consistency. Although the sample includes only startups affiliated with Movements A and B, this delimitation was intentional to ensure greater alignment with the study's objectives and to enable a more in-depth analysis of the impact of specific initiatives on the development of transaction capacity. This approach provides a clearer understanding of how these movements influence startups within the regional innovation ecosystem.

Startups in the Northern Rio Grande do Sul were selected as an object of study. Furthermore, we sought to apply another inclusion criterion: selecting startups in contact with the city's

innovation movements, which aim to engage stakeholders and promote local businesses, as well as those more adept at addressing social issues and integrated within the innovation ecosystem. To achieve this, we searched through two independent movements: Movement A and Movement B.

Movements A and B were chosen as the study's focal points due to their relevance in the regional innovation ecosystem. Movements A and B were selected as the primary local actors in innovation ecosystems, widely recognized for their ability to attract startups and foster regional connections. These movements represent distinct yet complementary approaches to fostering innovation, providing a comprehensive view of the ecosystem dynamics in Northern Rio Grande do Sul.

Movement A is made up of entrepreneurs and leaders from different market segments. Its mission is to foster, through business collaboration, the innovation ecosystem and development of the Northern RS; its activities are focused on pillars of innovation, such as acceleration and investment in startups and corporations and the creation and dissemination of a culture of innovation, bringing together companies from different segments, including retail, pharmaceutical, food, energy, and health (excerpt taken from the movement's organizational website, with the name kept confidential).

Movement B is an environment of innovation and entrepreneurship within a university in Passo Fundo. It is an innovation movement led by individuals who connect university research with startups and large companies, thereby enhancing innovation. They operate across the region's main areas: health, agribusiness, education, and service provision. Movement B provides services ranging from physical infrastructure for setting up companies to service provision (excerpt taken from the movement's organizational website, with the name preserved confidentiality).

RESULTS AND DISCUSSION

Innovation Ecosystem

The findings presented in this section integrate evidence from interviews, documentary analysis, and survey data. Rather than examining each methodological procedure separately, the results are organized around analytical dimensions that reflect convergent patterns identified across the different data sources.

Innovations are increasingly developed and commercialized by networks of co-creating actors, defined as innovation ecosystems (Walrave, 2018). Innovation ecosystems aim to facilitate joint efforts to develop innovations that can be delivered to the market. From the interviews carried out in Table 2, actions implemented in the analyzed region stand out, such as the creation of an innovation secretary in the city of Passo Fundo in 2023, which shows how startups perceive innovation movements:

Table 2 - Perception of innovation movements in the Northern Rio Grande do Sul

Category	Excerpts from interviews	Startups	Movement
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	The movement has been gaining momentum, particularly within the quadruple helix, involving government, business, and civil society.	Startup 1	Movement A
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	From 2022 to 2023, we started to have a maturing ecosystem. We do not have it; we do not consider it a ready ecosystem, but a maturing ecosystem, already much better than I could have imagined 10 years ago.	Startup 2	Movement A
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	I see a movement today with many regional and local participants. It is an interesting movement, so it is at its peak for me.	Startup 3	Movement A
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	They are cells, and I believe in innovation and entrepreneurship; cells spread across the city.	Startup 4	Movement A
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	We have made significant progress in organizing people into ecosystems, right? There was no group organization like that, and now we have several.	Startup 5	Movement A
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	It is a timid movement. However, at the end of 2023, I will step in to consolidate and tighten this movement. It is still primarily a business rather than a community.	Startup 6	Movement A
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	I believe that with this union, the movement has now—on several fronts, I think this is the correct term—realized the strength that Passo Fundo has and can bring this recognition to the region, which will generate more opportunities.	Startup 7	Movement A
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	From that year onward, a more significant mobilization began as well. So I am thrilled. We have noticed companies appearing and people looking. There is a recent movement I was not previously aware of.	Startup 8	Movement B
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	More movement is emerging as time passes. However, in some movements, people do not fully understand what innovation is.	Startup 9	Movement B
Perception of the innovation movement in the city of Passo Fundo	There are launch events and media coverage of the innovation process, but concrete actions can encourage specific stages of innovation, seek investment, and bring new products to market. I especially do not see it, and I am not aware of it.	Startup 10	Movement B

SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024)

According to the excerpts presented, the interviewees recognize the advancement of innovation movements in the Northern Rio Grande do Sul, especially between 2022 and 2023, as said by the founding partner of startup 2: “In 2022-2023, we started to have a maturing ecosystem. We do not have it; we do not consider it a ready ecosystem, but a maturing ecosystem, already much better than I could have imagined ten years ago.”

Some interviewees question this growing movement, arguing that these are just events held and that there needs to be a better understanding of what innovation is and what actions encourage startups to innovate. Excerpts from the speeches of the founding partners of startups 9 and 10 highlight this issue: “My perception is that there is much movement emerging more and more as time passes, but sometimes in some movements, I see that people do not quite understand the which is innovation”, “There are launch events, there are media on the innovation process, but concrete actions that can encourage, in particular, stages to innovate, to seek investment, to bring new and different products. I, in particular, do not see or know it.”

Furthermore, we sought to understand what the interviewees know about innovation ecosystems. Adner (2006) states that an innovation ecosystem is a collaborative network in which members combine their offerings into a coherent customer-facing solution. Given their perception of an innovation ecosystem, the interviewees identified the key terms.

The most prominent terms are companies, innovation, and actors. With words such as group, set, multiple, and involved, there is an understanding that an innovation ecosystem needs more than several different actors working collectively and supporting each other, searching to meet everyone's needs and development. This corroborates Walrave (2018), who defines an innovation ecosystem as a network of interdependent actors that combine resources and capabilities, with key actors seeking co-creation, delivering a value proposition to end-users, and appropriating the gains from this process. Finally, the term "city hall" shows that the interviewees recognize the participation of the public sector within an innovation ecosystem, in line with the Triple Helix model, where a structure is proposed that describes the interaction and collaboration between the three key actors in the innovation process: universities, companies, and government (Etzkowitz, 2000).

Furthermore, they were asked to identify the main positive aspects of being part of the innovation ecosystem in Northern Rio Grande do Sul. Terms such as knowledge, networking, opportunities, and business are highlighted. There are also terms such as 'exchange' and 'help,' which reinforce the main positive points of being part of the innovation ecosystem in Northern Rio Grande do Sul. This ecosystem is in contact with various actors to exchange experiences, conduct business, and accelerate startups' innovation.

On the other hand, the main negative aspects of being part of the innovation ecosystem in Northern Rio Grande do Sul were investigated. It is noted that there is a perception about the number of meetings, agendas, and events held without an established purpose; this becomes evident when the terms productive, result, agenda, empty, and return are connected. Furthermore, terms such as "bubble", sub-ecosystems, competition, and sets suggest that within the region's innovation ecosystem, several groups may be more open to forming relationships, allowing everyone to mature. Competition can seem like a negative, but it is also an opportunity to share ideas.

Granstrand and Holgersson (2020) define an innovation ecosystem as an evolutionary set of actors, activities, products/services, institutions, and relationships, including complements and substitutes, that are important for the innovative performance of an agent or population of actors. Table 3 lists some excerpts from the interviews carried out, as well as defining the startups they refer to:

Table 3 - Perception of Movement A

Category	Excerpts from the Interviews	Startup	Movement
Perception about Movement A	The hub they are creating, the physical space, will be necessary. What is missing is that they interfere. This attracts a lot of attention, but there are few startup openings.	Startup 5	Movement A
Perception about Movement A	I think Movement A's work is fundamental. We are renting a room in the hub and plan to move in December. Movement A is slightly plural, so they are more closely associated with innovation.	Startup 6	Movement A
Perception about Movement A	Movement A is not yet fully established, but it provides numerous connections and relationships. However, it tends to operate within a bubble, and expanding beyond it would increase its impact.	Startup 4	Movement A
Perception about Movement A	I followed Movement A well until its foundation because it was born within the college. At the same time, we were setting up Startup 3; they were being set up as well. It is a very business-oriented movement, which is much more market-oriented.	Startup 3	Movement A
Perception about Movement A	Movement A is a robust endogenous ecosystem with the potential to generate wealth and support startups through an investment fund. However, past funds left the region, highlighting the need to retain resources locally and prioritize regional candidates. Its leaders are active and influential, although personal interests can sometimes limit their effectiveness.	Startup 2	Movement A
Perception about Movement A	Movement A is still developing and not intensely focused on technological products. While it aims to foster connections, support startups, and promote innovation, it lacks a clearly defined positioning.	Startup 1	Movement A

Category	Excerpts from the Interviews	Startup	Movement
Perception about Movement A	Movement A excels in networking, providing companies with knowledge, investment, and opportunities through lectures and events. This support provides both funding and expertise, essential for technology and innovation companies to bring ideas to life.	Startup 7	Movement A
Perception about Movement A	I know little about the movement, which is still new. For example, I know they are opening the hub there, and there will be rooms available for rent to address these issues. However, I know very little beyond that.	Startup 9	Movement B
Perception about Movement A	I do not know the Movement A.	Startup 8	Movement B
Perception about Movement A	I do not participate in Movement A, but I did participate in the launch not long ago. Moreover, I couldn't—I cannot give you an opinion—because I do not know their level. I do not know. I owe you this one.	Startup 10	Movement B

SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024).

After analyzing the interviews in Table 3, the objective was to finalize the block on Innovation Ecosystems. Thus, to contemplate the criteria for the innovation movements in the city of Passo Fundo and the region of RS, Movement A, and Movement B, we sought to understand what the perception was about both, also carrying out a report of the interviews about Movement B (Table 4):

Table 4 - Perception of Movement B

Category	Excerpts from the Interviews	Startup	Movement
Perception about Movement B	From my understanding, Movement B focuses more on technological and product innovation, as well as related aspects. This becomes a more tangible innovation, so to speak, and as a result, it becomes more visible to companies. In this sense, companies have a greater connection with it.	Startup 1	Movement A

Category	Excerpts from the Interviews	Startup	Movement
Perception about Movement B	I am not familiar with Movement B, but it appears to be more limited in scope and focused on individuals already connected to the university. It appears more like a host of ecosystem initiatives than an active participant driving impactful change in the region.	Startup 2	Movement A
Perception about Movement B	From the outside, my view of Movement B is that it is much more oriented towards infrastructure, with a focus on business, engineering, and more mechatronic work. That is it. They are a highly academic movement in terms of innovation, research, and development, and they have their value.	Startup 3	Movement A
Perception about Movement B	I think so; Movement B, companies that need, now I am talking physically, need to establish themselves physically; Movement B today serves much more than Movement A	Startup 4	Movement A
Perception about Movement B	I have limited knowledge of Movement B and am only familiar with a few companies that have been incubated there. They have made progress in improving their space and publicizing connections with industry and universities. While they provide incubation opportunities, I have not yet had the chance to engage with them directly.	Startup 5	Movement A
Perception about Movement B	Movement B is more targeted at individuals with a relationship to the university. For example, I have never been to any of their activities because I am not a former student of the University. Therefore, we understand that a club like this is associated with a rivalry between educational institutions.	Startup 6	Movement A
Perception about Movement B	I have little contact with the B Movement. I watch the news about the movements, but I never get involved. I am not familiar with their structure and therefore am not qualified to offer an opinion about them.	Startup 7	Movement A

Category	Excerpts from the Interviews	Startup	Movement
Perception about Movement B	Although we are no longer part of Movement B, we were there for about a year. It now hosts both incubated and larger companies, and its educational connections facilitate some activities. While business rounds occur, they are not routine, and my perception may not reflect recent developments, so Movement B might be broader than I experienced.	Startup 8	Movement B
Perception about Movement B	I am only familiar with Movement B. We are very connected to it. My partner is a professor at the University, and he introduced us to this relationship with professors; we are affiliated with the B Movement.	Startup 9	Movement B
Perception about Movement B	Before becoming resident associates, we were incubated at Movement B for 3.5 years. We have also visited other innovation hubs, including Caldeira and one in Porto Alegre, and engaged with technology parks in other states and countries, showing strong involvement in the broader innovation ecosystem.	Startup 10	Movement B

SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024)

A key finding is the mutual lack of awareness between startups in Movements A and B. Startups in Movement B reported limited knowledge of Movement A, while Movement A participants viewed Movement B as more exclusive and university-oriented, fostering rivalry between educational institutions. This perspective is echoed by the founding partner of Startup 2, who emphasized that Movement B tends to limit its scope of action to those already close to academic environments. They described Movement B as acting in a paternalistic way toward university affiliates, serving more as a host for ecosystem initiatives than as a truly active ecosystem actor capable of driving impactful change in the region.

Some respondents described Movement B as business- and market-oriented, yet firmly rooted in academic innovation, research, and development. Its strengths lie in physical and technological infrastructure, particularly supporting visible product innovations, making it a natural hub for companies needing tangible facilities. Movement A is recognized for fostering connections and networking, providing both knowledge and investment opportunities crucial for technology startups. Companies benefit from lectures, events, and interactions with established actors, though the ecosystem still operates within a somewhat limited “bubble” that could expand further.

The findings reveal distinct identities and contributions of each movement. Movement B is more associated with academia, infrastructure, and tangible technological innovations, while

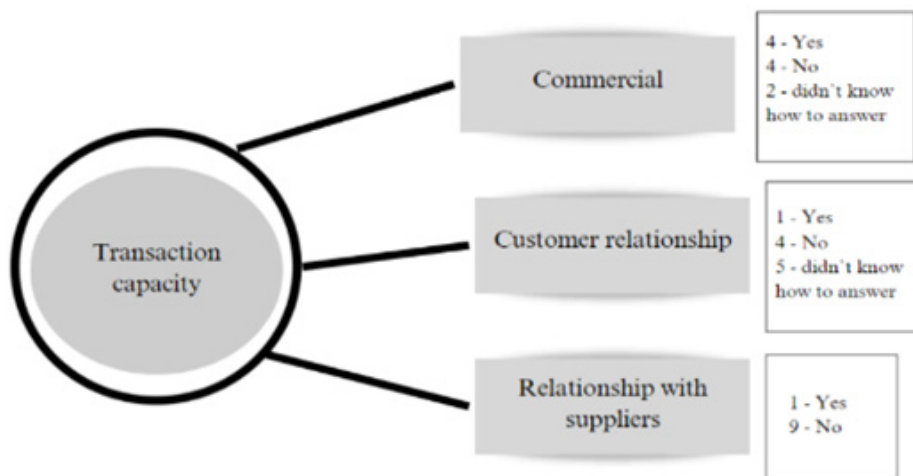
Movement A stands out for its relational capital, networking, and capacity to attract financial resources. Importantly, interviewees acknowledged that the proposals and characteristics of both movements could be complementary. However, the current fragmentation and lack of interaction—often perceived as "clubs" within the Northern Rio Grande do Sul region—may hinder broader development. Strengthening connections between these movements and overcoming institutional rivalries is seen as an essential step toward building a more cohesive and impactful regional innovation ecosystem.

Transaction Capacity

The following analysis synthesizes empirical evidence from multiple data collection procedures, highlighting convergent insights regarding how the regional innovation ecosystem affects startups' transaction capacity.

To verify whether the interviewees perceive the performance of the innovation ecosystem in terms of its transaction capacity, which is responsible for connecting innovation with the Market through different commercial activities (Zawislak et al., 2012), related questions were prepared in areas of commercial, customer relations, and supplier relations. Thus, Figure 2 is presented:

Figure 2 - Perceived performance on transaction capacity



SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024).

Companies can start with the applicability of knowledge based on technology. However, more is needed to guarantee its existence. The product or service must be manufactured at the lowest possible cost, supported by a management structure, traded at minimum costs, and generate Schumpeterian (extraordinary) profits (Zawislak et al., 2012).

Given the interviews carried out to verify the performance of the innovation ecosystem in the Northern Rio Grande do Sul regarding the transaction capacity, the commercial area is the one with the most outstanding performance; this is because customer referrals, credibility, and positioning in being part of the movement. From a Transaction Cost Economics perspective (Williamson, 1993), the credibility derived from belonging to the ecosystem reduces information asymmetry and lowers search and negotiation costs in commercial transactions. By signaling legitimacy, startups decrease perceived uncertainty and facilitate contract formation with new clients, thereby enhancing their transaction capacity.

On the other hand, when they do not notice this action, it is due to the lack of connections that could be made through the ecosystem, as the founding partner of Startup 1 says: “So, as the business would be designed B2B2C, it would help precisely with this B2B issue, right? Reaching companies and making these connections. Reaching these customers, especially those more focused on large companies, may be a way to connect with them, as it is traditionally difficult to do so.

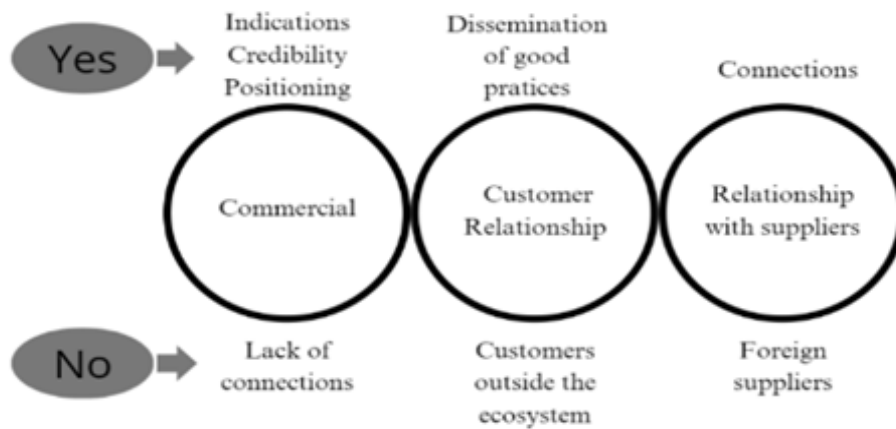
The absence of stronger intermediation mechanisms within the ecosystem increases coordination and search costs, as startups must independently identify and approach potential partners. In terms of Transaction Cost Economics, weak connectivity among actors limits the ecosystem’s ability to reduce transaction costs associated with partner identification and contract negotiation.

The relationship with the client, according to the interviewees’ perception, does not receive the action of the innovation ecosystem; one of the main reasons lies in the fact that they have several clients outside the Northern Rio Grande do Sul, as said by the founding partner of the startup 3: “I also think not much because our customers are all away. Of course, it happens.

You network by being part of the ecosystem, and these people indirectly connect you with potential customers. However, I do not bring clients directly into the ecosystem.” Except when there is the dissemination of good practices, such as creating a customer-focused culture, which can be disseminated throughout the innovation ecosystem through materials, lectures, and programs focused on the area, without receiving direct action. This finding suggests that ecosystem participation does not significantly affect post-contractual transaction costs, such as monitoring and adaptation costs in client relationships. While the ecosystem may contribute to initial legitimacy, ongoing customer management remains largely internal to the firm. Regarding relationships with suppliers, most interviewees stated they need help understanding the role of the innovation ecosystem in the Northern Rio Grande do Sul, as suppliers are foreign. From a Transaction Cost Economics standpoint, when suppliers are external and geographically distant, ecosystem participation has limited influence on reducing transaction costs. Search, negotiation, and enforcement costs remain predominantly shaped by market mechanisms rather than by regional relational structures.

Figure 3 helps to understand the main reasons presented by the founding partners interviewed:

Figure 3 - Reasons for the performance or nonperformance of the innovation ecosystem given the transaction capacity



SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024).

Some interviewees required assistance in determining whether they understood the activities within the blocks presented, as they were unfamiliar with the differences between them, particularly between the commercial and customer relationship blocks. This conceptual ambiguity has important implications for the regional innovation ecosystem. From a Transaction Cost Economics perspective, the inability to clearly distinguish between commercial activities and customer relationship management may lead to higher transaction costs. When transactional processes are poorly structured, startups may face greater difficulty identifying appropriate partners, negotiating contractual terms, and monitoring the fulfillment of agreements. Such ambiguity increases uncertainty and coordination problems, limiting the ecosystem's capacity to reduce opportunism and enhance economic efficiency.

Opportunity and challenges: managerial implications

This section consolidates the opportunities and challenges identified across the dataset, integrating qualitative and quantitative findings to provide a coherent analytical interpretation. The innovation ecosystem in Northern Rio Grande do Sul faces challenges and opportunities that can be leveraged to promote sustainable development. Table 5 summarizes interviewees' suggestions for actions to enhance transactions between ecosystem members.

Table 5-The innovation ecosystem can promote actions to encourage transactions between network members

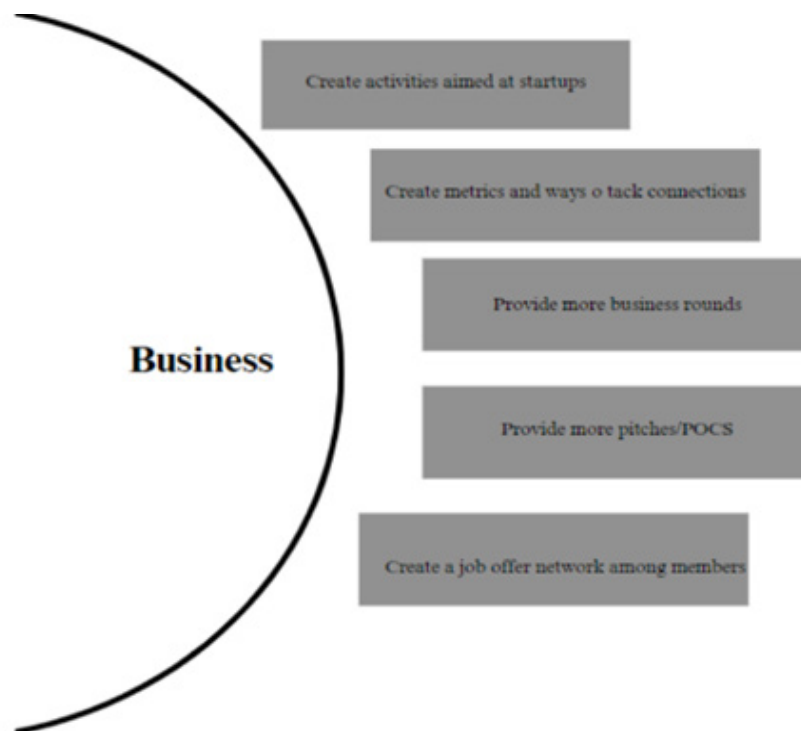
Category	Excerpts from interviews	Startup	Movement
Opportunities and Challenges	The ecosystem would benefit from initiatives that foster connections, track outcomes via a virtual platform or dashboard, and prioritize key actors to strengthen overall engagement.	Startup 2	Movement A
Opportunities and Challenges	This exchange, like business rounds and pitches, can generate some synergy. This is essential.	Startup 3	Movement A
Opportunities and Challenges	Currently, POCs and business round opportunities are limited, but bringing people together is a positive start. More activities should target a broader range of startups, not just specific challenges, and the ecosystem should better leverage local talent alongside external participants.	Startup 5	Movement A
Opportunities and Challenges	Working as a group allows for better organization of suppliers and collective negotiation of services, thereby reducing costs. Another benefit is sharing successful cases from other regions and applying them locally.	Startup 7	Movement A
Opportunities and Challenges	Startups often spend significant time seeking investment, but the ecosystem currently lacks clear examples of successful funding that could inspire other companies to take similar steps.	Startup 10	Movement A
Opportunities and Challenges	It is necessary to have an independent commission that consults with all these groups within these cells. If we keep closing boxes into bubbles, we will never escape this bubble.	Startup 1	Movement A
Opportunities and Challenges	Information-sharing meetings could strengthen connections and business networks. Ecosystems take time to mature, as demonstrated by Vértice, and collaboration benefits all parties involved. Opportunities to connect with Movement B have been limited, and the local innovation ecosystem does not fully reach entrepreneurs.	Startup 6	Movement B

Category	Excerpts from interviews	Startup	Movement
Opportunities and Challenges	The PUC ecosystem in Curitiba maintains a consistent schedule of events, including informal gatherings such as monthly beer-and-pizza meetings for CEOs. These events foster idea exchange, business connections, and potential partnerships, highlighting the importance of regular networking for companies..	Startup 8	Movement B
Opportunities and Challenges	People in the ecosystem often focus on recruiting others rather than seeing potential partners who could mutually support clients or companies. This approach could be enhanced to foster greater collaboration.	Startup 9	Movement B

SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024)

It is noted that the excerpts can be categorized from two perspectives: Relationships and business. To better visualize the data, Figures 4 and 5 are presented, which demonstrate the main actions suggested within their subcategories:

Figure 4 - Suggested actions from the perspective of promoting more business

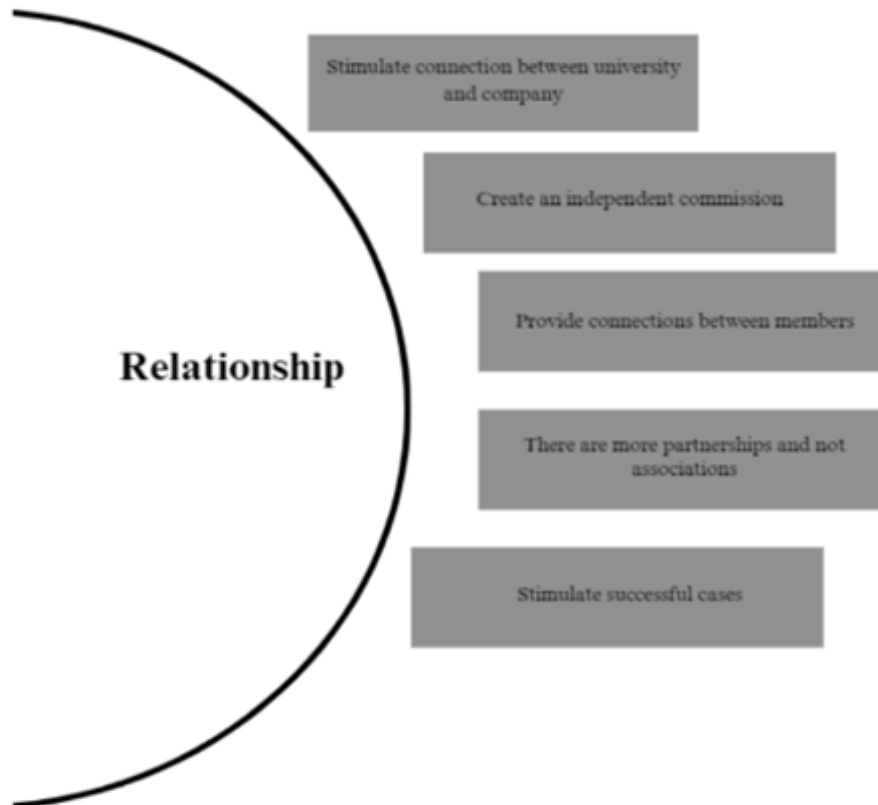


SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024)

Analyzing the suggested actions to encourage more business, the main objective is to disseminate and create activities, including the participation of more agents who promote startups across all areas. In Figure 5, actions are listed under the perception of fostering and engaging existing relationships.

Furthermore, it is clear that in the Business subcategory, pitches, POC, and business rounds are suggestions that interviewees report are missing within the innovation ecosystem of the Northern Rio Grande do Sul, according to an excerpt from the founding partner of the startup 5: "Doing it, we call it POCs, too. This is being done a little. Let us make more relationships like this. Of business round possibilities. It is still not coming on that strongly. It is still a bit of an organizational moment." In this sense, we can quote another excerpt from the co-owner of Startup 3: "I think that this exchange, this type of exchange, like business rounds, pitches, can generate some synergy, right? I think this is important."

Figure 5 - Suggested actions from the perspective of fostering more relationships



SOURCE: ELABORATED BY THE AUTHORS (2024).

The possibility of creating monitoring and metrics that verify the results of the connections generated within the innovation ecosystem benefits the actors involved. It structures the processes in this environment more.

The founding partner of Startup 7 suggests that one benefit of working as a group is better supplier organization. If we need consultancies, training, software, and tools, and negotiate this as a group, we tend to get access to a smaller investment. This suggestion highlights the need for collaboration, in which actors use services from other actors, thereby creating a more interconnected network.

Within the business subcategory, it is possible to implement more actions aimed at local startups, as the founding partner of Startup 5 explained: "I think they could have more activities aimed at more startups. Not just for their particular challenges, right? I think they are still very focused on their challenges. Take advantage of those who are here in Passo Fundo. Because I already know of startups and people from other cities who have brought companies here, etc. Sometimes they forget that we have great talent here. So, we should also look at what is great about us here, right?".

When examining the relationship subcategory, it becomes clear that interviewees expect the innovation ecosystem to foster connections among all network actors, including companies, educational institutions, and public authorities. Thus, it is possible to see this in the excerpt from the interview with the founding partner of Startup 6: "It is more in the sense that we see that an ecosystem is sufficient for the size of the city and that if people put aside this rivalry that exists, everyone would win, you know. I would love to connect with people in the B Movement, but I have not had that opportunity yet. I think Passo Fundo's innovation ecosystem does not reach entrepreneurs, understand."

There is a need to create a commission independent of all current movements, which is responsible for uniting the various actors in the innovation ecosystem, according to an excerpt from the interview with the founding partner of the startup 4: "It is necessary to have an independent commission that talks to all these groups in these cells. If we start to close, if we close some boxes into bubbles, we will never get out of this bubble".

Furthermore, suggestions are indicated, such as a more remarkable presentation of success cases in the city, according to the excerpt from the founding partner of Startup 10: "It is making, I think, happen and having some real examples. So, I will take the issue of startups: they spend a significant part of their lives or history looking for investment, whether it is a small investment from an angel or a substantial investment that goes to waste. Today, we do not have any example in Passo Fundo where this has happened, or those with the ecosystem are not used to creating an example that could encourage other companies to undertake".

There is room to improve relationships between the innovation ecosystem and startups, treating them as partners rather than just recruits. As noted by Startup 9's founding partner, the focus often remains on joining the ecosystem rather than fostering mutually beneficial collaborations.

From a Transaction Cost Economics perspective (Williamson, 1993), these proposed actions can be interpreted as mechanisms to enhance economic efficiency within the regional ecosystem. The organization of suppliers and collective negotiations reduce search and bargaining costs, while structured pitch sessions, POCs, and business rounds function as coordination devices that decrease information asymmetry and accelerate contract formation. Monitoring tools and performance dashboards can further reduce uncertainty and opportunism by increasing transparency

and accountability among actors. Therefore, beyond strengthening relationships, these initiatives directly reduce transaction costs and optimize the process of bringing innovation to market.

CONCLUSION

The innovation ecosystem in Northern Rio Grande do Sul is evolving but still in a consolidation phase. The interviewees' understanding aligns with Walrave (2018), who views it as a network of interdependent actors co-creating value, while also recognizing the public sector's role as described in the Triple Helix model, which emphasizes collaboration between universities, companies, and the government (Etzkowitz, 2000).

Furthermore, interviewees recognize the importance of actors working together, corroborating Granstrand and Holgersson (2020), who systematically reviewed 120 publications on the definitions of innovation ecosystems. In these definitions, the only component that appeared as the set of actors was collaboration; the second most common element was collaboration, which appeared in 16 definitions.

By recognizing that the innovation ecosystem in the Northern Rio Grande do Sul is evolving to reach maturity, they realize that there is room for improvements in the sense of unity; throughout the results, it can be noted that there is a “bubble” that needs to be “pierced” recognizes that there is a difficulty in the interaction of the three actors, highlighting the need to create intermediary organizations to unite them. When examining the proposed opportunities and challenges, interviewees offer suggestions in two additional subcategories: Business and Relationships. They propose stronger connections and unity to facilitate business and drive regional development.

The innovation ecosystem highlights the need for improvement in transactional areas, including customer and supplier relationships. While referrals help build credibility and positioning for startups, transaction capacity encompasses the skills, routines, and knowledge necessary to market and deliver products or services effectively, including sales, marketing, customer relations, and supplier management (Zawislak et al., 2012).

This study focused on startups associated with Movements A and B, providing valuable insights into the dynamics of these specific initiatives. Future studies could expand the analysis to include other regions of the state or examine startups not associated with specific initiatives, thereby providing a more comprehensive view of the innovation ecosystem in Rio Grande do Sul. Such an approach would help to generalize findings and explore broader patterns of innovation and collaboration.

One limitation involves the interviewees' need to understand transaction capacity and its areas. The interview was more focused on what the innovation ecosystem could do in general to support everyone's evolution, rather than on the interviewees' transaction capacity. As a suggestion for future studies, this study can be applied to other actors in the innovation ecosystem, such as more mature companies and educational institutions.

To create a more robust and inclusive ecosystem, involving the community and creating spaces for dialogue and collaboration between different actors is essential.

This could include the creation of an independent commission that brings together representatives from various sectors and groups in the city. Furthermore, there must be a long-term commitment to developing the innovation ecosystem in Northern Rio Grande do Sul, with investments in infrastructure, acceleration, and incubation programs, as well as other initiatives to boost development and innovation in the area. The government is also a fundamental player in leveraging the topic in municipalities (through public policies) and in promoting the role of universities in debates and solutions to real problems in society and cities.

REFERENCES

- Adner, R. (2006). Match your innovation strategy to your innovation ecosystem. *Harvard Business Review*, 84(4), 98–106.
- Ahn, S., Kim, K.-S., & Lee, K.-H. (2022). Technological capabilities, entrepreneurship and innovation of technology-based start-ups: The resource-based view. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 8(3), 156. <https://doi.org/10.3390/joitmc8030156>
- Alves, A. C., Barbieux, D., Reichert, F. M., Tello-Gamarra, J., & Zawislak, P. A. (2017). Innovation and dynamic capabilities of the firm: Defining an assessment model. *Revista de Administração de Empresas*, 57(3), 232–244. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020170304>
- Audretsch, D. B., Belitski, M., Caiazza, R., & Siegel, D. (2023). Effects of open innovation in startups: Theory and evidence. *Technological Forecasting and Social Change*, 194, 122572. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.122572>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (3ª ed.). Edições 70.
- Blank, S., & Dorf, B. (2012). *The startup owner's manual: The step-by-step guide for building a great company*. K&S Ranch Publishing Division.
- Associação Brasileira de Startups. (2022). *Mapping of startups Brazil*. <https://abstartups.com.br/>
- Chesbrough, H. W. (2003). *Open innovation: The new imperative for creating and profiting from technology*. Harvard Business Press.
- Dullius, A. C., & Schaeffer, P. R. (2016). Innovation capabilities in startups: Contributions to a growth trajectory. *Revista Alcance*, 23(1), 34–50. <https://doi.org/10.14210/alcance.v23n1.p034-050>
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: From national systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, 29(2), 109–123. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00055-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00055-4)
- Fukugawa, N. (2018). Is the impact of an incubator's ability on incubation performance contingent on technologies and life cycle stages of startups? Evidence from Japan. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 14(2), 457–478. <https://doi.org/10.1007/s11365-017-0468-1>
- Gomes, L. A. V., Facin, A. L. F., Salerno, M. S., & Ikenami, R. K. (2018). Unpacking the innovation ecosystem construct: Evolution, gaps, and trends. *Technological Forecasting and Social Change*, 136, 30–48. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.11.009>
- Granstrand, O., & Holgersson, M. (2020). Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. *Technovation*, 90, 102098. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2019.102098>
- Marcon, A., & Ribeiro, J. L. D. (2021). How do startups manage external resources in innovation ecosystems? A resource perspective of startups' lifecycle. *Technological Forecasting and Social Change*, 171, 120965. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120965>
- Marcon, A., Ribeiro, J. L. D., Olteanu, Y., & Fichter, K. (2024). How the interplay between innovation ecosystems and market contingency factors impacts startup innovation. *Technology in Society*, 76, 102424. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2023.102424>
- Mendes França, M., & Amorim, D. A. (2023). The importance of accounting in startup companies. *Management, Technology and Sciences*, 12(39), 15–28.
- Mercan, B., & Götkaş, D. (2011). Components of innovation ecosystems: A cross-country study. *International Research Journal of Finance and Economics*, 76, 102–112.

- Noelia, F. L., & Rosalia, D. C. (2020). A dynamic analysis of the role of entrepreneurial ecosystems in reducing innovation obstacles for startups. *Journal of Business Venturing Insights*, 14, e00192. <https://doi.org/10.1016/j.jbvi.2020.e00192>
- Nogueira, V. S., & Oliveira, C. A. A. (2015). Causes of mortality among Brazilian startups. *Caderno de Inovação e Empreendedorismo*, 9(12), 26–33.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2005). *Oslo manual: Guidelines for collecting and interpreting innovation data* (3rd ed.). Finep. http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf
- Pimenta, E. G., & Lana, H. A. (2020). Startups, acceleration, incubation, and entrepreneurial ecosystem. *Revista Vox*, 11, 162–195.
- Reichert, F., Camboim, G. F., & Zawislak, P. A. (2015). Innovation capabilities and trajectories of Brazilian companies. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 161–194. <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n5p161-194>
- Schumpeter, J. A. (1982). *A teoria do desenvolvimento econômico*. Abril Cultural.
- Secretaria da Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. (2022). *Rio Grande do Sul é 1º em inovação no Brasil*.
- Shipilov, A., & Gawer, A. (2020). Integrating research on interorganizational networks and ecosystems. *Academy of Management Annals*, 14(1), 92–121. <https://doi.org/10.5465/annals.2017.0094>
- Skala, A. (2019). The startup as a result of innovative entrepreneurship. In A. Skala (Ed.), *Digital startups in transition economies: Challenges for management, entrepreneurship, and education* (pp. 1–40). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-01500-8_1
- Teece, D. J. (1986). Profiting from technological innovation: Implications for integration, collaboration, licensing, and public policy. *Research Policy*, 15(6), 285–305. [https://doi.org/10.1016/0048-7333\(86\)90027-2](https://doi.org/10.1016/0048-7333(86)90027-2)
- Walrave, B., Talmar, M., Podoyntsyna, K. S., Romme, A. G. L., & Verbong, G. P. (2018). A multi-level perspective on innovation ecosystems for path-breaking innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 136, 103–113. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.04.011>
- Williamson, O. E. (1993). Transaction cost economics and organization theory. *Industrial and Corporate Change*, 2(2), 107–156. <https://doi.org/10.1093/icc/2.2.107>
- Zawislak, P. A., Alves, A. C., Tello-Gamarra, J., Barbieux, D., & Reichert, F. M. (2012). Innovation capability: From technology development to transaction capability. *Journal of Technology Management & Innovation*, 7(2), 14–27. <https://doi.org/10.4067/S0718-27242012000200002>

DE PARAÍSO TURÍSTICO À CIDADE CRIATIVA: A SUPRESSÃO DE DEMANDAS DOS ATORES DO CAMPO DA CULTURA NO PROCESSO DE REARTICULAÇÃO DO PROJETO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO DE FLORIANÓPOLIS

FROM TOURIST PARADISE TO CREATIVE CITY: THE SUPPRESSION OF CULTURAL ACTORS' DEMANDS IN THE REARTICULATION OF FLORIANÓPOLIS' HEGEMONIC DEVELOPMENT PROJECT

FERNANDO NICTERWITZ SCHERER

fernandoscherer89@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
<https://orcid.org/0000-0003-3044-5038>

ALICE HÜBNER FRANZ

alicefranz1@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
<https://orcid.org/0000-0001-8475-2178>

ELOISE LIVRAMENTO DELLAGNELO

eloiselivramento@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
<https://orcid.org/0000-0001-7586-0302>

R E S U M O

Este trabalho propõe uma análise das recentes transformações no projeto de desenvolvimento da cidade de Florianópolis (SC) e de suas relações com demandas históricas de atores do campo da cultura. Alicerçada explicitamente na centralidade da expansão da atividade turística entre as décadas de 1970 e 2010, a estratégia passou a orientar-se pelo conceito de cidade criativa nos últimos anos. Tomando elementos teórico-conceituais da Teoria Política do Discurso, a ênfase deste estudo recaiu sobre os processos de articulação que permearam tais transformações. A pesquisa tem caráter qualitativo, documental e baseada em observação participante, fundamentando-se na coleta de dados primários e secundários. Os resultados apontam que o projeto de cidade criativa logrou uma rearticulação política, isolando ou absorvendo algumas demandas e reivindicações de atores que se contrapunham ao discurso de cidade turística. Não obstante, a despeito do suposto papel da cultura na concepção dominante de economia criativa, o projeto hegemônico de Florianópolis como cidade criativa não articulou as principais demandas dos atores do campo cultural.

P A L A V R A S - C H A V E

Cidade Criativa; Cultura; Turismo; Desenvolvimento Local; Teoria Política do Discurso.

A B S T R A C T

This paper analyzes recent transformations in Florianópolis' development project and their relations with historical demands from cultural field actors. Since the 1970s, tourism expansion has been central to the city's strategy, which, in recent years, has increasingly aligned with the concept of a creative city. Using Discourse Political Theory as a theoretical framework, this study examines the articulation processes behind these changes. The research is qualitative in nature, documentary, and based on participant observation, drawing on both primary and secondary data. Findings suggest that the creative city project triggered political rearticulation, either isolating or absorbing opposing demands. However, despite the emphasis on culture within the creative economy narrative, the dominant vision of Florianópolis as a creative city largely overlooked key concerns of cultural field actors.

K E Y W O R D S

Creative City; Culture; Tourism; Local Development; Discourse Political Theory.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos na estratégia de desenvolvimento da cidade de Florianópolis, é possível afirmar que as diferentes visões de mundo dos atores sociais e econômicos da cidade expressam distintos interesses e perspectivas de projeto. Não se pode assumir, a priori, qualquer unanimidade em prol de um projeto ou estratégia particular de desenvolvimento. Isso porque projetos de desenvolvimento envolvem diferentes setores, organizações e atores políticos, econômicos e sociais, os quais buscam legitimar suas visões em torno dessa temática (Sugahara & Rodrigues, 2019).

Partindo dos pressupostos da Teoria Política do Discurso (TDP) e afastando-nos de uma compreensão racionalista e consensual da política, compreendemos processos desta natureza como processos articulatórios. Nesta concepção, articulações são processos de construção de sentidos e identidades coletivas, os quais envolvem afetos, paixões, interesses e processos de identificação (Laclau & Mouffe, 2015a). A TDP parte do conceito de hegemonia para a análise das articulações que constituem formações sociais históricas (Laclau & Mouffe, 2015a). Nestes termos, a consolidação de um projeto de desenvolvimento enquanto projeto hegemônico depende da sua capacidade de articular politicamente um conjunto de forças históricas dispersas e fragmentadas (Laclau & Mouffe, 2015a).

O presente artigo propõe uma mirada para o atual projeto hegemônico de desenvolvimento de Florianópolis. Alicerçada na centralidade da expansão da atividade turística entre as décadas de 1970 e 2010, sua estratégia passou gradualmente a orientar-se pela concepção de cidade criativa nos últimos anos. Uma vez que o discurso da economia criativa confere destaque ao suposto papel dos elementos e práticas culturais, a análise buscou explorar a dimensão política

das relações entre este projeto e os atores e organizações do campo da cultura (Kong et al., 2006). Buscamos, responder ao seguinte questionamento: quais são os processos de articulação e exclusão das demandas dos atores do campo da cultura no contexto da transformação do projeto de desenvolvimento local da cidade de Florianópolis? Dessa forma, nosso objetivo central foi compreender os processos articulatórios subjacentes a essa transformação, identificando os movimentos de articulação/exclusão das demandas dos atores do campo da cultura no processo.

A despeito do recorte adotado neste estudo não estar diretamente relacionado às temáticas mais recorrentes na área dos Estudos Organizacionais, tais como os debates sobre estrutura organizacional ou sobre práticas financeiras e de coordenação e controle; a presente proposta insere-se nas discussões sobre políticas públicas e sobre a organização do espaço urbano. No Brasil, a preocupação com a questão do desenvolvimento local e seus impactos para as organizações não é novidade, podendo ser identificada em estudos como os de Fischer (2002) e Martins et al. (2010).

No âmbito dos estudos críticos, o próprio conceito de desenvolvimento vem sendo escrutinado enquanto um dos elementos centrais das disputas pelos sentidos das práticas administrativas e organizacionais. Ibarra-colado (2006), por exemplo, forneceu uma chave interpretativa fundamental para a relação entre desenvolvimento e organização à luz da colonialidade epistemológica na Administração. Mais recentemente, a premissa de que a organização dos espaços sociais envolve disputas políticas vem sendo também sustentada por outros estudos da área, tais como os de Gonsalves e Dellagnelo (2025) e Da Silva e Muzzio (2023).

Assim, acreditamos que o estudo dos processos de desenvolvimento urbano, especialmente de capitais como Florianópolis, pode oferecer importantes contribuições ao campo da Administração e dos Estudos Organizacionais, ao lançar luz sobre como as dinâmicas políticas, sociais e econômicas influenciam a construção de projetos e estratégias de desenvolvimento que, por sua vez, impactam na organização da cidade e das políticas públicas. Partimos do pressuposto, fundamentado em Laclau e Mouffe (2015a), de que toda articulação pressupõe uma organização específica e toda organização tem um caráter político.

Nesse sentido, buscamos somar aos estudos já existentes no campo que abordam o desenvolvimento urbano e das cidades (Albuquerque Filho & Machado-da-Silva, 2009; Sant'Anna, 2023; Saraiva & Enoque, 2019; Silva, 2016) e contribuir para a compreensão de como um projeto hegemônico de cidade se constitui, entendendo-o também como um processo organizacional. Outrossim, ao adotar uma abordagem discursiva, que inclui a análise de processos articulatórios, buscamos compreender melhor como as organizações e os atores sociais e econômicos se posicionam, interagem e moldam as estratégias de desenvolvimento urbano.

Dito isso, na sequência desta seção introdutória, apresentamos brevemente alguns elementos da TDP que contribuem para a análise proposta. Posteriormente, são descritos os procedimentos de pesquisa. A penúltima seção é dedicada à análise das articulações que constituem o projeto hegemônico da cidade e de suas relações com atores e organizações do campo cultural. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DA TEORIA POLÍTICA DO DISCURSO

A TDP desenvolveu-se a partir dos primeiros escritos conjuntos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em 1985. No arcabouço teórico dos autores, a noção de hegemonia ganha um destaque central para a compreensão das unidades existentes em diferentes formações sociais concretas. As origens do conceito podem ser reconstituídas desde seu uso na social-democracia russa, mas foi Gramsci (2006) quem atribuiu-lhe um novo significado, concebendo-o como uma fase política das relações de força, na qual elementos disruptivos podem sempre emergir. Por este viés, a arena do embate político é uma arena de equilíbrios tênues, mutáveis, dinâmicos e historicamente constituídos.

Partindo deste constructo, Laclau e Mouffe (2015a, 2015b) argumentam que as formações hegemônicas constroem enlaces que envolvem e transformam diferentes identidades políticas. A dinâmica deste processo envolve, de um lado, o estabelecimento de pontos de relativa fixação do sentido da realidade social e, de outro, o estabelecimento de limites de exclusão do campo discursivo a partir de antagonismos. Esta concepção de base lacaniana e pós-estruturalista assume que toda prática social é discursiva, articulatória e implica na construção de novas diferenças. Uma formação discursiva é compreendida como uma regularidade em dispersão, ou seja, como um conjunto de posições diferenciais articuladas por um discurso.

Na medida em que não admite que esse conjunto possa consistir em expressão de qualquer princípio exterior ou transcendente a ele próprio, a TDP propõe que sua totalidade estruturada pode existir apenas como representação precária e parcial (Laclau & Mouffe, 2015a). Para Laclau (2011), a relação hegemônica é decorrente justamente do processo através do qual um conteúdo particular assume contingencialmente a função de representação de uma plenitude ausente – ou faltante, se quisermos recorrer à compreensão lacaniana da falta constitutiva.

Toda identidade é relacional por esse viés, na medida em que todo elemento ocupa uma posição diferencial em uma totalidade discursiva articulada, e a representação de uma totalidade parte sempre de um particular que se ‘universaliza’ através do esgarçamento de seu próprio significado. Sendo assim, os elementos de qualquer formação discursiva têm o caráter de significantes flutuantes e não se submetem a uma articulação plena a este ou àquele discurso. Tal caráter penetra a identidade social, tensionando constantemente os pontos de fixação de sentido das hegemonias (Laclau & Mouffe, 2015a).

Já o conceito de articulação é utilizado para definir qualquer prática capaz de estabelecer “uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (Laclau & Mouffe, 2015a, p. 178). Já mencionamos que o conceito de discurso, por sua vez, indica a totalidade estruturada que resulta desta prática. As posições diferenciais, na medida em que aparecem articuladas no interior de um discurso, são chamadas de momentos. Por contraste, é chamada de elemento toda diferença não discursivamente articulada. A categoria ponto nodal emerge, neste arcabouço, em referência aos supracitados pontos de fixação parciais, contingentes e precários dos sentidos.

A lente teórica da TDP tem sido cada vez mais utilizada para compreender a dinâmica dos mais diferentes contextos sociopolíticos, especialmente útil para a compreensão da natureza complexa

e discursiva do social (Rodrigues & Coelho, 2016). Capaz de lançar luz para a existência das formações hegemônicas e dos antagonismos que permeiam a sua construção, a ontologia política do social traz à primeira instância o momento político da construção de sentidos, rompendo com qualquer noção da realidade enquanto uma totalidade fundada a partir de estruturas fixas.

A afirmação da primazia do político propõe que todo discurso, ou todo projeto que se busca totalizante, é finito, ou seja, possui suas margens e suas brechas. Dessa forma, o antagonismo está sempre imerso em um campo de construção, precário e contingente, dos discursos que buscam preencher sentidos e tornar-se hegemônicos. Assim, o social é, ao mesmo tempo, jogo infinito das diferenças e das tentativas de estabelecimento de ordem. A sensibilidade ao conflito, o reconhecimento da existência de disputas/lutas por estabelecimento de significados e hegemonia, e a abertura ao político e ao reconhecimento da natureza contingente e precária do social inerentes à perspectiva têm instigado e despertando o interesse de estudiosos em distintas áreas do conhecimento.

Conforme apontam Dellagnelo et al. (2014) diferentes pesquisas do campo dos estudos organizacionais têm sido produzidas nos últimos anos, as quais articulam a teoria política do discurso a este campo, visando, especialmente, compreender os diferentes modos de organizar e a construção identitária do social a partir de um viés não essencialista e pós-estrutural.

Dentre esses estudos pode-se citar aqueles que se dedicaram às temáticas do controle no âmbito das organizações (Willmott, 2005), da aprendizagem organizacional (Contu et al., 2003), do empreendedorismo no ensino superior (Bridgman, 2007), do desenvolvimento sustentável e da produção de relatórios socioambientais em organizações (Tregidga et al., 2014; 2018), da liderança (Jones et al., 2020;) e da criatividade nos estudos organizacionais (Josefsson & Blomberg, 2020). Além desses, pode-se citar também estudos brasileiros desenvolvidos em torno da organização do espaço urbano (Lacerda & Mello, 2020), da economia criativa (Franz & Dellagnelo, 2024) e estudos que abordam a temática da resistência (Barcellos et al., 2017).

Nos termos adotados, caracterizar um projeto de desenvolvimento enquanto hegemônico significa assumir que tal projeto acomoda um equilíbrio dinâmico que articula/exclui organizações e práticas administrativas diversas, provando-se capaz de suplantar propostas alternativas de desenvolvimento em um dado período. Ao conceber o desenvolvimento urbano e a organização não como expressões necessárias de uma racionalidade técnica ou econômica, mas como resultados contingentes de práticas articulatórias que buscam fixar sentidos em torno de determinados pontos nodais; nossa proposta consistiu em investigar o projeto hegemônico de desenvolvimento da cidade de Florianópolis com especial atenção aos processos de articulação e exclusão das demandas do campo cultural.

Deste modo, a mobilização da Teoria Política do Discurso para a análise de projetos de desenvolvimento urbano permite dialogar com a literatura do campo que compreende o espaço urbano não como algo dado ou neutro, mas como uma construção social e política, resultante de disputas, tensões, divergências, negociações e processos de exclusão. Nesse bojo, inserem-se estudos críticos sobre desenvolvimento urbano que enfatizam que a produção do espaço urbano e, conseqüentemente, as políticas públicas e os modelos de desenvolvimento a ele associados, reflete interesses específicos e produz efeitos desiguais sobre os diferentes grupos que ocupam

e compartilham esse espaço (Harvey, 2012; Lefebvre, 1991; Sant'Anna, 2023; Saraiva & Enoque, 2019; Silva, 2016).

No caso das políticas orientadas à economia criativa, embora o tema seja frequentemente apresentado enquanto inovador, inclusivo, diverso, sustentável, aliado ao empreendedorismo, na prática, sua operacionalização tende a privilegiar determinados setores, territórios e atores, principalmente aqueles mais alinhados à lógica do mercado, da competitividade e da inovação tecnológica (Mould, 2015; Dinardi, 2019; Schlesinger, 2017; Franz & Dellagnelo, 2024). Deste modo, a economia criativa acaba também se configurando não enquanto um conceito neutro e fechado, mas um conceito que se encontra em disputa por significações, e, enquanto tal, possui suas hegemônias e antagonismos e, conseqüentemente, tem seus limites e sistemas de poder e de exclusão.

Esse debate dialoga, ainda, com contribuições dos estudos organizacionais que compreendem a organização do espaço social como resultado de práticas articulatórias e de disputas políticas (Lacerda & Mello, 2020; Gonsalves e Dellagnelo, 2025; Da Silva e Muzzio, 2023). Nessa perspectiva, organizar cidades e territórios envolve processos de negociação, de definição de prioridades, de alocação de recursos e de formulação de políticas públicas, por meio dos quais determinadas demandas são privilegiadas, enquanto outras permanecem marginalizadas ou excluídas. Ao articular a Teoria Política do Discurso a esses debates, este artigo parte do entendimento de que projetos de desenvolvimento local envolvem a constituição de formações hegemônicas contingentes, iluminando o caráter político e discursivo da produção social do espaço urbano e das estratégias de desenvolvimento local.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza por ser de natureza qualitativa, documental e baseada em observação participante, ancorada em uma perspectiva pós-estruturalista e não essencialista, tomando a TDP como lente analítica para interpretar os processos de articulação que compõem o projeto hegemônico de desenvolvimento de Florianópolis. Nesse sentido, a pesquisa baseou-se na coleta e análise de dados primários e secundários. No que tange aos dados primários, os mesmos foram provenientes de observações participantes registradas através de anotações em diário de campo realizadas entre 2023 e 2024 em espaços e eventos considerados relevantes para a disputa de sentidos em torno do desenvolvimento urbano e da política cultural da cidade. Entre os eventos observados, destacam-se: encontros e eventos promovidos pela rede FloripaAmanhã e seus parceiros, a 10ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis, a 4ª Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina, as reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF) ocorridas no ano de 2024, ato político de lideranças do campo da cultura da cidade de Florianópolis (15 de março de 2024), processos de oitivas da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc. Cabe destacar que as anotações de campo foram transcritas, posteriormente organizadas, lidas e sistematizadas conforme os mesmos procedimentos adotados para os demais materiais empíricos.

Os dados secundários utilizados compreendem notícias veiculadas em sítios e jornais locais, publicações em redes sociais e outras pesquisas já publicadas sobre o tema, os quais permitiram verificar os discursos produzidos acerca do desenvolvimento da cidade e, assim, constituir uma narrativa histórica que engloba os processos de articulação em torno dos discursos da cidade criativa e de cidade turística. Para além disso, foram analisados registros oficiais que expressam as reivindicações e posições do CMPCF, tais como: ofícios, notas e moções, atas de reuniões ordinárias ocorridas entre os anos de 2023 e início de 2025, documentos informativos produzidos pelo Conselho e materiais de formação de conselheiros.

Cabe destacar que, diante da necessidade de sistematizar e organizar um conjunto empírico diverso e volumoso, os dados coletados, tanto primários quanto secundários, foram tratados por meio da análise de conteúdo, fundamentada nos pressupostos da vertente proposta por Bardin (2016) e desenvolvida a partir das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Importante mencionar que a análise de conteúdo possibilitou organizar esse conjunto de materiais, identificar regularidades discursivas e estruturar categorias preliminares que, posteriormente, foram interpretadas à luz dos conceitos da Teoria Política do Discurso.

Deste modo, realizamos, inicialmente, uma pré-análise do material coletado, caracterizada pelo levantamento, organização e seleção dos dados que compuseram o corpus da pesquisa. Essa etapa envolveu a definição de critérios de inclusão a partir da seleção de materiais relacionados ao debate público sobre o desenvolvimento de Florianópolis, turismo, economia criativa e políticas culturais, bem como a realização de uma primeira leitura atenta do conjunto de documentos. Os critérios de seleção consideraram a relevância temática do material em relação às estratégias de desenvolvimento local da cidade, a presença explícita de discursos sobre desenvolvimento, turismo, economia criativa e cultura e vinculação do conteúdo a atores institucionais, governamentais ou coletivos com atuação reconhecida no campo. Posteriormente, buscamos explorar de forma mais aprofundada os dados coletados a partir da leitura, da sua organização e agrupamento temático tendo em vista critérios de recorrência e aspectos em comum que emergiram dos dados, tais como: construção da vocação turística de Florianópolis, economia criativa como motor de desenvolvimento, exclusão das demandas culturais. Por fim, foi realizada a interpretação das informações obtidas a partir das etapas anteriormente descritas, orientada pelos conceitos da TDP, tais como: articulação, antagonismo, significante vazio, cadeia de equivalência, hegemonia e discurso, o que permitiu tensionar as sobredeterminações políticas e históricas que conformam o projeto de desenvolvimento da cidade de Florianópolis (Laclau & Mouffe, 2015).

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE FLORIANÓPOLIS – SC

A política de construção da vocação turística de Florianópolis e seus limites

Florianópolis é tradicionalmente exaltada pela mídia nacional, pelas autoridades públicas locais e pelos atores econômicos, os quais enfatizam atributos como a beleza natural, os elevados índices

de Desenvolvimento Humano e a segurança. A indústria turística busca construir a imagem do município como um destino marcado por belas praias, natureza exuberante e uma diversidade de atrações culturais (Assis, 2000). Estes atributos foram historicamente conferidos como parte de um projeto de difusão da imagem da cidade enquanto um 'paraíso turístico' (Lenzi & Cargnin Gonçalves, 2011). Assis (2000) também destaca que a construção da 'Florianópolis Capital Turística' é parte de um projeto político mais amplo, e analisa como a construção discursiva de uma nova imagem para a cidade suplantou a 'Florianópolis Provinciana' de outrora, a partir da atribuição (igualmente discursiva) de uma vocação turística para a cidade atrelada ao sentido de desenvolvimento.

À luz do cabedal teórico de Laclau e Mouffe (2015), esse conjunto de atributos não funciona apenas como mera descrição da cidade, mas resulta de um processo articulatório por meio do qual determinados sentidos de desenvolvimento, progresso e modernidade são fixados discursivamente. A imagem de 'paraíso turístico' ou de 'capital turística' opera, assim, como um significante capaz de organizar e privilegiar certas prioridades políticas, econômicas e urbanísticas, ao mesmo tempo em que marginaliza outras leituras possíveis sobre a cidade.

Os anos 1960 inauguraram a atenção política local voltada ao turismo, marcando também a primeira construção explícita de um projeto de desenvolvimento local na cidade (Assis, 2000). Ferreira (1992) aponta que, nesse período, as comunidades tradicionais passaram a sentir os efeitos do processo de 'balnearização' e que mudanças irreversíveis ocorreram em seu modo de vida, até então basicamente autossuficiente. A partir da segunda metade da década, organizam-se também as primeiras empresas do segmento turístico no município. Nos anos 1970, consolidou-se uma proposta claramente voltada a beneficiar a expansão do turismo e dar nova dimensão à paisagem da ilha, com a retomada de grandes obras de infraestrutura. Grandes obras foram realizadas na tentativa de conciliar um objetivo duplo: aumentar o fluxo de turistas e superar os ares provincianos que eram atribuídos à cidade (Assis, 2000). A retomada do projeto de Plano Diretor da cidade, em 1976, constituiu um marco fundamental na institucionalização dessa estratégia.

Na década de 1980, foi promovida a supervalorização da atividade turística enquanto saída estratégica para crise nacional e estadual que incidia naquele período. A crescente vinculação do turismo ao desenvolvimento estendeu-se à década de 1990, na qual inaugurou-se outra etapa do projeto, caracterizada pela emergência de novos atores e pelas tentativas de atração de turistas estrangeiros e/ou de alto poder aquisitivo. A qualificação da oferta e a construção de grandes empreendimentos denominados 'padrão internacional' são evidências fundamentais deste processo. Na época, a administração pública realizou campanhas visando consagrar Florianópolis como 'Capital Turística Internacional' (Assis, 2000).

Zanella (1999) analisa o discurso sobre o turismo na cidade entre os anos de 1983 e 1998, identificando a promoção do desenvolvimento da indústria turística como um interesse apresentado como comum a todos os catarinenses. A autora destaca como o discurso que promove Florianópolis como 'capital turística do Mercosul' constrói não apenas uma imagem da cidade voltada 'para fora', enquanto produto turístico, mas atua também no plano interno, entre os moradores, de forma a impulsionar e promover a relação entre o turismo, o progresso, e o desenvolvimento.

Neste contexto, o turismo passa por um processo histórico no qual deixa de figurar apenas como uma atividade econômica específica e isolada e passa a operar como um ponto nodal do

discurso sobre o desenvolvimento da cidade de Florianópolis, mostrando-se capaz de articular demandas distintas - tais como de modernização, geração de renda, melhora de infraestrutura, visibilidade internacional, melhoria das condições de vida, progresso - em torno de um projeto de desenvolvimento que se consolida, no período em questão, como a estratégia hegemônica de desenvolvimento da cidade.

Este processo de hegemonização está evidenciado em instrumentos normativos, na orientação e na alocação de investimentos públicos, na priorização de determinados territórios da cidade e na produção seletiva do espaço urbano. Dados atuais contribuem para dimensionarmos o impacto deste processo. De acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2024), dos cerca de 129.180 empreendimentos existentes no município em 2024, mais de 42.000 eram empreendimentos ligados à atividade turística. Somente em 2023, o chamado 'ICMS turístico' foi responsável pela arrecadação de cerca de R\$91,1 milhões, valor que corresponde a mais de 20% do valor arrecadado no estado de Santa Catarina. Já o recolhimento de Imposto Sobre Serviços do setor foi de cerca de R\$20,1 milhões no mesmo ano.

Não obstante a relevância destes dados econômicos, uma das expressões mais simbólicas do caráter dominante do projeto de desenvolvimento calcado na expansão da indústria turística encontra-se no fato de que Florianópolis é uma das poucas capitais brasileiras a reunir, em um único órgão, as secretarias de turismo, tecnologia e desenvolvimento econômico. No âmbito da construção discursiva, destacam-se também as campanhas publicitárias de promoção da cidade como a 'Capital Turística do Mercosul' e como 'Capital Turística Internacional' da década de 1990. Financiadas com recursos públicos e relacionadas a políticos influentes, estas campanhas estiveram atreladas às modificações estruturais promovidas na cidade à época, conforme evidenciam Assis (2000), Zanella (1999) e Lenzi e Cargnin Gonçalves (2011).

A análise orientada pela TDP indica que o projeto em questão logrou constituir uma cadeia de equivalência, sobretudo entre o final da década de 1960 e o início da década de 1990 (Laclau & Mouffe, 2015a). Articulando interesses diversos - como de importantes atores econômicos, proprietários de terra, comerciantes, funcionários públicos, atores governamentais, movimentos ambientalistas, entre outros -, o projeto foi capaz de apresentar-se como uma forte representação do interesse comum. Não obstante, a despeito da força de representação que o discurso de cidade turística foi capaz de articular, como é próprio da dinâmica do equilíbrio hegemônico, o 'fechamento' a que historicamente o projeto se propôs alcançar foi sempre incompleto e precário enquanto representação do interesse da totalidade dos atores da cidade (Laclau & Mouffe, 2015a).

Na virada entre as décadas de 1980 e 1990, observou-se, em Florianópolis, a proliferação e o aprofundamento de demandas não respondidas pelo projeto de cidade turística. Dados evidenciam que, em 1980, a população não nativa correspondia a 33% do total de habitantes, percentual que atingiu 48% na virada para o século XXI¹. Siqueira (1999) chama a atenção para os processos de expansão das favelas e de constituição de zonas de periferia no continente. Meirelles (2016) evidencia, em seu estudo, consequências culturais, socioeconômicas e ambientais adversas do

1 Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-mais-de-um-seculo-de-favelizacao-em-florianopolis/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

turismo de massa na capital catarinense. Já Locks e Tonini (2006) identificam a descaracterização da cultura açoriana na ilha e a dificuldade dos nativos da região diante dos processos especulativos’.

Lenzi e Cargnin Gonçalves (2011, p. 15) observam que, através da expansão da indústria turística, a cidade é transformada simbolicamente em produto, na medida em que elementos espaciais, culturais e simbólicos são disponibilizados e produzidos para o uso turístico e têm sua dinâmica transformada para atender às visitas. A irreversibilidade da transformação dos modos de vida e da cultura locais é também abordada por Ferreira (1992). Segundo o autor (1992), ao mesmo tempo em que contribuiu para a desarticulação da produção artesanal das comunidades litorâneas, o desenvolvimento turístico atendeu deficitariamente às necessidades de geração de emprego e renda para as populações autóctones.

Dessa forma, a expansão da atividade turística em Florianópolis não pôde acontecer sem a erupção de conflitos socioambientais. No entanto, a organização da sociedade civil para combater os problemas decorrentes dessa estratégia ocorreu “de forma gradual, em função das dificuldades impostas por uma complexa rede de atores que passaram a interagir no processo de redefinição do espaço de desenvolvimento urbano” (Ferreira, 1992, p. 115). Como destaques recentes, podem ser mencionados os movimentos Ponta do Coral 100% Pública e SOS Naufragados (2015, *online*), bem como as práticas de resistência às alterações/concepções do Plano Diretor da Cidade e a articulação das organizações de bairro contra a modernização urbana (Justen, 2017).

Cabe salientar que os efeitos acima mencionados não devem ser compreendidos como consequências acidentais do processo, mas como resultados de uma articulação discursiva que deu prioridade para determinadas formas de uso do território e de produção cultural em detrimento de outras. Deste modo, as demandas das comunidades tradicionais, dos trabalhadores da cultura e dos moradores das áreas periféricas permanecem fora da cadeia de equivalência que sustentou o projeto turístico, figurando como diferenças não articuladas ao discurso dominante (Laclau & Mouffe, 2015a, 2015b).

A erupção dessas diferenças não discursivamente articuladas evidencia, portanto, os limites do discurso turístico enquanto projeto hegemônico de desenvolvimento de Florianópolis e aponta para as possibilidades de seu esgotamento político, bem como as condições de possibilidade para sua rearticulação, processo que será explorado na seção seguinte, a partir da emergência do discurso da economia criativa.

A rearticulação do discurso sobre o desenvolvimento local e a supressão de demandas dos atores e organizações do campo da cultura

Nos últimos anos, a estratégia de desenvolvimento de Florianópolis passou por uma importante rearticulação política, passando a orientar-se pelo conceito de cidade criativa, tendo a economia criativa como um de seus eixos centrais. Acreditamos tratar-se de uma rearticulação na medida em que não há um rompimento total com o discurso anteriormente calcado no turismo, mas sua reorganização em torno de novos significantes centrais. Deste modo, a economia criativa passa a

operar enquanto ponto nodal e a organizar demandas e sentidos dispersos em torno da promessa de desenvolvimento, modernização e inserção competitiva da cidade.

Há, na economia criativa, segundo Madeira (2014), um entrelaçamento da cultura aos discursos da tecnologia e da inovação, que conjuga o conjunto das produções culturais à produção de softwares e às criações funcionais, tais como arquitetura e design. De acordo com Oliveira (2016), a criatividade passa a não ser mais uma exclusividade para artistas e trabalhadores da área da cultura, mas para gestores, políticos e profissionais autônomos. Porém, a criatividade não fica restrita ao nível do sujeito, estendendo-se ao sistema produtivo e, conseqüentemente, à economia e à política. Nesse sentido, a criatividade passa a não ser somente uma característica própria de indivíduos, mas passa a ser chave enquanto recurso para a construção de uma sociedade pós-industrial, marcada pela valorização do trabalho caracterizado como imaterial e pelo fortalecimento de uma classe criativa (Florida, 2012). Emerge, assim, uma cadeia conceitual acerca da criatividade que engloba determinados grupos sociais (classes criativas), um setor industrial (indústria criativa), territórios (cidades criativas, clusters criativos, territórios criativos), bem como um nicho da economia de uma sociedade, a economia criativa (Tremblay, 2011).

Desse modo, durante a segunda década do século XXI, a interseção entre tecnologia e indústria criativa emergiu como um catalisador significativo na transformação das narrativas sobre Florianópolis (Lenzi, Gonçalves & Andrade Neto, 2023). Esse fenômeno resultou na atribuição, por parte dos agentes hegemônicos locais, de uma nova "vocação" à cidade, centrada na economia criativa.

Importante destacar que, em Florianópolis, o desenvolvimento da economia criativa esteve principalmente ligado a dois aspectos. Inicialmente, observamos que, na década de 1990, o crescimento do turismo na cidade levou ao surgimento de iniciativas econômicas voltadas para as indústrias de alta tecnologia (FERREIRA, 1992). Esse período marcou o início de um impulso significativo para o setor tecnológico em Florianópolis, que se consolidou como um dos pilares da economia criativa local. Segundo, a inclusão, em 2014, de Florianópolis no rol de Cidades Criativas da UNESCO, no segmento de gastronomia. A centralidade conferida ao segmento gastronômico corrobora a evidência do vínculo entre o projeto de cidade criativa e a manutenção da expansão da atividade turística. A partir destas vinculações, destacam-se os elementos de continuidade do projeto, os quais remetem à ideia de rearticulação.

Conforme apontam Lenzi, Gonçalves e Andrade Neto (2023), um dos primeiros marcos do redirecionamento analisado foi a construção, em 2008, da primeira versão da Agenda de Desenvolvimento Floripa 2030. O projeto buscou definir estratégias econômicas, socioculturais e urbano-territoriais para o desenvolvimento a longo prazo da cidade e tem orientado, desde então, a agenda estratégica de seu desenvolvimento (Floripa 2030, 2008). Apesar de ter sido elaborado por um conjunto de quase cem entidades, Andrade Neto e Pereira (2021) apontam que a maioria dos participantes ativos na elaboração do documento defendiam interesses privados. Além disso, o suposto caráter coletivo de sua construção foi um dos principais fatores explorados para sua legitimação.

Dentre as estratégias elencadas nessa Agenda, logo a primeira merece destaque, haja vista seu claro direcionamento à economia criativa: “Estratégia I – Florianópolis, sinônimo de qualidade: “cidade líder na economia do conhecimento” mediante incentivos aos novos setores criativos da

economia” (Floripa 2030, 2008). A estratégia concedeu ênfase às políticas de desenvolvimento das indústrias e empresas de tecnologia, favorecendo setores considerados ‘mais dinâmicos’. Como resultado de sua operacionalização, na última década, a interseção entre tecnologia e indústria criativa emergiu como um catalisador significativo na transformação das narrativas sobre Florianópolis (Lenzi et al., 2023).

O processo foi acompanhado de um *boom* de iniciativas privadas do setor de inovação e tecnologia. Florianópolis despontou nos últimos anos como um importante polo tecnológico e inovativo do país, sendo considerada, inclusive, como a “Ilha do Silício da América Latina”. Essa construção reforça a associação entre cidade e economia criativa como vetor central das estratégias de desenvolvimento de Florianópolis, deslocando a centralidade anteriormente atribuída ao turismo.

Dados recentes mostram que Florianópolis é uma das cidades que mais contribuem para que o estado de Santa Catarina se destaque no ranking brasileiro de empresas de tecnologia, sendo o sexto estado com maior número de empresas do setor (17,7 mil, 4,2%)². Além disso, dados do Observatório de Negócios do Sebrae de Santa Catarina apontam um crescimento, na última década, de 820% nas empresas do segmento de economia criativa no estado, sendo que Florianópolis lidera o ranking, com 5.689 empresas ativas³

Na esteira das iniciativas voltadas à tecnologia, ganham destaque a construção do Parque Tecnológico Alfa, primeiro parque tecnológico da cidade, em 1993, e do Sapiens Parque, em 2002, iniciativas que impulsionaram o desenvolvimento da região ao longo da SC-401, rodovia que conduz à região norte da ilha. Nos anos seguintes, essa área testemunhou uma expansão significativa, abrigando outras importantes iniciativas do setor tecnológico, como a Incubadora Celta, a Sede do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC), além da instalação de diversos outros empreendimentos privados de médio e grande porte, tornando a região “berço do polo de TI na capital” (SC Inova, 2024).

Em conjunto, conforme apontam Lenzi et al. (2023), também se atualizaram as narrativas em torno da produção social do espaço. A criação, em 2013, de um projeto de “rota da inovação” é um demonstrativo disso. O projeto da rota, que conecta o Sapiens Parque ao aeroporto da cidade, consiste em um trajeto planejado que destaca iniciativas que promovam a inovação e a tecnologia na cidade. Dentre outros fatores, o projeto busca envolver a comunidade “[...] na criação da identidade visual que destacará a vocação tecnológica da capital catarinense.” (Fapesc, 2024, *online*). Subjacente a essas iniciativas tem-se o intento de impulsionar economicamente regiões de Florianópolis que não estão no circuito turístico da cidade, como a rodovia SC-401, através de empreendimentos de alto impacto econômico (Lenzi et al., 2023).

O centro histórico da cidade também foi incorporado às estratégias de desenvolvimento orientadas pela economia criativa. Nesse contexto, destaca-se a criação do projeto Centro Sapiens, lançado em 2015 pela Prefeitura de Florianópolis, cujo objetivo declarado era transformar a região leste do Centro Histórico em um Distrito Criativo. Distritos criativos constituem estratégias

2 Disponível em: <https://www.acate.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-de-Atividades-ACATE-2021.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

3 Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/observatorio/potencial-de-mercado/mercado-de-economia-criativa>. Acesso em: 19 mar. 2026.

recorrentes de desenvolvimento urbano e econômico, frequentemente associadas a processos de revitalização ou requalificação de áreas marcadas por desinvestimento e degradação urbana, como antigas zonas industriais ou portuárias (Sanfelic, 2017).

No caso de Florianópolis, a formulação do projeto foi justificada pela necessidade de reverter a imagem de um centro histórico degradado e abandonado, marcado por problemas como acúmulo de lixo, presença de pessoas em situação de rua e falta de acessibilidade (Gonsalves; Dellagnelo, 2025). Inspirado em experiências internacionais, como 22@Barcelona, o Centro Sapiens foi apresentado como uma estratégia capaz de promover prosperidade econômica por meio do fomento à economia criativa. Contudo, a análise do desenho institucional e dos instrumentos mobilizados pelo projeto evidencia que a revitalização proposta esteve fortemente orientada ao atendimento das demandas de iniciativas privadas, sobretudo do setor tecnológico, interessadas em se estabelecer na região central da cidade (Gonsalves; Dellagnelo, 2025). Essa orientação torna-se particularmente visível quando se observam as práticas administrativas e fiscais associadas ao projeto.

Dentre as iniciativas previstas, destacam-se a criação de um centro de inovação voltado à incubação de empresas, a restauração de edifícios históricos, a instalação de cabeamento elétrico subterrâneo, a oferta de Wi-Fi gratuito e melhorias no calçamento urbano. Soma-se a essas ações a adoção de incentivos fiscais específicos, como a aprovação, em 2020, da Lei Complementar Municipal nº 686, que institui o chamado “IPTU Zero para Startups” instaladas no perímetro do programa Centro Sapiens.

A referida legislação autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais a empresas de economia criativa enquadradas como startups ou empresas de inovação localizadas na área delimitada do projeto, configurando um mecanismo concreto de alocação seletiva de recursos públicos e de renúncia fiscal em favor de determinados segmentos econômicos. Segundo declaração do então secretário municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, José Henrique Domingues Carneiro, tais incentivos seriam justificados pela expectativa de geração de emprego, renda e visibilidade nacional para a cidade no setor tecnológico⁴.

Além dos incentivos fiscais, observa-se que esse movimento da economia criativa como eixo estratégico do desenvolvimento local também se consolida no plano normativo mais amplo do ordenamento urbano. A Lei Complementar nº 739, de 2023, ao alterar a Lei Complementar nº 482, de 2014, consolidou o processo de revisão do Plano Diretor de Florianópolis, incorporando explicitamente a economia criativa como um dos setores prioritários das estratégias de desenvolvimento econômico e social do município. A nova redação estabelece que “[...] os serviços ligados à economia criativa, desenvolvimento tecnológico, saúde, educação, assistência social, cultura, turismo e lazer devem ser considerados como atividades estratégicas do desenvolvimento econômico e social de Florianópolis”⁵

À luz da Teoria Política do Discurso, a inserção da economia criativa no Plano Diretor pode ser compreendida como um movimento de fixação de sentidos, por meio do qual determinadas

4 Declaração disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=15961>. Acesso em: 19 fev. 2026.

5 Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2023/74/739/lei-complementar-n-739-2023-altera-a-lei-complementar-n-482-de-2014-plano-diretor-de-florianopolis-e-consolida-seu-processo-de-revisao?q=economia%20criativa>. Acesso em: 20 fev. 2026.

concepções de desenvolvimento são estabilizadas e naturalizadas no principal instrumento de planejamento urbano da cidade. Ao ser formalmente inscrita no Plano Diretor, a economia criativa passa a orientar decisões sobre uso e ocupação do espaço, prioridades de investimento público e a própria atuação do poder municipal. Embora a norma inclua nominalmente setores como cultura, turismo e lazer, a análise empírica sugere que essa inclusão ocorre de maneira assimétrica, uma vez que os mecanismos concretos de incentivo e operacionalização permanecem concentrados nos segmentos vinculados à inovação tecnológica e à lógica da competitividade econômica.

O projeto do Centro Sapiens evidencia como o discurso da economia criativa se materializa em políticas urbanas, instrumentos fiscais e dispositivos normativos, operando como prática organizadora do espaço urbano. Tal processo reforça a articulação hegemônica em torno de um projeto de desenvolvimento que privilegia determinados atores e setores econômicos, ao mesmo tempo em que marginaliza demandas historicamente formuladas por segmentos do campo cultural que não se alinham aos critérios de inovação, rentabilidade e desempenho econômico.

O projeto Centro Sapiens teve sua duração até 2020, ano em que foi sucedido pelo Projeto Distrito 48, que dá continuidade às ações empreendidas pelo projeto anterior, mantendo o objetivo de transformar a região central da cidade em uma referência na área de economia criativa e inovação. A iniciativa evidencia a intenção de posicionar a região como referência em economia criativa atendendo a interesses econômicos. Um dos aspectos centrais deste último projeto, é o fato de que ele articula organizações que tiveram envolvimento direto em praticamente todos os marcos anteriormente destacados, tais como: Associação FloripAmanhã, CDL, universidades (UDESC e UFSC), SEBRAE, Floripa Convention & Visitors Bureau, Floripa Conecta, Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), ACATE e Prefeitura Municipal.

Importante destacar que, para além destes atores envolvidos no segmento da tecnologia, o discurso da economia criativa articulou demandas de atores privilegiados no projeto anterior baseado no turismo enquanto chave para articular as estratégias de desenvolvimento. Em 2014, Florianópolis começou a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, após iniciativa que partiu de uma articulação liderada pela FloripAmanhã. Desde então, projetos paralelos têm sido desenvolvidos, reconhecendo a gastronomia como um vetor de desenvolvimento e promoção do turismo na cidade. Dentre essas iniciativas, pode-se citar a criação do primeiro Observatório da Gastronomia do Brasil, e a realização, como sede, do I Encontro Brasileiro das Cidades Criativas UNESCO da Gastronomia. Destaca-se que a chancela da UNESCO acaba reforçando a articulação entre turismo e criatividade, permitindo que o projeto anterior tenha uma nova roupagem, sem que seus fundamentos econômicos sejam abandonados.

Outrossim, desde 2019, Florianópolis é sede do movimento Floripa Conecta. O propósito da organização é “fortalecer o desenvolvimento econômico de Florianópolis e região por meio da união de atores importantes do setor de tecnologia, do turismo e toda a indústria criativa” (Mariano, 2023) - no que fica claro o protagonismo destes segmentos identificados e expostos até aqui. Também em 2020, surge o Programa Pacto Floripa, que tem como objetivo buscar a retomada do desenvolvimento de Florianópolis no pós-pandemia, visando tornar a cidade referência no turismo sustentável, tecnologia, economia criativa e saúde e bem viver. Dentre as ações

estratégicas do Pacto, está a busca pelo aperfeiçoamento das vocações da cidade como motor de desenvolvimento, sendo a economia criativa uma delas.

A partir de uma análise mais atenta desses dados, entende-se tais iniciativas como discursivas na medida em que articulam práticas, narrativas e atores em torno de um mesmo projeto de desenvolvimento urbano. São discursivas pois se constituem em uma totalidade estruturada a partir de um processo articulatório (Laclau & Mouffe, 2015). Essa articulação manifesta-se, por exemplo, na recorrência de discursos institucionais que associam inovação, tecnologia e economia criativa à ideia de desenvolvimento e dinamismo econômico. Cabe destacar que, ao mesmo tempo em que amplia a cadeia discursiva em torno do desenvolvimento de Florianópolis, esse processo também acaba gerando exclusões. Demandas historicamente formuladas nos espaços institucionais da política cultural, por exemplo, como aquelas expressas nas Conferências Municipais de Cultura e nas deliberações do CMPCF, não encontram espaço nos instrumentos estratégicos e demais iniciativas analisadas, sendo incorporadas apenas quando compatíveis com a lógica da competitividade, da inovação e do mercado. Nesse sentido, o processo articulatório observado opera de forma seletiva, incorporando interesses de determinados grupos sociais e econômicos e marginalizando outros, especialmente aqueles vinculados ao campo da cultura.

Desde a implementação do Fundo Municipal de Cultura (FMC) em 2010, houve apenas quatro editais lançados com recursos provenientes deste dispositivo - nos anos de 2012, 2018, 2019 e 2021 -, dois dos quais foram relançados em anos posteriores para alocação de saldos remanescentes. Após o lançamento do primeiro edital, em 2012, observou-se uma significativa redução dos recursos destinados às edições subsequentes (CMPCF, 2023). O Plano Municipal de Cultura, elaborado em 2015 e expirado em 2025, tampouco foi atualizado ou revisitado desde sua criação. Entre as metas propostas no plano que não foram atingidas, destaca-se a meta de 3% de dotação orçamentária anual do município para a cultura até o ano de 2023. A estimativa é a de que, neste mesmo ano, a dotação orçamentária para cultura correspondeu a cerca de 0,6% do orçamento municipal. Além disso, o conselho municipal carece de estrutura e orçamento para cumprir com suas funções deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora, previstas por lei (CMPCF, 2023).

Neste cenário de falta de incentivos, alguns dos eventos culturais recorrentes mais tradicionais da cidade foram descontinuados nos últimos anos, com destaque para o Festival Isnard Azevedo, para a Bienal da Dança, a Festa das Nações e o Festival de Boi de Mamão. Para mais, prédios históricos como o Teatro da UBRO, a Passarela Nego Quirido e a Biblioteca Municipal Professor Barros Filho aguardam por reformas e melhorias estruturais. A implementação de políticas federais de cultura descentralizadoras também encontra desafios. Na 10ª Conferência de Cultura de Florianópolis, realizada em 2023, observou-se relatos e registros do descontentamento dos fóruns setoriais e do CMPCF (2023) com os processos de implementação das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc no município. Posteriormente, o primeiro ciclo de implementação da Política Nacional Aldir Blanc, realizado entre 2024 e 2025, foi atravessado por inúmeras trocas de comando na pasta da cultura no município e pelo descumprimento dos prazos previstos em todos os editais lançados.

Diante de um conjunto significativo de evidências, observa-se que, no contexto local, são priorizados os setores ligados à tecnologia, à inovação, ao turismo e à gastronomia, implicando maior atenção a demandas desses segmentos em detrimento de outras, como aquelas relacionadas

ao campo da cultura. Essa assimetria torna-se evidente quando se contrastam, por exemplo, as políticas de incentivo e apoio direcionadas à indústria tecnológica a partir da década de 2010 com a trajetória de fragilização do FMC, instituído por lei em 2010, bem como com as dificuldades de implementação e consolidação do Sistema Municipal de Cultura.

Nesses termos, no caso específico de Florianópolis, a economia criativa passa a ser mobilizada como um recurso estratégico associado prioritariamente à lógica de mercado, privilegiando investimentos em setores considerados mais competitivos e dinâmicos do ponto de vista econômico. Tal articulação discursiva confere centralidade a áreas como tecnologia, inovação e gastronomia, em detrimento de outras expressões culturais menos alinhadas a critérios de rentabilidade e competitividade. Esse sentido converge com as análises de Dinardi (2019), segundo as quais a crescente valorização de políticas e projetos que articulam inovação, tecnologia e criatividade reflete o aumento do interesse econômico por atividades que têm a criatividade como matéria-prima, frequentemente incentivadas como um “remédio” para contextos de crise.

É a partir dessa dinâmica que o processo analisado pode ser compreendido como um movimento de rearticulação. O discurso da economia criativa mostrou-se capaz de reordenar forças sociais e políticas, antecipando-se, em certa medida, ao esgotamento do modelo anterior, ao mesmo tempo em que contribuiu para a manutenção do protagonismo de determinados atores e para a recorrente dificuldade de incorporar/atender demandas advindas do campo cultural da cidade, conforme já apontado por Pereira e Boppré (2022). O que se observou, portanto, não foi a substituição de um discurso em torno do desenvolvimento baseado no turismo pelo baseado na economia criativa, mas sua reconfiguração, tendo em vista que demandas centrais do discurso anterior, como a busca por geração de emprego e renda na cidade, dinamismo econômico, inserção competitiva nacional e internacionalmente, melhora da infraestrutura da cidade, são mantidas. Trata-se, assim, de um processo de rearticulação hegemônica, no qual novas demandas são incorporadas seletivamente, enquanto outras permanecem à margem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar, a partir da lente da Teoria Política do Discurso, a trajetória do projeto de desenvolvimento local da cidade de Florianópolis na tentativa de compreender os processos articulatórios subjacentes a essa transformação, identificando os movimentos de articulação/exclusão das demandas dos atores do campo da cultura.

Buscamos argumentar que a estratégia de desenvolvimento da cidade foi sendo construída, ao longo dos anos, a partir de articulações discursivas e de formações de cadeias de equivalências que expressam distintos interesses, demandas e perspectivas de diversos sujeitos políticos, econômicos e sociais empenhados em disputar os sentidos e o preenchimento, sempre precário e contingente, do significante “desenvolvimento” no contexto local.

Ademais, foi possível observar que determinados sujeitos acabaram assumindo o protagonismo nas articulações, tais como o poder público municipal, alguns atores econômicos ligados a setores empresariais, sobretudo do turismo, da tecnologia e da gastronomia, bem como instituições

de ensino (como a Universidade Federal de Santa Catarina), organizações da sociedade civil (como FloripAmanhã) e representantes da mídia tradicional local que operam como instâncias que legitimam as estratégias. Em contrapartida, encontram-se os atores do campo da cultura, especialmente aqueles vinculados a manifestações periféricas, os quais aparecem frequentemente tensionando essas articulações, seja sendo parcialmente incorporados, seja tendo suas demandas excluídas ou subordinadas.

Assim, compreende-se, a partir da lente teórica da Teoria Política do Discurso, que a construção discursiva em torno das estratégias de desenvolvimento local em Florianópolis configura-se como um processo social político-discursivo no qual determinadas posições de sujeito adquirem maior capacidade de articulação hegemônica, produzindo uma ordem social que acaba se naturalizando e se consolidando como referência de desenvolvimento.

Ao analisar essa trajetória, foi possível identificar dois momentos centrais: um primeiro, no qual as estratégias de desenvolvimento local se organizaram em torno da construção da vocação turística da cidade, articulada sobretudo por representantes do poder público e de setores econômicos tradicionais, e um segundo momento, no qual o discurso da economia criativa ganha centralidade, reconfigurando as articulações discursivas e incorporando novos atores, ainda que de forma seletiva e desigual.

A partir da análise do processo de construção das estratégias de desenvolvimento de Florianópolis ao longo dos anos, pode-se perceber que a transformação do projeto não se deu por ruptura, mas por meio de um processo de rearticulação hegemônica. Nesse processo de rearticulação, a economia criativa passou a operar como ponto nodal do discurso em torno das estratégias de desenvolvimento da cidade, figurando como central na organização de políticas, programas e iniciativas estratégicas, articulando atores públicos e privados e reorganizando demandas anteriormente estruturadas em torno do turismo, incorporando novos significantes, tais como os de criatividade, inovação, tecnologia e gastronomia, sem, contudo, abandonar os fundamentos econômicos do modelo anterior.

Observou-se, porém, que essa rearticulação ocorreu incorporando demandas compatíveis com a lógica de mercado e da competitividade econômica, marginalizando, como consequência, demandas historicamente formuladas por segmentos do campo cultural, que não se alinham a essa lógica, especialmente aquelas vinculadas à ampliação do financiamento público cultural, à consolidação do Sistema Municipal de Cultura e ao fortalecimento do Fundo Municipal de Cultura, as quais não foram incorporadas nos instrumentos estratégicos analisados. Nesse sentido, ao estabelecer uma determinada ordem, toda hegemonia acaba gerando exclusões e formação de antagonismos.

Deste modo, conclui-se que a rearticulação discursiva em torno da economia criativa foi capaz de ampliar a cadeia de equivalência do projeto de desenvolvimento ao incorporar novos atores e significantes, mas manteve à margem demandas que não se alinham à lógica econômica predominante. Em contraste com o projeto anterior, cujos impactos socioambientais e culturais passaram a ser confrontados por um conjunto diverso de atores sociais, o discurso de cidade criativa parece não se configurar como um ‘inimigo comum’ para os setores organizados da sociedade civil no município. Esse movimento promoveu um isolamento das formas de resistência e foi capaz de obnubilar, em alguma medida, os limites de exclusão do projeto. Simultaneamente, trata-se de

um movimento que evidencia a natureza contingente e precária das formações hegemônicas, bem como as limitações do atual projeto.

O campo em torno da economia criativa também é um campo em disputa, constituído por diferentes sujeitos políticos que lutam para fixar determinado conteúdo que represente suas demandas. Especificamente para o campo da administração, este estudo busca contribuir para mostrar que a própria trajetória da articulação discursiva em torno das estratégias de desenvolvimento local de Florianópolis pode ser compreendida como uma forma de organização. Ao estabelecer relações (equivalências) entre demandas, atores e significantes, os processos articulatórios produzem uma determinada ordem de como as coisas devem ser, definem prioridades e estabilizam sentidos que orientam decisões. Ao compreender a articulação como uma forma de organização, o estudo contribui para ampliar a noção de organização para além das estruturas formais, evidenciando como disputas discursivas envolvem a busca por formação de alianças estratégicas e a delimitação de fronteiras entre “nós x eles”, definindo o que será reconhecido como agenda legítima de desenvolvimento.

A análise da trajetória do projeto de desenvolvimento de Florianópolis contribui, ainda, para as reflexões acerca das relações entre o discurso da economia criativa e os interesses dos atores do campo da cultura, lançando luz à importância de perspectivas críticas e comprometidas com as demandas do setor cultural neste debate.

Como limitações, o recorte documental adotado e a ausência de uma investigação mais aprofundada sobre a percepção dos atores do campo cultural diretamente impactados pelo processo. Assim, para pesquisas futuras, pode-se incluir entrevistas com atores do campo cultural e gestores públicos, bem como ampliar o estudo incluindo comparativos com outras cidades que têm adotado a estratégia de desenvolvimento pautada na economia criativa.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina e à Fundação Coordenação de Pessoal de Aperfeiçoamento de Nível Superior.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque Filho, J. B., & Machado-da-Silva, C. L. (2009). Práticas organizacionais e estrutura de relações no campo do desenvolvimento metropolitano. *Revista De Administração Contemporânea*, 13(4), 626–646. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552009000400007>.
- Andrade Neto, G. P., & Pereira, E. M. (2021, outubro). Capital e crescimento urbano em Florianópolis: atores e conteúdo de um pensamento estruturado. *Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*. João Pessoa, PB, Brasil.
- Assis, L. P. (2000). *Planos, Ações e Experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78670?show=full>.
- Barcellos, R. D. M. R. D., Dellagnelo, E. H. L., & Salles, H. K. D. (2017). Reposicionando conceitos: a organização fora dos eixos. *Revista de Administração de Empresas*, 57, 10-21. <https://www.scielo.br/j/rae/a/j5NJDfXmWvK4Jk-wdFmq73tC/>.

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bridgman, T. (2007). Freedom and autonomy in the university enterprise. *Journal of Organizational Change Management*, 20(4), 478-490.
- Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis. (2023). *Carta aberta do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis*. [Apresentada na X Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis]. <https://desacato.info/carta-aberta-do-conselho-municipal-de-politicas-culturais-de-florianopolis/>.
- Contu, A., Palpacuer, F., & Balas, N. (2013). Multinational corporations' politics and resistance to plant shutdowns: A comparative case study in the south of France. *Human relations*, 66(3), 363-384.
- Da Silva, J. F., & Muzzio, H. (2023). Uma cidade criativa para potencializar o desenvolvimento local sustentável. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 29(1). <https://doi.org/10.1590/1413-2311.378.122393>
- Dellagnelo, E. H. L., Böhm, S., & Mendonça, P. M. E. D. (2014). Organizing resistance movements: contribution of the political discourse theory. *Revista de Administração de Empresas*, 54, 141-153. <https://www.scielo.br/j/rae/alf8xjxhGfp9JN8rzLTNJCry/?lang=en>.
- Dinardi, C. (2019) Creativity, informality and cultural work in Rio de Janeiro's favelas. *International Journal of Cultural Studies*, 22 (2), 54-71.
- FAPESC. (2024). *Projeto Rota da Inovação aposta na criatividade em Florianópolis*. <https://fapesc.sc.gov.br/2101-projeto-rota-da-inovacao-aposta-na-criatividade-em-florianopolis/>.
- Ferreira, F. A. C. (1992). Avaliação do impacto socioambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina: estudo de caso do Projeto Jurerê Internacional. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://mobile.repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76899>.
- Fischer, Tânia (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002
- Florida, R. (2012). *The rise of the creative class*. Basic Books.
- Floripa 2030. (2008). *Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região*. Florianópolis. <https://floripamanha.org/prioridades-floripamanha/floripa-2030/>.
- Franz, A. H., & Dellagnelo, E. H. L. (2024). Transformando Florianópolis em uma cidade criativa de fato: articulações discursivas em torno da rede de economia criativa na cidade de Florianópolis. *Século XXI-Revista de Ciências Sociais*, 14(1), 37-56. <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/88483>.
- Gonçalves, A. K. R., & Dellagnelo, E. H. L. (2025). A influência das paixões e afetos no processo de articulação política: uma análise do Movimento #vivacentroleste. *Plural*, 32(2), 252-271. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2025.241292>
- Gramsci, A. (2006). *Cadernos do cárcere*. Civilização Brasileira.
- Harvey, D. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463-488. <https://doi.org/10.1177/1350508406065851>
- Jones, O., Jones, S., & Grint, K. (2020). Understanding sovereign leadership as a response to terrorism: A post-foundational analysis. *Organization*, 27(4), 537-556.
- Josefsson, I., & Blomberg, A. (2020). Turning to the dark side: Challenging the hegemonic positivity of the creativity discourse. *Scandinavian Journal of Management*, 36(1).
- Justen, C. E. (2017). *Um olhar político sobre o fenômeno organizacional: a organização da resistência do movimento Ponta do Coral 100% Pública*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182066>.
- Kong, L., Gibson, C., Khoo, L. M., & Semple, A.-L. (2006). Knowledges of the creative economy: Towards a relational geography of diffusion and adaptation in Asia. *Asia Pacific Viewpoint*, 47(2).
- Lacerda, C. C. D. O., & Mello, S. C. B. D. (2020). Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r] existência. *Organizações & Sociedade*, 27, 787-819.
- Laclau, E. (2011). *Emancipação e diferença*. Ed. UERJ.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015a). *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Ed. Intermeios.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015b). Pós-marxismo sem pedido de desculpas. *A teoria do discurso de Ernesto Laclau: Ensaio e entrevistas*. (pp. 35-77). Anablume.
- Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.
- Lenzi, M. H., & Cargnin Gonçalves, T. (2011). Florianópolis: As imagens turísticas e a urbanização turística do "paraíso". *Revista Geográfica de América Central*, 2, <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820838.pdf>.

- Lenzi, M. H., Gonçalves, T. C., & Andrade Neto, G. P. de. (2023). De “sol e mar” a “Ilha do silício”: Narrativas midiáticas na promoção de Florianópolis (1975-2020). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 25. <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/VNp5zvRwmf6jZHKLGk4WMBj/?lang=pt>.
- Locks, E. B. D., & Tonini, H. (2006). Imagem e turismo: Um breve estudo do destino Florianópolis, Brasil. *Anais do IV SeminTUR: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul, RS, Brasil. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/97.pdf>.
- Madeira, M. G. (2014). *Economia criativa: Implicações e desafios para a política externa brasileira*. FUNAG.
- Mariano, T. (2023, julho). *O poder da economia criativa em SC*. Economia SC. <https://economiasc.com/2023/07/14/o-poder-da-economia-criativa-em-sc/> Acesso em 26 abril 2024.
- Martins, R. D'A., Vaz, J. C., & Caldas, E. L. (2010). A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. *Revista de Administração Pública*, 44(3), 559–590.
- Meirelles, R. S. A. (2016). Turismo de massa em Florianópolis e consequências culturais, socioeconômicas e ambientais [Monografia de graduação, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174336>.
- Mould, O. (2015). *Urban subversion and the creative city*. Routledge.
- Oliveira, A. L. (2016). *Discurso da criatividade: Lógicas de produção, convocações para o consumo e gestão de si* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://www.ufrgs.br/bimc/omeka/items/show/5345>.
- Pereira, E., & Boppré, A. (2022). A disputa de hegemonia em Florianópolis. *Geosul*, 37(82), maio-agosto. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/84721>.
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2024). Plano estratégico do turismo de Florianópolis: Visão 2033. https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_11_2025_17.11.49.65fe6f364e20e0284efb706eccfa0f15.pdf
- Rodrigues, L. P., & Coelho, G. (2016). A teoria do discurso como possibilidade de compreensão do campo curricular nesta contemporaneidade. *Teorias e práticas sociológicas*. Max Limonad.
- Sanfelici, D. (2017). Um olhar crítico sobre as repercussões urbanas das políticas de distritos criativos. *Revista del Área de Estudios Urbanos*, 7. <https://www.redalyc.org/pdf/5596/559676628004.pdf>.
- Sant'Anna, A. S. (2023). Leveraging Sociocultural and Symbolic Capitals for Innovation-Led Economic Transformation: a Comparative Study of Nova Lima (Brazil) and Lafayette (US). *Revista de Administração FACES Journal*, 22(4).
- Saraiva, L. A. S., & Enoque, A. G. (2019). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Barlavento.
- SC Inova. (2024). “Berço” do setor de tecnologia em Florianópolis expande capacidade para receber negócios inovadores. <https://scinova.com.br/berco-do-setor-de-tecnologia-em-florianopolis-expande-capacidade-para-receber-negocios-inovadores/>.
- Schlesinger, P. The creative economy: invention of a global orthodoxy. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, v. 30, n. 1, p. 73-90, 2017.
- Silva, E. C. (2016). Governança metropolitana no Grande ABC: o desafio. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 12(2). <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/2321/524/4890>.
- Siqueira, D. J. (1999). *Um passeio pela grande Florianópolis: Homenagem aos 500 anos do Brasil*. Papa-Livro.
- SOS Naufragados. (2015). *Pela legalização da permanência das 33 famílias de Naufragados*: Abaixo-assinado iniciado destinado ao Ministério Público Federal. Florianópolis.
- Sugahara, C. R., & Rodrigues, E. L. (2019). Desenvolvimento sustentável: Um discurso em disputa. *Desenvolvimento em Questão*, 17(49). <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8244>.
- Tregidga, H., Milne, M. J., & Kearins, K. (2018). Ramping up resistance: Corporate sustainable development and academic research. *Business & Society*, 57(2), 292-334.
- Tregidga, H., Milne, M., & Kearins, K. (2014). (Re) presenting ‘sustainable organizations’. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 477-494.
- Tremblay, G. (2011). Industrias culturales, economía creativa y sociedad de la información. *Poder, medios, cultura: Una mirada crítica desde la economía política de la comunicación*. Paidós.
- Willmott, H. (2005). Theorizing contemporary control: Some post-structuralist responses to some critical realist questions. *Organization*, 12(5), 747-780.
- Zanella, C. C. (1999). *O discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81282?show=full>.

MULHERES ADICTAS: SUBJETIVIDADE E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ADDICTED WOMEN: SUBJECTIVITY AND GENDER TRANSVERSALITY IN PUBLIC POLICIES

MARIANA APARECIDA EUFLAUSINO DOS SANTOS VIEIRA

mariana.euflausino@gmail.com
Universidade Estadual de Maringá
<https://orcid.org/0000-0003-0224-8862>

SARA PICHETH ROCKENBACH

sarafpicheth@gmail.com
Instituto Federal Sul-rio-grandense
<https://orcid.org/0000-0002-4081-731X>

R E S U M O

Esta pesquisa teve como objetivo (re)conhecer demandas de atenção às mulheres com transtorno por uso de substâncias (TUS) psicoativas, à luz dos aportes teóricos da subjetividade e da transversalidade de gênero nas políticas públicas de saúde (PNAD, PAIUAD e PNAISM). Como método, utilizou-se da abordagem qualitativa, com perspectiva interpretativa. O estudo foi desenvolvido nos serviços CAPS AD e em uma Comunidade Terapêutica no município de Maringá-PR. Foram realizadas entrevistas com profissionais da rede de saúde e mulheres em tratamento em uma Comunidade Terapêutica. Os dados foram analisados por meio da análise de narrativa em um processo interativo indutivo. Os resultados identificaram barreiras ao tratamento relacionadas a aspectos interpessoais — como relações sociais e familiares — e intrapessoais, como o distanciamento da relação mãe-filho nas Comunidades Terapêuticas, mesmo sendo essa relação potencializadora de ressignificação do sentido da vida. Estas barreiras dificultam a adesão ao tratamento, agravando o contexto. Tais resultados contribuem ao: a) alertar sobre fragilidades no tratamento de mulheres com TUS; b) evidenciar o silenciamento das necessidades dos corpos femininos nas políticas públicas; c) lançar olhares sobre novas possibilidades de estruturação de políticas públicas à saúde da mulher, considerando a subjetividade.

P A L A V R A S - C H A V E

Transversalidade de gênero; drogas; dependência química; subjetividade; comunidades terapêuticas.

A B S T R A C T

This research aimed to (re)cognize the care demands of women with substance use disorders (SUD), in light of the theoretical contributions of subjectivity and gender transversality in public health policies (PNAD, PAIUAD, and PNAISM). As a method, a qualitative approach with an interpretative perspective was used. The study was developed in CAPS AD services and in a Therapeutic Community in the city of Maringá – PR. Interviews were conducted with professionals from the health care network and with women undergoing treatment in a Therapeutic Community. The data were analyzed using narrative analysis in an inductive and interactive process. The results identified barriers to treatment related to interpersonal aspects—such as social and family relationships—and intrapersonal aspects, such as the distancing of the mother-child relationship in Therapeutic Communities, even though this relationship is often described as a potential source for resignifying the meaning of life. These barriers hinder women's adherence to treatment, worsening their conditions. Such results contribute to: a) highlighting weaknesses in the treatment of women with SUD; b) revealing the silencing of the needs of female bodies in public policies; and c) proposing new possibilities for structuring women's health policies by incorporating subjectivity.

K E Y W O R D S

Gender transversality; drugs; chemical dependency; subjectivity; therapeutic communities

INTRODUÇÃO

Uma importante questão no âmbito das políticas públicas de atenção a usuários e dependentes de drogas é a invisibilidade do gênero em seu contexto. A suposta ilusão de uma feminilidade que não se droga, historicamente associada à construção social do uso de substâncias como prática masculina, dificulta o dimensionamento de demandas específicas de cuidado voltadas às mulheres que sofrem transtornos por uso de substâncias (Andersson, Wincup, Best & Irving, 2021; Jansen, Meyer & Felix, 2017; Redmond, Smith & Collins, 2020; Tuchman, 2010). Essa invisibilidade é ampliada quando considerados os percentuais menores de uso de substâncias entre mulheres em comparação aos homens (Bastos, 2017), o que contribui para a subnotificação e para a fragilidade de respostas institucionais.

No campo das políticas públicas, discute-se que essa problemática exige uma análise que vá além dos dados epidemiológicos, incorporando as dimensões da subjetividade e da transversalidade de gênero. A subjetividade refere-se aos modos pelos quais as experiências individuais são constituídas nas relações sociais, institucionais e culturais (Brown, 2019; Franco & Merhy, 2012), influenciando a forma como as mulheres vivenciam o uso de substâncias e acessam o tratamento. Já a transversalidade de gênero implica incorporar as desigualdades estruturais entre homens e mulheres no desenho, implementação e avaliação das políticas públicas, evitando respostas universalizantes que desconsiderem marcadores sociais diferenciados (Farah, 2004; Farah et al.,

2018). Tais dimensões são centrais para o campo da Administração Pública, na medida em que tensionam a organização e a oferta dos serviços estatais de cuidado.

No contexto brasileiro, embora a temática envolva múltiplos setores, este estudo delimita como foco a PNAD (Política Nacional sobre Drogas), a PAIUAD (Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas) e a PNAISM (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher), analisando como tais políticas incorporam ou silenciam as demandas específicas de mulheres com Transtornos por uso de substâncias (TUS). Na CID-II (Classificação Internacional de Doenças), os TUS estão classificados como transtornos mentais, incluindo o Transtorno devido ao uso de substâncias ou comportamentos de dependência. Os TUS referem-se a padrões de consumo que acarretam prejuízos à saúde física, mental e social, podendo envolver dependência, intoxicação ou abstinência (WHO, 2023).

O ONUDC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes) estima que 29,5 milhões de pessoas sofrem distúrbios relacionados ao uso de drogas. No Brasil, um levantamento da Fiocruz indicou que 15,2 milhões já fizeram uso de substâncias. Estima-se que o número de homens com distúrbios seja pelo menos o dobro do de mulheres. Contudo, as mulheres apresentam uma maior taxa de aumento da carga de doenças associadas ao uso de drogas, pois tendem a iniciar o consumo de álcool, cannabis, opioides (morfina, heroína, fentanil) e cocaína e aumentar sua taxa de consumo mais rapidamente que os homens, evoluindo mais depressa para os transtornos decorrentes (ONUDC, 2017, 2022; Nelson-Zlupko, Kauffman & Dore, 1995). Rodrigues *et al.* (2019) também evidenciam maior vulnerabilidade feminina, mostrando que usuárias têm maior probabilidade de contrair doenças sexualmente transmissíveis e tuberculose, além de sofrerem violência física e sexual, interromperem gravidez e tentarem suicídio. Embora as causas do uso prejudicial de drogas sejam multifatoriais — envolvendo aspectos biológicos, psicológicos, emocionais e sociológicos —, essa complexidade dificulta o tratamento (Cruz & Ferreira, 2014; Nicholson *et al.*, 1994). Segundo a ONUDC (2022), o acesso das mulheres ao tratamento é mais limitado que o dos homens. Embora representem quase metade dos usuários de anfetaminas, constituem apenas um quinto dos atendidos em tratamento para esses transtornos (ONUDC, 2022, p. 1). Reed (1985, p. 13) observa que “as mulheres são proporcionalmente uma minoria na maioria dos programas de tratamentos de álcool e drogas”.

Estudos nacionais e internacionais indicam que pesquisas e programas de tratamento historicamente foram estruturados a partir de um padrão masculino de usuário, desconsiderando especificidades femininas (Elbreder *et al.*, 2008; Greenfield *et al.*, 2007; Tuchman, 2010). Tal lacuna revela não apenas um problema assistencial, mas também um desafio de gestão pública, relacionado à formulação e implementação de políticas sensíveis às diferenças de gênero.

Diante desse cenário e do ainda incipiente debate na literatura nacional em Administração sobre as demandas femininas no tratamento e acolhimento de mulheres com TUS, este estudo buscou (re)conhecer tais demandas a partir da análise da subjetividade e da transversalidade de gênero nas políticas públicas, tomando como locus empírico os CAPS AD e uma Comunidade Terapêutica em Maringá-PR. Ressalta-se que a perspectiva adotada concentra-se na dimensão organizacional e na oferta do serviço, conforme o referencial jurídico da Lei 11.343 (2006), não contemplando a dimensão clínica.

SUBJETIVIDADE E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos últimos anos, diversas pesquisas (Farah, 2004; Silveira, 2004; Farah et al., 2018; Santos & Rezende, 2020) têm evidenciado a necessidade de desenvolver agendas de políticas públicas voltadas para as mulheres, sobretudo, quanto aos grupos de mulheres atingidas por maior grau de vulnerabilidade, como mulheres indígenas (Ferreira, 2013) e negras (Carvalho & Meirinho, 2020; Redmond, Smith & Collins, 2020). As políticas públicas com recorte de gênero estabelecem ações a partir do reconhecimento das diferenças de gênero e, assim, procuram implementar ações que sejam diferenciadas para mulheres (Farah, 2004; Farah et al., 2018).

A transversalização da perspectiva de gênero configura-se como conceito e prática, articulando simultaneamente ação política e desenvolvimento teórico (Walby, 2005). Neste estudo, o enfoque da transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) é implicado no contexto das políticas públicas. Assim, como argumentado por Viotti (1995, p. 149) durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim, “a noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental”, assegurando que essa dimensão não permaneça restrita a ações pontuais. Tal compreensão desloca o debate da condição feminina para o campo dos direitos, reconhecendo que a desigualdade entre homens e mulheres constitui uma questão de direitos humanos, e não apenas um problema socioeconômico.

A literatura sobre transversalidade de gênero expandiu-se consideravelmente nos últimos 25 anos, sendo a transversalização da perspectiva de gênero nos setores da saúde, do direito e das políticas públicas o eixo temático mais recorrente nas pesquisas da área (Caywood & Darmstadt, 2024). De forma pontual aos TUS, demarca-se que em março de 2016, durante reunião da Comissão de Entorpecentes, os Estados-membros das Nações Unidas adotaram a resolução “Incorporando uma perspectiva de gênero nas políticas e programas relacionados a drogas”, consolidando o reconhecimento da centralidade da abordagem de gênero na formulação e implementação de políticas sobre drogas (ONU DC, 2016).

Um marco deste processo de transversalidade de gênero, no contexto brasileiro, se deu com a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004. A temática se potencializou neste governo, tendo como plano de fundo o fomento de uma política nacional para mulheres. Entre os pontos fundamentais, estavam a igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, entre outros (Fontes & Marcondes, 2005). Trata-se de um movimento que tenta simultaneamente reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos, embora sua implementação e resultados sejam discutíveis, conforme tratado no tópico de discussões deste trabalho.

No mesmo sentido, Azevedo (2013) esclarece que, no campo de políticas de saúde, a chamada humanização das práticas de saúde, fomentada inclusive pela Política Nacional de Humanização (PNH), constituída em 2003, vem ocupando posição cada vez mais central na agenda de discussões e na formulação de diretrizes e políticas setoriais. Um dos objetivos desta política está em promover a comunicação entres os três grupos (gestores, trabalhadores e usuários), em busca de

perspectivas que proporcionem melhorias ao cuidado e novas formas de organização do trabalho (Ministério da saúde, 2004a).

Observa-se, portanto, uma tentativa de incorporar um olhar voltado à subjetividade na análise das políticas públicas. Como destaca Goulart (2019), a subjetividade, compreendida em suas dimensões individual e social, contribui para a compreensão dos processos de articulação em rede no campo da saúde pública, especialmente quando esta é analisada sob a perspectiva das experiências, sentidos e práticas dos sujeitos envolvidos. Como defende Brown (2019), a subjetividade é onipresente, incluindo desde o intrapessoal (suas extensões individuais) até o intercultural (extensões institucionais e comunicação entre identidades). Em complemento, Franco e Merhy (2012, p. 159) defendem que a “subjetividade opera em redes, animando a micropolítica do processo de trabalho e expandindo o seu alcance. Esse movimento em redes é constitutivo do processo de trabalho em saúde”.

Essa compreensão vai ao encontro do que aponta Miranda (2013), ao indicar que o trabalho em saúde, embora sustentado por bases teóricas, técnicas e metodológicas, é profundamente atravessado pela subjetividade de profissionais e pacientes, impactando diretamente nos resultados. Apesar das diferentes concepções de subjetividade entre os estudiosos, há consenso quanto à importância dos encontros intersubjetivos no planejamento e nas práticas em saúde. Cambuí, Neme e Abrão (2016) reforçam essa ideia ao indicarem que o sofrimento emocional está relacionado ao ambiente, sendo essencial a presença de um espaço que favoreça a constituição da subjetividade.

Diante do exposto, considera-se, entre os múltiplos contextos da subjetividade e transversalidade de gênero, refletir nas políticas públicas aspectos quanto à dinâmica do sofrimento no corpo da mulher. Ainda, tal dinâmica deve ser lembrada por vertentes de usuários e, sobretudo, pela relação de percepção dos servidores/gestores quanto ao sofrimento, para si próprio, em sua relação de trabalho, e para com o outro (Sá & Azevedo, 2013).

Quanto às possibilidades de contribuição nesta intersecção de abordagens multidisciplinares, Baptista (2012) ressalta a possibilidade de que uma ótica subjetiva poderia colaborar à implementação das ações governamentais, principalmente quando a subjetividade dos atores assume um papel-chave, cooperando, assim, para reformulação de propostas quando os resultados não são alcançados, apesar de correspondidos os imperativos racionais.

Com isso, deseja-se refletir que a lente da subjetividade, ao ser utilizada por agentes responsáveis no processo de políticas públicas, contribui para a compreensão das relações de afeto para com os inúmeros sofrimentos enfrentados por mulheres que sofrem pela dependência química. Estima-se que tal prática poderia potencializar a qualidade desse trabalho ao buscar meios concomitantes para minimização e ressignificação do sofrimento diante das práticas de tratamento. Trata-se de olhar para a agenda de gênero, em seu recorte para mulheres, e aproximar a subjetividade na formulação de programas de assistência a mulheres em condições de maior vulnerabilidade.

Por fim, cabe destacar que, neste estudo, o gênero é tratado como categoria analítica que organiza expectativas, papéis e relações de poder socialmente construídas. Assim, a análise concentra-se nas mediações que configuram as experiências das mulheres na dimensão sociopolítica das políticas públicas, reconhecendo, contudo, que as discussões sobre a concepção de gênero

possuem amplitude teórica mais ampla do que a aqui abordada. A seguir são apresentadas considerações sobre o tratamento de mulheres em condição de sofrimento pelo uso abusivo de drogas.

TRATAMENTO E ACOLHIMENTO SENSÍVEL AO GÊNERO: VULNERABILIDADES E BARREIRAS NO ACESSO AO CUIDADO

Apesar das diferenças significativas entre homens e mulheres quanto ao consumo e às consequências do uso de drogas, os estudos frequentemente negligenciam as análises por gênero. As mulheres apresentam maior dificuldade de acesso pelos pesquisadores, devido ao caráter privado de suas práticas e ao constrangimento e estigmatização enfrentados em diversos contextos (Bastos & Bertoni, 2014). Essa discriminação ocorre inclusive entre homens usuários, que muitas vezes julgam negativamente as mulheres com base na ideia de que “droga é coisa para homem”. Soma-se a isso a autoestigmatização, comum entre dependentes, que dificulta a busca por ajuda profissional e a reinserção social, ao levá-las a se perceberem como incapazes (Bastos & Bertoni, 2014).

Bastos e Bertoni (2014) indicam que, constantemente, as mulheres costumam ser vítimas de discriminação e preconceito ao buscarem acesso aos serviços de tratamento, tendo suas necessidades específicas simplesmente ignoradas. Em virtude do preconceito e da estigmatização, as mulheres que consomem substâncias psicoativas tendem a permanecer anônimas, retardando a procura por tratamento (Blume & Zilberman, 2004).

Greenfield *et al.* (2007) apontam uma baixa taxa de entrada de mulheres em tratamentos para abuso de substâncias, reflexo de barreiras específicas que enfrentam. Entre elas, destacam-se a gravidez e a escassez de serviços voltados a gestantes, o medo de perder a guarda dos filhos e a ausência de cuidados infantis nos programas. Além disso, como observam Bastos e Bertoni (2014), há diferenças na metabolização de substâncias entre homens e mulheres, influenciadas por fatores como massa corporal, hormônios e inserção familiar e profissional. Essas particularidades estão ligadas aos papéis sociais e de gênero ainda presentes, como a maternidade, as tarefas domésticas e a responsabilidade pelo cuidado dos filhos.

Adicionalmente, estudos indicam que, quando entram em tratamento, apesar de menos anos de uso e menores quantidades de substâncias utilizadas, a gravidade de seus sintomas pelo abuso de substâncias é maior do que para os homens e suscita preocupações clínicas e de saúde pública específicas (Greenfield *et al.*, 2007). Além disso, outros riscos como a prevalência da infecção pelo HIV, evidenciada entre usuários de crack e/ou similares no Brasil, se mostrou duas vezes maior para as mulheres do que aquela evidenciada entre os homens (Bastos & Bertoni, 2014).

Por fim, um outro aspecto levantado por Weisner (1993) indica que as mulheres apresentaram menos apoio da família e amigos para iniciar um tratamento do que os homens, e que as perdas pessoais, sociais e profissionais foram preditivas para a entrada no tratamento. Nota-se, assim, vários momentos em que as mulheres demonstram maior vulnerabilidade diante dos transtornos por uso de substâncias psicoativas, evidenciando, com isso, a percepção da necessidade de implementação de ações de atenção que atendam tais condições do gênero.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo de caso é exploratório, orientado por lentes da subjetividade e fundamentado em uma metodologia qualitativa indutiva (Eisenhardt, 1989). A pesquisa foi conduzida no município de Maringá-PR, que conta com diferentes pontos de atenção. O delineamento concentrou-se no papel do CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas) e de uma Comunidade Terapêutica (CT), definidos pela Portaria nº 3.088 (2011) como, respectivamente, componente de atenção psicossocial especializada e atenção residencial de caráter transitório. Ambas integram a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), vinculada ao SUS, voltada ao atendimento de pessoas com sofrimento ou transtorno mental e necessidades relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas.

Portanto, integram-se, neste estudo de caso, como referências para a análise dos serviços, quatro eixos: a) fontes secundárias (documentos que instituem as políticas públicas PNAISM, PNAD e PAIUAD e atos normativos); b) a RAPS que atende pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) instituída pela Portaria nº 3.088 (2011), na dimensão de dois dos seus pontos de atenção: CAPS AD e CT feminina, de Maringá-PR; c) mulheres em tratamento/acolhimento; e d) o COMAD (Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas) integrado ao SISNAD.

Realizaram-se cinco entrevistas, três com profissionais da área e duas com mulheres em tratamento. Em ambos os casos, adotou-se roteiro semiestruturado. Os dados dos entrevistados são apresentados na Tabela I.

Tabela I - Dados de agentes pesquisados

ID	Pesquisados	Tempo de Entrevista
E1	Conselheiro do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMAD), Psicólogo/ Professor Universitário	49min
E2	Coordenador do CAPS AD, psicólogo	25 e 35min
E3	Coordenadora da Casa Terapêutica (CT) feminina, técnica em enfermagem	1h e 42min
E4 e E5	Mulheres realizando tratamento/acolhimento	Aprox. 1h e 30min/cada

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS

A amostra das mulheres foi escolhida por conveniência (Ritchie, Lewis & El Am, 2003). Na Casa Terapêutica, duas das seis mulheres em tratamento se voluntariaram e atendiam aos critérios: estar acolhida e sofrer com TUS. Logo, os achados são interpretados como narrativas contextualizadas, que iluminam dinâmicas específicas, histórias reais, mas sem pretensão de generalizações ou de representar a totalidade das experiências vividas por mulheres em tratamento. No mais, considera-se que o número de entrevistas foi suficiente para os objetivos do estudo, pois a análise narrativa permitiu aprofundar as categorias emergentes e alcançar saturação temática.

As entrevistas foram gravadas com autorização e mediante TCLE, que incluía possibilidade de interrupções. No CAPS AD, as entrevistas com mulheres não foram autorizadas. A amostra dos profissionais também foi definida por conveniência, com convites enviados por e-mail e telefone, junto ao TCLE. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da análise de narrativa (Bastos & Biar, 2015), em processo interativo e indutivo (Eisenhardt, 1989), de onde emergiram três categorias: a) perspectivas de tratamento/acolhimento; b) corpo como território de expressão das relações de poder nas políticas públicas; c) demandas do corpo da mulher. Cabe esclarecer que, embora o texto utilize a categoria “mulheres” de forma sintética, reconhece-se que tal denominação abrange experiências plurais e não generalizáveis, sendo empregada aqui como recurso analítico vinculado ao recorte empírico da pesquisa.

POLÍTICAS E NORMATIVAS (IN)SENSÍVEIS AO GÊNERO

Neste tópico, buscamos um olhar de subjetividade sobre as políticas públicas PNAD, PAIUAD e PNAISM no que refere a sua sensibilidade ao gênero em relação aos aspectos de tratamento e acolhimento de mulheres que demandam atenção por sofrerem transtornos por uso de substâncias. Os documentos citados na Figura 1 fazem referência a algumas das principais políticas e atos normativos relacionados ao tratamento e acolhimento de pessoas que sofrem TUS.

Figura 1 - Políticas e normativas (in)sensíveis ao gênero feminino no tratamento e acolhimento de TUS

PNAISM	Documento da PNAISM (Ministério da saúde, 2004)	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhece que a saúde mental das mulheres sob o enfoque de gênero nasce da compreensão de que as mulheres sofrem duplamente com as consequências dos transtornos mentais, dadas as condições sociais, culturais e econômicas; - Reconhece que a sobrecarga das responsabilidades assumidas pelas mulheres tem um ônus muito grande, que muitas vezes se sobrepõe às forças; - Destaca que as internações de mulheres, motivadas pelos transtornos mentais e/ou comportamentais devido ao uso de álcool e substâncias psicoativas, registraram aumentos. - Destaca a necessidade e formação de profissionais que possam compreender as reais necessidades das mulheres que buscam um atendimento em serviço de saúde mental; - Objetivo específico de implantar um modelo de atenção à saúde mental das mulheres sob o enfoque de gênero: melhorar a informação sobre as mulheres portadoras de transtornos mentais no SUS; qualificar a atenção à saúde mental das mulheres; incluir o enfoque de gênero e de raça na atenção às mulheres portadoras de transtornos mentais e promover a integração com setores não governamentais, fomentando sua participação nas definições da política de atenção às mulheres portadoras de transtornos mentais.
--------	---	--

PNAISM	Documento de Monitoramento e Acompanhamento (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - Visibiliza novas “necessidades” de saúde das mulheres, até então ausentes das políticas públicas; - Introduz ações para segmentos da população feminina, todavia sem visibilidade social; - Apresenta percentual de mulheres atendidas nos Centros de Apoio Psicossocial/álcool e drogas (CAPS AD) por uso dessas substâncias (Metodologia de Monitoramento e Acompanhamento).
PNAD	Decreto nº 5.912 (2006)	<ul style="list-style-type: none"> - Orienta as competências dos órgãos e entidades que compõem o SISNAD: disciplinar a política de atenção aos usuários e dependentes de drogas, bem como aos seus familiares, junto à rede do Sistema Único de Saúde - SUS; disciplinar serviços públicos e privados que desenvolvam ações de atenção às pessoas que façam uso ou sejam dependentes de drogas e seus familiares.
	Decreto nº 9.761 (2019) Aprova documento Anexo da Política Nacional sobre Drogas e Revoga Decreto nº 4.345 (2002) que instituía a Política Nacional Antidrogas	<ul style="list-style-type: none"> - Destaca o aumento do consumo precoce de bebidas alcoólicas, sobretudo ao público feminino; - Visa garantir o direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, a partir da visão holística do ser humano, com tratamento, acolhimento às pessoas com problemas decorrentes do uso, do uso indevido ou da dependência do álcool e de outras drogas; - Reconhece a necessidade de atenção, às características específicas dos diferentes grupos, incluídos crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa, mulheres, homens, população LGBTI, gestantes, idosos, moradores de rua, pessoas em situação de risco social, portadores de comorbidades, população carcerária e egressos, trabalhadores do sexo e populações indígenas, por meio de recursos técnicos e financeiros.
	Lei nº 13.840 (2019)	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta disposições gerais das atividades de tratamento e acolhimento de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares; - Propõe tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas; - Propõe ao Plano Individual de Atendimento (PIA): atividades de integração e apoio à família; formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual.

PAIUAD	Documento da PAIUAD (Ministério da saúde, 2003)	- Destaca violência doméstica relacionada ao uso excessivo de bebida; - Destaca entre usuárias de crack predominância de primeira experiência sexual antes dos 15 anos, alarme para iniciação sexual por estupro e desconhecimento da necessidade de proteção nas relações sexuais; - Destaca uso precoce do crack, usualmente influência por parceiros.
	Portaria nº 1.190 (2009)	- Desconsidera a PNAISM em suas considerações iniciais e desconsidera a vulnerabilidade do gênero feminino ao tratar como prioridade o segmento populacional formado por crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco.
	Portaria nº 3.088 (2011)	- Desconsidera a PNAISM em suas considerações iniciais e não trata as mulheres como grupo vulnerável ao incluir como objetivo promover cuidados em saúde especialmente para grupos mais vulneráveis (criança, adolescente, jovens, pessoas em situação de rua e populações indígenas).
	Portaria nº 130 (2012)	- Desconsidera a PNAISM em suas considerações iniciais.
	Portaria nº 3.588 (2017)	- Desconsidera a PNAISM em suas considerações iniciais; - Indica que o SRT deve acolher até no máximo 10 (dez) moradores, não tratando aspectos de gênero ou demandas próprias ao gênero feminino como o aspecto não incomum unilateral de cuidado aos filhos.

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS ADAPTADO DE DOCUMENTAÇÕES NORMATIVAS.

A PNAISM, criada em 2004, originada pelo PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) e de vínculo direto ao Ministério da Saúde, tem como objetivo promover a saúde integral das mulheres, considerando suas necessidades específicas e particularidades. Essa política demonstra significativas conquistas ao superar uma abordagem reduzida de atenção ao seu processo reprodutivo. Refletir a atenção à saúde da mulher em sua integralidade e subjetividade assegura cuidados que alcancem os efeitos simbólicos de um tratamento, como, por exemplo, a mutilação no câncer de mama e as modificações que as substâncias psicoativas em uso prejudicial trazem ao corpo da mulher (sentido em sofrimento nas narrativas das mulheres entrevistadas, discutido nos tópicos seguintes). A PNAISM reforça, assim, a necessidade de que os atores envolvidos, como os profissionais, criem uma relação de subjetividades (Miranda, 2013) às demandas da mulher, também de modo específico, aquelas que procuram atendimento ao serviço de saúde mental.

O destaque na PNAISM ao contexto deste trabalho, ou seja, como aqui consideramos uma política predominante sensível ao gênero feminino, se alinha ao destaque de um dos objetivos da política. Este direciona para a demanda de implantar um modelo de atenção à saúde mental específico às mulheres, o que permeia fundamentalmente as necessidades de mulheres que sofrem transtornos pelo uso de substâncias, como a dependência química, e que demandam tratamento e acolhimento no âmbito público. Por outro lado, ao que se nota, no contexto deste estudo, as fases de implementação deste objetivo aparentam limitações, assim como de informações que se

sobreponham aos percentuais de atendimento no CAPS AD, para o monitoramento e acompanhamento da PNAISM.

A PNAD relaciona-se diretamente ao Ministério da Justiça, embora seja reconhecido o aspecto intersetorial e interdependência das ações governamentais defendido pela Portaria interministerial nº 2 (2017) que institui um comitê gestor interministerial para integração das políticas públicas e atuação à atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa. Neste sentido, ainda que um longo histórico de discussões e atualizações se impliquem ao contexto das políticas sobre drogas, optamos por destacar como conquista (no contexto da temática deste estudo) a atualização da PNAD aprovada pelo Decreto nº 9.761 que incluiu em suas diretrizes a necessidade de desenvolver, adaptar e implementar diversas modalidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social dos dependentes e a seus familiares considerando características específicas dos diferentes grupos como o das mulheres. Essa diretriz evidencia o reconhecimento direto das particularidades do público feminino em suas demandas específicas. Sobretudo, a diretriz demonstra intersecção aos objetivos da PNAISM.

A PAIUAD, assim como a PNAISM, relacionadas diretamente ao Ministério da Saúde, defendem uma política de atenção integral. Como destaca Souto (2008), uma política de saúde integral é direcionada a grupos específicos da sociedade (discutidos aqui ao grupo de mulheres e usuários de álcool e outras drogas) e deve levar em conta duas dimensões fundamentais. A primeira delas, vertical, é a abrangência total do ser humano, que inclui as dimensões físicas, mentais, afetivas e espirituais, e deve ser considerada como objeto do cuidado em saúde. A segunda dimensão, horizontal, relaciona-se à existência de saberes e práticas de saúde acumuladas e organizadas em redes de serviços que praticam ações de saúde com base nesse cuidado em todos os campos e níveis.

No entanto, notam-se possibilidades de limitações na dimensão horizontal quanto à implementação dos serviços. Isso tendo em vista que mesmo havendo os saberes que destacam a necessidade de serviços de atenção à saúde mental sensíveis ao gênero, como destaca a PNAISM, as instruções normativas para as práticas desta implementação pouco se evidenciam nas orientações de ações de tratamento e acolhimento.

Um outro aspecto a se considerar são as limitações de atos normativos que se vinculem em suas considerações às diretrizes da PNAISM, no que tange ao tratamento e acolhimento de mulheres que sofrem transtornos pelo uso de substâncias. Isso pode ser notado, por exemplo, na Portaria nº 1.190 (2009) que institui o plano emergencial de ampliação do acesso ao tratamento e prevenção em álcool e outras Drogas e não inclui a PNAISM em suas considerações iniciais, desconsiderando as mulheres como um segmento de prioridade. Aspectos como esse que se repetem ao considerar outros atos normativos que distanciam a potencialidade de alcance desta política a esta temática. A despeito disso, Souto e Moreira (2021) sinalizam que iniciativas de reivindicação pela implementação ocorrem desde o início do SUS quando as referências do PNAISM ainda se configuravam pelo PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher). Contudo, ao que se nota, vinte anos depois, embora com conquistas significativas, a PNAISM ainda sofre barreiras para sua implementação, ao que se refere a observação de alguns atos normativos de relação ao tratamento e acolhimento de usuários e dependentes.

Em síntese, nota-se maior alinhamento da PNAISM aos princípios de sensibilidade de gênero, seguida pela PNAD, e mais distante a PAIUAD, cujo afastamento prejudica a atenção à saúde de mulheres com TUS em serviços como CAPS AD e Comunidades Terapêuticas.

O TRATAMENTO E ACOLHIMENTO DE MULHERES NOS PONTOS DE ATENÇÃO CAPS AD E CT E AS POLÍTICAS (PNAD, PAIUAD E PNAISM) NOS CORPOS DAS MULHERES

Tratamento e acolhimento, nos pontos de atenção CAPS AD e CT

O tratamento de usuários ou dependentes de drogas é realizado pelas redes de saúde da União, Estados, Distrito Federal e municípios, integrando programas que articulam o SISNAD, o SUS e o SUAS (este último não abordado neste estudo). A prioridade é o tratamento ambulatorial, sendo a internação em unidades de saúde e hospitais gerais uma exceção (Lei 11.343, 2011). A atenção ambulatorial ocorre em diferentes níveis, destacando-se o CAPS AD, dispositivo especializado que oferece atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, orientação), grupos, oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. Assim, embora a assistência deva ser oferecida em todos os níveis, privilegia-se o cuidado em dispositivos extra-hospitalares, como os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS AD) (Brasil, 2004)

Regulamentados pelas Portarias nº 336/2002, nº 2.197/2004, nº 3.088/2011, nº 130/2012 e nº 3.588/2017, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) integram a rede do SUS, sendo o CAPS AD o serviço especializado no cuidado a usuários e dependentes de substâncias psicoativas. Esses serviços inserem-se na proposta do Modelo Psicossocial, que valoriza a reinserção e o restabelecimento social por meio da atuação em rede e da noção de território (Lopes, 2016). Complementarmente, constrói-se o conceito de existência-sofrimento como contraponto ao binômio doença-cura (Borba *et al.*, 2012). Assim, os CAPS têm como objetivo ofertar atendimento contínuo a pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, proporcionando cuidados clínicos e reabilitação psicossocial. Buscam substituir o modelo hospitalocêntrico, evitando internações sempre que possível e promovendo o exercício da cidadania e a inclusão social dos usuários e de suas famílias (Brasil, 2004).

E2- Nós temos que fazer essa pessoa pensar a sua vida, [...]é um processo que é árduo, [...]. Para diminuir o espaço da droga você tem de rever sua vida, suas formas e suas relações.

E1- O modelo do CAPS AD[...], que existe, que funciona,[...], mas que está sujeito a várias condições, a como as equipes funcionam... isso que é o lugar mais avançado

Os CAPS constituem a principal estratégia do processo da reforma psiquiátrica. Sua principal característica é integrar seus assistidos a um ambiente social, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares (Brasil, 2004). A ideia de território não remete apenas ao geográfico, mas também ao espaço em que circulam as

pessoas, com seus sofrimentos e alegrias, suas instituições e os locais que elas frequentam (igrejas, escolas, trabalho, bares etc.). O território apresenta um sentido mais subjetivo, próprio a cada pessoa, influenciado pelas diferentes culturas presentes em diferentes pessoas de um mesmo bairro, cidade ou família (Cruz & Ferreira, 2014). “*O Caps não é nada sem o território, se não tiver articulado o território ele é outra coisa, que não é o Caps*” E2.

Neste sentido, ao iniciar o tratamento, os pacientes continuam suas atividades cotidianas, permanecendo integrados ao seu convívio regular. Direccionam-se ao CAPS apenas para realizar as atividades de seu plano terapêutico: “*É um tratamento aberto, de base tutorial, queremos que continue trabalhando, com seus vínculos familiares*” E2.

A perspectiva de trabalho do CAPS AD não enfoca a abstinência da substância. Ela trabalha a abordagem de redução de danos, conforme explica o entrevistado E2:

E2- O sujeito não tem que estar abstinente para entrar aqui, a abstinência não é o único caminho de tratamento, a abstinência pode ser um caminho de tratamento se for o desejo da pessoa, ponto [...] o uso é uma decisão que é dele [...], mas entender junto com as pessoas quais são os danos causados pelo uso da substância na sua vida. Em alguns casos, indicar a abstinência é necessário no sentido da condição de saúde da pessoa [...] não quer dizer que somos coniventes ou fazemos apologia ao uso, mas entender que o processo de cuidado é um processo de retomada de autonomia.

Assim, o processo de tratamento de assistência ocorre em etapas, de forma individualizada. Primeiramente, é identificado o nível de crise do usuário. Caso haja sintomas clínicos ou psíquicos, é encaminhado para rede e, então, após sua estabilização, retorna para tratamento no CAPS AD. Em contrapartida, caso seja uma crise moderada, que possa ser atendida na própria unidade, eles podem ocupar os leitos disponíveis durante o dia.

Em um segundo momento, inicia-se uma abordagem de maior escuta. Um plano terapêutico é realizado em reunião técnica, após avaliação por toda a equipe. Posteriormente, com o plano elaborado, realiza-se um pacto contratual com o usuário, no qual pode haver negociações de horário, conforme o que podem ofertar: “*todo esse processo, em média, são dois meses de chegar no acolhimento, fazer a abordagem, marcar os funcionais, fazer avaliação e retomar isso, geralmente dois meses, três meses* –E2.

O acolhimento em Comunidade Terapêutica caracteriza-se por projetos terapêuticos focados na abstinência, com adesão e permanência voluntárias e formalizadas por escrito, como etapa transitória para a reinserção social e econômica do usuário. A proposta fundamenta-se em ambiente residencial, que favorece vínculos, convivência entre pares, atividades educativas e desenvolvimento pessoal, voltado a pessoas em vulnerabilidade social. Exige avaliação médica prévia, plano individual de atendimento conforme regulamentação, sendo vedado o isolamento físico (Resolução nº 1/2015; Lei nº 11.343/2011, alterada pela Lei nº 13.840/2019).

Segundo Fracasso (2014), as CTs oferecem abordagens eficazes para o tratamento de dependência química, sobretudo para pacientes graves, com dependência severa, que são incapazes de adquirir abordagens ambulatoriais e de fazer comprometimentos psicossociais.

As CTs, embora com suas distinções, de modo geral, associam sua experiência de recuperação baseada na espiritualidade e na filosofia dos 12 Passos, com modelos psicológicos de orientação cognitivo-comportamental. Profissionais especializados (médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, entre outros) são absorvidos neste modelo. Novas técnicas, como o aprendizado social e o treinamento de habilidades, foram instituídas em alguns lugares (Fracasso, 2014). Contudo, Melo (2018, p. 122) alerta que o modelo inspirado em AA, tem em sua metodologia de tratamento “um perfil orientado para uma clientela masculina, adulta, branca e de classe média”.

O acolhimento nas CTs é de ordem reclusa. Nelas, as mulheres são acolhidas voluntariamente pela proposta de atenção, com duração aproximada de nove meses, podendo variar entre as unidades e o plano individual de atendimento de cada pessoa. Elas podem sair da comunidade a qualquer momento, exceção aos menores de idade, que precisam da autorização dos responsáveis.

Poucas são as entidades disponíveis de comunidades terapêuticas que aceitam mulheres, tendo em vista que a maioria destas atendem exclusivamente homens. Em Maringá, das cinco CTs inscritas no COMAD, apenas uma atende mulheres. Esse distanciamento pode também ser notado a nível nacional. Segundo IPEA (2017), a predominância de vagas por pessoas do sexo masculino em comunidades terapêuticas é expressiva em todas as regiões do Brasil, sendo mais de 80% das vagas destinadas ao público masculino. A seguir, são tecidas considerações sobre como é possível notar o reflexo dos efeitos das políticas nos corpos das mulheres enquanto "território".

Corpo como território de expressão das relações de poder nas políticas públicas

A pesquisa revelou que em média apenas 10% dos atendimentos no CAPS AD são destinados a mulheres, evidenciando a possibilidade de baixa procura pelo atendimento. Esse dado auxilia o processo de monitoramento instruído pela PNAISM, contudo outros dados sobre este público não são divulgados, o que limita as informações sobre este público.

E2- Não é que a mulher não faça uso da substância, se a gente pegar, por exemplo, 90% dos que atendemos são homens e 10% mulheres, não é essa a realidade no que diz respeito ao consumo, ao contrário, se pegar hoje os últimos estudos vão mostrar que as mulheres têm feito cada vez mais uso de substância de modo nocivo e cada vez menos buscam o serviço. Existe um descompasso entre o número de mulheres que fazem o uso de substâncias e o número de mulheres que buscam o serviço.

E4- Não tem diferença não, tinha até uma mulher de mais idade”

E3- inclusive até duas semanas atrás nós estávamos com 12 meninas, hoje nós estávamos com 6 meninas e hoje já veio 7 meninas fazer triagem[...]

Mesmo as mulheres em tratamento/acolhimento entrevistadas não reconhecem uma diferença quantitativa na proporção de homens e mulheres. Isso reforça a necessidade de fomentar-se estudos que investiguem uma realidade muitas vezes velada, tendo em vista que muitas mulheres fazem uso da substância também em lugares privados, o que por momentos vela a realidade de consumo, como revela a entrevistada E4.

E4- Minha mãe descobriu onde eu fumava, era uma casa sem água, sem luz, uma imundice, ela teve coragem de fazer amizade com o cara e me tirava de lá carregada e jogava em cima da moto, eu já estava na fissura passava 3 dias fora, voltava dormia um dia e meio, acordava e já pegava a cantil do lado da cama com pinga, a primeira coisa, e voltava pra lá fumar de novo, bolava mais de 20 por noite de crack. Eu decidi fazer o tratamento quando caí da árvore, eu já estava tendo alucinações, [...]já era as consequências mais graves.

Isso alerta, portanto, para a possibilidade de que a implementação dos serviços de tratamento e acolhimentos no âmbito das políticas (PAIUAD e PNAD) não alcancem efeito a muitos dos corpos das mulheres. Isso tendo em vista um maior predomínio de acesso ao tratamento pelos homens.

E2- Normalmente o homem chega mais cedo, a gente percebe que quando a mulher chega, ela chega num grau de cronicidade maior. A mulher quando chega, chega mais crônica num grau em que já perdeu muita coisa, quase último passo [...] os atendimentos mais difíceis são os de mulheres, [...] que são mais vulneráveis, por conta dos laços sociais que têm; biologicamente uma condição mais favorável a adicção ao vício, a questão da pressão social, a mulher está mais vulnerável e ao mesmo tempo é a que menos busca o serviço.

E5- Quando eu tava grávida, um pouco antes, eu fumava muita cocaína, já tava magra, eu tava seca, agora eu já to mais encorpadinha, mas eu era seca eu era palitinho, tava muito magra, já estava ficando doente [...], conforme você vai usando, você vai emagrecendo, vai morrendo.

Como indicam Greenfield et al. (2007), o nível de vulnerabilidade com que as mulheres chegam para o atendimento é maior do que entre os homens. A maior vulnerabilidade do corpo feminino ao buscar auxílio demanda uma atenção dinâmica no atendimento, que não se submeta à “lógica da fissura”. Embora a PAIUAD não considere as particularidades de gênero como critério, isso poderia ser aprimorado com a implementação da PNAISM, propondo um modelo de atenção à saúde mental das mulheres. O corpo fragilizado pelo uso prejudicial de substâncias, associado a emagrecimento e à perda do sentido subjetivo da vida, remete a aspectos simbólicos próprios do feminino. Atividades de “cuidado da beleza” são comuns no acolhimento, mas há limitações quanto à prática de esportes, como apontam Villar e Santos (2018).

Nota-se que mesmo que os pontos evidenciados traduzam significativas diferenças entre as implicações dos TUS nos homens e mulheres, a princípio, tal distinção não foi igualmente identificada no atendimento de acolhida entre homens e mulheres no CAPS AD. Conforme relato de

E2, a mulher é tratada como “qualquer usuário” revelando uma ausência da transversalidade de gênero na forma como o tratamento e acolhimento é oferecido:

E2- A mulher assim como qualquer usuário, assim como o homem ele pode entrar por demanda espontânea, então a pessoa pode procurar o serviço ou por dispositivos da RAPS [...] a pessoa chegando aqui, não existe um agendamento prévio, chegando aqui ela é acolhida [...].

A partir da análise dos papéis do CAPS AD e da CT, verificou-se que, embora ambos ofereçam tratamento para grupos separados, suas normas e procedimentos são aplicados de forma homogênea a homens e mulheres. Ou seja, a política PAIUAD é aplicada no ambiente do “território” do corpo da mulher de modo semelhante ao do homem, sem considerar as diferenças biológicas, psíquicas, afetivas e socioculturais específicas do corpo feminino.

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO: DEMANDAS DO CORPO DA MULHER

Este tópico contextualiza a terceira categoria de análise na qual emergem características interpretativas na relação do corpo da mulher a partir de dois aspectos, que por momentos se intersectam, sendo esses aspectos: a) relações interpessoais de seu corpo com afetos familiares e sociais; e b) aspecto intrapessoal, peculiares aos afetos de seu corpo na relação maternidade, alinhados à extensão do olhar subjetivo que inclui perspectivas de si e com/para os outros (Brown, 2019; Goulart, 2019; Franco & Merhy, 2012). De início, apresenta-se a narrativa de uma das pesquisadas e destaca-se elementos interpretativos. A opção de trazer uma narrativa feminina ao estudo justifica-se na precariedade de relatos de experiências de recuperação por mulheres.

Narrativa E5- Eu fumo desde os 10, eu comecei com cigarro e a bebida, depois fui para maconha e depois para cocaína[...]. Quando você vê que não faz mais efeito dá você quer se afundar, eu só não cheguei a usar o crack, graças a Deus, daí eu decidi me internar, senão eu iria usar. A gente às vezes quer sair, a gente fala só por hoje, e mesmo assim às vezes fuma de novo, eu já falei muitas vezes não quero, e fumei mesmo acontecendo tudo isso dentro de casa (referindo-se à doença da sua mãe) eu nunca quis fazer o tratamento, adicto tenta dar o bolo, mentir né, é assim, daí eu acabei engravidando aos 14 anos. Engravidei e tive meu bebê. Ali eu parei depois que descobri no quarto mês, me deu enjojo, não suportava ver a droga. Mas depois que ele nasceu eu amamenteei até dois meses daí deu aquela vontade de voltar a fumar de novo, daí eu fui na esquina peguei um cigarro fui na outra esquina peguei a maconha depois a cocaína, aí eu vi que continuei a afundar de novo, minha família ficando com vergonha com desgosto de mim [...]. Hoje faz três meses que eu tô aqui, o que eu acho mais difícil para mim é tudo, e olha que eu já mudei muita coisa. Eu era agressiva, eu era arrogante, mesquinha, eu mesmo confesso, eu era muito agressiva, eu preciso trabalhar um monte de coisas e o mais difícil é conviver com os outros.

Eu não tenho o que reclamar, a comida é ótima, a Dona X é uma excelente coordenadora, dá o de bom e de melhor [...].

Mudei lá para a Cidade A (PR), foi lá que eu comecei, que eu fiz as coisas erradas, daí eu mudei de cidade para Cidade B (PR), mudei também porque já fui agredida pelo pai do meu filho, me bateu grávida, foi mais de uma vez. Daí eu mudei, tentei manter distância [...] não quero mais saber de droga, porque eu sei que se eu colocar uma droga na minha boca eu prefiro me matar do que colocar de novo, porque eu não quero fazer tudo que eu fiz de errado de novo, fazer minha família sofrer de novo [...] eu já saí de lá mesmo porque com as companhias que eu tinha lá eu só estava me afundando, e... eu não contei para senhora, mas agora que tô me sentindo melhor eu vou contar, eu cheguei até a me prostituir. Mas não pela droga, pela necessidade de ter [...] as coisas.

Quando minha mãe descobriu foi o pior, ai meu Deus do céu... (sentimento de vergonha, lágrimas) [...] olha eu vou falar para a senhora eu acho que eu me prostitui uns três anos para comprar as coisas, olha essa calça aqui... eu comprei [...]. A gente não sente prazer ali é muito nojento é horrível, a gente quer ver o dinheiro [...] eu já cheguei traficar, mas minha mãe nunca ficou sabendo até hoje [...] quando você trafica você tem a droga quando você quiser né, o poder, o dinheiro [...].

Interpessoais: afetos e relações sociais e familiares

O aspecto da interpessoalidade evidencia os enfrentamentos à hierarquia de inferioridade do corpo da mulher em sua significação e (des)valorização nas relações sociais e familiares. Embora haja esforço das famílias, sobretudo das mães, para incentivar o tratamento, o corpo feminino permanece atravessado por estigmas e preconceitos, precarizando o apoio familiar às mulheres adictas (Weisner, 1993). Isso se manifesta na forte incredulidade quanto à recuperação dessas mulheres, que muitas vezes são vistas como “casos perdidos” — percepção compartilhada inclusive por elas mesmas.

E2- dificilmente a família olha com o mesmo cuidado que olha para os homens para as mulheres [...] a família tem mais dificuldade de ver isso referente às mulheres é um tema quase tabu, por ser tabu, as coisas ficam veladas [...] para mulher assumir que ela faz uso da substância isso é muito mais difícil. [...] E4- “não falta gente para julgar [...]” “os outros julgam né, às vezes eu tenho vontade de dar um murro na cara, juro de verdade eu tenho muita raiva, muita [...] somos vistas como lixo”.

As narrativas evidenciam o sofrimento causado pelos julgamentos sociais atribuídos ao corpo feminino. As pressões relacionadas às “responsabilidades sociais” — ser boa mãe, esposa, profissional — recaem sobre as mulheres, e o sentimento de fracasso diante dessas expectativas pode levar ao uso de substâncias como forma de aliviar a dor. O sofrimento, assim, não se limita ao corpo individual, mas atravessa relações sociais e familiares, afetando inclusive quem nunca usou substâncias, tornando-se uma experiência subjetiva compartilhada, como apontam Lander, Howsare & Byrne (2013).

E4- (entre lágrimas) Eu passei mais de uma semana fora de casa [...] eu ficava na rua me drogando, esquecia da minha família [...] me mataria [...] eu voltaria para minha casa, tentaria conversar com a minha mãe e ver se ela poderia me ajudar, minha mãe já tentou me ajudar várias vezes.

Embora as famílias tentem ajudar, observa-se o silenciamento da figura paterna e a sobrecarga nas mães quanto ao incentivo ao tratamento. A presença masculina aparece, em muitas narrativas, ligada à violência e exploração do corpo feminino. Como relata E5, foi necessário se afastar do companheiro para buscar tratamento. Isso revela a recorrência da violência física e simbólica sobre os corpos das mulheres, que enfrentam o sofrimento do deslocamento para romper com espaços de opressão e ressignificar suas vidas em novos territórios de (re)socialização.

Outra desigualdade está no fato de que “*difícilmente a família olha com o mesmo cuidado que olha para os homens para as mulheres[...] a família tem mais dificuldade de ver isso referente às mulheres é um tema quase tabu, por ser tabu, as coisas ficam veladas*” – E2. Isto confirma a perspectiva de Weisner (1993) quanto ao menor apoio familiar entre os casos das mulheres.

Adicionalmente, outra demanda identificada decorre da pressão social vivenciada de modo desigual pelas mulheres. As mulheres muitas vezes são estigmatizadas mesmo antes do uso das drogas, sobre suas “responsabilidades sociais” (cuidar da casa, ter um relacionamento, ser uma boa esposa, mãe dedicada e amorosa, profissional qualificada, sucesso profissional), colocando-as sob pressão e cobranças. Quando algumas das suas dimensões não conseguem sucesso, elas se culpam. Assim, quando não conseguem alcançá-las, muitas sofrem, pois se sentem fracassadas pela pressão social inculcada. Logo, o uso das substâncias para aliviar o problema passa a ser direcionado para esse vácuo.

E2- [...] existe uma carga muito grande sobre a mulher hoje, que ela não dá conta, porque é humanamente impossível, então ela acha como possibilidade, como subterfúgio, como caminho para sua dor, o uso da substância e daí ela entra numa condição muito pior, então assumir isso que no senso comum é dizer “não dá conta e ainda é drogada” isso é muito difícil para mulher[...].

O estigma e as representações sociais sofridas são dolorosos. As mulheres entrevistadas comentam que são muitos os julgamentos, “*não falta gente para julgar [...]*” “*ah, mas os outros julgam né, às vezes eu tenho vontade de dar um murro na cara, juro de verdade eu tenho muita raiva, muita*” –E5. Termos pejorativos como drogada, entre outros revelam o desprezo, “somos vistas como lixo”, menciona a entrevistada E5.

Mesmo quando vencem essas barreiras e procuram ajuda, dificuldades também foram identificadas no processo terapêutico. Uma das maiores dificuldades relatadas pelas entrevistadas e mesmo pela coordenadora da CT está na convivência. A proposta das CTs compreende que a vida na comunidade interna auxilie um processo de aprendizagem social subjetiva, na qual experiências contrárias a seus desejos precisam ser vivenciadas para que sejam desenvolvidas individualmente a maturidade, como lidar com desejos e impulsos com bom senso e moderação. Mudanças de aspectos subjetivos do comportamento são trabalhados, como ponderar o impacto de seu próprio comportamento e atitudes sobre os outros; ser capaz de ver eventos, pessoas e a si mesmo como

realmente são e mostrar-se disposto a confrontar em vez de evitar ou fugir deles; e incorporar princípios comportamentais e integração social, produzindo, assim, potência para vida.

Por fim, entende-se que, quando integrados os programas que articulem educação e capacitação, estes contribuem para que as mulheres possam ocupar autonomia sobre seus corpos e não os ter hierarquizados pela dominação masculina e fragmentados por práticas como a prostituição e o tráfico, narradas pela entrevistada. A seguir, é tratado o aspecto intrapessoal.

Intrapessoais: relações de maternidade

O outro aspecto desta categoria se remete às relações intrapessoais, no qual se destacou a dimensão de maternidade do corpo da mulher sendo negligenciada. A profissional entrevistada relata que algumas mulheres justificam interromper o tratamento por não terem quem cuidar dos seus filhos. O mesmo aspecto é relatado por Allen (1995), ao identificar que as pesquisadas incluíam a responsabilidade pelo cuidado das crianças como uma das barreiras ao tratamento.

Quando questionada sobre a possibilidade de os filhos permanecerem com as mães durante o tratamento, a profissional comentou que para elas (mulheres em tratamento) seria bom, mas a casa não teria estrutura para atender. Contudo, nos casos de mulheres gestantes, elas podem iniciar o tratamento e, caso a criança nasça durante o período do tratamento, permanece junto à mãe na casa “*é muito bom quando tem criança na casa, fica até mimado demais, no colo de todo mundo*” –E3. Neste sentido, a demanda dos corpos maternos, não mais gestantes, são silenciados ao passo que não garante durante o tratamento a permanência da criança nas CTs. Logo, como comentam Collinson e Hall (2021, p. 426), a privação da mulher aos cuidados de seus filhos distanciam “ainda mais as mulheres dos recursos identificados como favoráveis à recuperação”.

Essa impossibilidade em atender e assistir uma demanda distinta ao corpo da mulher pode limitar as potencialidades do tratamento. Isso tendo em vista as contribuições que a maternidade implica às significações de sentido de vida para mulher, como narra a entrevistada E5, sobre seu distanciamento da substância durante a gravidez. Em consonância, Santos e Rezende (2020, p. 589-594) pontuam que “O sofrimento causado com a relação maternidade e cárcere evidenciou que a condição de mulher e mãe agrava ainda mais o enfrentamento feminino da privação da liberdade”. No mais, as mulheres ainda sofrem pela possibilidade de retirada da guarda dos filhos como tratam Andersson, Wincup, Best & Irving (2021).

Ghosh *et al.* (2023) sustentam que a maternidade deve ser incorporada às políticas de drogas a partir de uma perspectiva de direitos, cuidado integrado e sensibilidade de gênero, evitando respostas punitivas e promovendo proteção simultânea da mulher e da criança. Como reforça Melo (2018), há uma densidade da temática da maternidade nas narrativas das mulheres. E ainda, o sofrimento do impacto social ao corpo da mãe adicta com a sobreposição de dois tabus: o abuso de drogas e a “má mãe” que fragilizaria a reescrita do seu eu (Melo, 2018).

Defendemos, com base no aporte teórico e empírico, a tendência de ressignificações durante a gestação ou o desejo pela maternidade. Pondera-se a inclusão de uma agenda que fomente o direito da mulher de “maternar” durante o tratamento, respeitando integralmente os direitos da

criança. A maternidade traz potencial para mudanças e sentido à vida, podendo motivar a abstenção do uso de drogas, conforme pesquisas de Nordenfors e Höjer (2012) e Santos e Rezende (2020).

Contudo, cabe esclarecer que o marcador da maternidade foi destacado neste estudo em razão de sua recorrência nas análises empíricas. Isso não implica sua naturalização como dimensão essencial da condição feminina. Ao contrário, reconhece-se que as desigualdades de gênero operam de forma articulada a outros marcadores sociais, como raça, classe e território, produzindo experiências plurais e não generalizáveis. Assim, a maternidade é compreendida como uma experiência possível e não como essência do ser mulher, sendo atravessada por condições materiais, relações de poder e possibilidades concretas de querer e poder vivenciá-la.

ANÁLISE INTERPRETATIVA DO MODELO PROPOSTO

Com base no aporte teórico e dados empíricos, a Figura 2 apresenta um modelo integrador das categorias analíticas, que mostra como a transversalidade de gênero nas políticas públicas pode contribuir com ações integrativas, respeitando as particularidades do corpo da mulher.

Figura 2 - Subjetividade e transversalidade de gênero nas políticas públicas



FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

A Figura 2 sistematiza um modelo analítico que tenciona a perspectiva de uma igualdade discursiva e uma igualdade substantiva nas políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente no contexto da atenção às mulheres que sofrem Transtornos por Uso de Substâncias (TUS). O esquema organiza-se a partir de três níveis interdependentes: a) constituição e formulação normativa, b) implementação operacional e c) reconhecimento das demandas, mediados ou não por duas dimensões centrais: transversalidade de gênero e subjetividade.

No primeiro plano analítico, os níveis de análise não são mediados pelas dimensões de transversalidade e subjetividade. Assim, a afirmação de igualdade vinculada à constituição/formulação da política pública revela uma matriz universalista que, embora comprometida com a equidade em

termos normativos, opera sob uma lógica discursiva. Conforme assinala Goulart (2019), o distanciamento da subjetividade e da transversalidade de gênero tende a produzir políticas que afirmam igualdade, mas que se estruturam de forma homogeneizada. Neste sentido, ao se considerar a possibilidade de implementação operacional da política, o corpo é interpretado como território de expressão das relações de poder que refletem os efeitos dessas ações. A homogeneização representada na figura indica que, quando desprovida da transversalidade de gênero e do reconhecimento da subjetividade, a política tende a inscrever sobre os corpos padrões generalistas que desconsideram marcadores como gênero, classe, raça e outras vulnerabilidades associadas ao TUS que envolvem efeitos não apenas à usuária, mas também seus contextos familiares, o que exige respostas intersetoriais e diferenciadas (OMS, 1994, 2006). Nessa perspectiva, a neutralidade aparente converte-se em mecanismo de invisibilização das diferenças, resultando no silenciamento das demandas específicas dos corpos das mulheres.

No segundo plano analítico, os níveis de análise são mediados pelas dimensões da transversalidade de gênero e subjetividade, que representam a inflexão paradigmática proposta. Ao incorporar a subjetividade, a política pública ultrapassa a universalidade padronizada, reconhecendo experiências situadas e trajetórias marcadas por desigualdades estruturais da categoria de gênero. Goulart (2019) enfatiza que a subjetividade contribui para romper com processos uniformizantes, permitindo que a política seja formulada e implementada a partir das especificidades dos sujeitos, assegurando que o recorte de gênero deixe de ocupar posição periférica e passe a integrar o núcleo constitutivo da política pública.

Como resultado, a igualdade deixa de ser meramente declaratória e passa a ser construída pela afirmação das diferenças. No caso das mulheres com TUS, isso implica diretrizes que promovam atendimento integral, sensível às particularidades biológicas, psicossociais e contextuais que atravessam seus corpos, trajetórias, anseios e desejos de ser mulher. A política torna-se, assim, mais inclusiva e distintiva, permitindo que mulheres sejam efetivamente assistidas e asseguradas em seus direitos.

Em síntese, a figura propõe um maior desdobramento das reconfigurações epistemológicas das políticas públicas: da neutralidade homogeneizante à igualdade substantiva fundada no reconhecimento da diferença. Tal deslocamento é condição indispensável para a efetivação de políticas de saúde que respondam às múltiplas dimensões do TUS na vida das mulheres, articulando justiça social e cuidado integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo (re)conhecer demandas de atenção a mulheres que sofrem transtornos por uso de substâncias psicoativas, considerando a subjetividade e a transversalidade de gênero nas Políticas Públicas de tratamento e acolhimento, a partir dos espaços CAPS AD e Comunidade Terapêutica de Maringá-PR. Embora esses pontos da RAPS apresentem perspectivas distintas de tratamento/acolhimento, o foco não foi comparativo, mas compreender as diferentes ofertas de serviço que possibilitam atender demandas diversas e garantir autonomia para escolha

do tratamento quando este se torna disponível. Ressalta-se, contudo, que a maioria dos municípios brasileiros não dispõe de CAPS AD ou Comunidades Terapêuticas, o que amplia as desigualdades no acesso ao cuidado. A partir da análise realizada, foi possível identificar fragilidades nos processos de implementação das políticas, especialmente no que se refere à incorporação efetiva da transversalidade de gênero e ao reconhecimento das especificidades que atravessam o corpo e a trajetória das mulheres com TUS, alcançando, assim, o objetivo proposto pelo estudo.

O estudo contribuiu para evidenciar que, embora existam avanços normativos nas políticas públicas voltadas à saúde da mulher, tais avanços ainda se apresentam de forma isolada e pouco integrada na prática dos serviços. As reflexões foram organizadas em três categorias analíticas centrais, nas quais se identificaram proximidades e distanciamentos quanto à sensibilidade de gênero nas principais políticas e atos normativos, bem como barreiras interpessoais e intrapessoais que dificultam a busca e a continuidade do tratamento. No plano interpessoal, destacaram-se as pressões decorrentes de estigmas e representações sociais direcionadas às mulheres usuárias. No plano intrapessoal, evidenciaram-se as implicações da maternidade, sobretudo o distanciamento do binômio mãe-filho e a ausência de alternativas institucionais que possibilitem a manutenção desse vínculo ao longo do tratamento, mesmo diante da expressão do desejo da paciente. Ademais, observou-se a reduzida participação feminina na busca e adesão aos serviços, o que reforça a necessidade de redefinir estratégias de acolhimento sensíveis às especificidades do cuidado às mulheres com TUS.

Aprendeu-se, a partir da pesquisa, que a neutralidade tende a produzir homogeneizações que silenciam demandas específicas, tornando imprescindível a incorporação da subjetividade e da transversalidade de gênero como dimensões constitutivas das políticas públicas. Nesse sentido, o estudo oferece contribuições teóricas ao aprofundar a discussão sobre o corpo feminino como território de expressão das relações de poder nas políticas de saúde, e contribuições práticas ao apontar lacunas na organização dos serviços que impactam diretamente a adesão e continuidade do tratamento. Ao evidenciar tais aspectos, o artigo busca colaborar para a desconstrução de desigualdades de gênero na interface das políticas públicas e alertar gestores e profissionais quanto à necessidade de maior sensibilidade na implementação das ações.

Entre as limitações, reconhece-se o número reduzido de entrevistas, destaca-se a impossibilidade de entrevistas com mulheres em tratamento no CAPS AD e a ausência de representantes dos serviços de assistência social. Contudo, o objetivo nunca foi propor generalizações estruturais, mas sim explorar sentidos e percepções produzidos no contexto investigado, contribuindo para o debate qualitativo sobre o tema. Como agenda futura, sugere-se ampliar a investigação para outros componentes da Rede de Atenção Psicossocial, incorporar diferentes perfis de mulheres em suas diversidades e aprofundar análises sobre estratégias que favoreçam a adesão ao tratamento, especialmente no que concerne à manutenção de vínculos familiares e à superação de barreiras estigmatizantes. Espera-se, por fim, que o estudo potencialize práticas de olhares mais sensíveis ao gênero, fortalecendo relações de cuidado, afeto e reconhecimento às mulheres que sofrem transtornos por uso de substâncias.

REFERÊNCIAS

- Allen, K. (1995). Barriers to treatment for addicted African-American women. *Journal of the National Medical Association*, 87(10),751.
- Andersson, C., Wincup, E., Best, D. & Irving, J. (2021). Gender and recovery pathways in the UK. *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 28(5),454-464.
- Azevedo, C. S. (2013). A Sociedade Contemporânea e as Possibilidades de Construção de Projetos Coletivos e de Produção do Cuidado nos Serviços de Saúde. In: Azevedo C. S. & Sá, M. C. (Orgs.). *Subjetividade, gestão e cuidado em saúde: Abordagens da psicossociologia*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 49-72.
- Baptista, G. C. (2012). Análise de políticas públicas, subjetividade e poder: matrizes e intersecções teóricas. *Psicol. USP*, São Paulo, 23 (1),45-67.
- Bastos, F. I & Bertoni, N. (2014). (Org). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ.
- Bastos, L. C. & Biar, L. A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 31 (SPE),97-126.
- Bastos, F. I. P. M. et al. (Org.). (2017). *III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT.
- Blume, S.B. & Zilberman, M.L. (2004). Women: clinical aspects. In: Lowison, J., Ruiz P., Millman, R. B. et al. (Eds.). *Substance abuse: a comprehensive textbook*. 4th ed. Lippincott Williams & Wilkins,1049-64.
- Borba, L. O. et al. (2012). Assistência em saúde mental sustentada no modelo psicossocial: narrativas de familiares e pessoas com transtorno mental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 46 (6),1406-1414.
- Brasil. Ministério Da Saúde. (2004). *Saúde Mental no Sus: Os centros de atenção psicossocial*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde.
- Brown, S. R. (2019). Subjectivity in the human sciences. *The Psychological Record*, 69(4),565-579.
- Cambuí, H. A., Neme, C. M. B. & Abrão, J. L. F. (2016). A constituição subjetiva e saúde mental: contribuições winnicottianas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 19(1), 131-145.
- Carvalho, D. & Meirinho, D. (2020). O quesito cor/raça: desafios dos indicadores raciais de mortalidade materna como subsídio ao planejamento de políticas públicas em saúde. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, 14 (3),656-680.
- Caywood, K. & Darmstadt, G. L. (2024). Gender mainstreaming at 25 years: Toward an inclusive, collaborative, and structured research agenda. *Journal of Global Health*, 14:04011. <https://doi.org/10.7189/jogh.14.04011>
- Collinson, B. & Hall, L. (2021). The role of social mechanisms of change in women's addiction recovery trajectories. *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 28(5), 426–436. <https://doi.org/10.1080/09687637.2021.1929077>
- Cruz, M. S. & Ferreira, S. M. B. (2014) A rede de saúde na assistência para pessoas com dependência de álcool e outras drogas: das UBS e CAPS-AD aos hospitais gerais e hospitais psiquiátricos. In: *Modalidades de tratamento e encaminhamento: módulo 6*. – 7. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Decreto nº 5.912 de 27 de setembro de 2006. (2006) Regulamenta a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5912.htm
- Decreto nº 9.791 de 11 de abril de 2019 (2019). Aprova a Política Nacional sobre Drogas. *Diário Oficial da União*. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-761-de-11-de-abril-de-2019-71137316>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14(4),532-550.
- Elbreder, M. F. et al. (2008). Perfil de mulheres usuárias de álcool em ambulatório especializado em dependência química. *J. bras. psiquiatr.*, Rio de Janeiro,57(1).
- Farah, M. F. S. (2004). Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 47-71.
- Farah, M. F. S. et al. (2018). Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). *Cadernos EBAPE.BR*, 16(3),428-443.
- Ferreira, L. O. (2013). Health and Gender Relations: a reflection on the challenges for the implementation of public policies for health care for indigenous women. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 1151-1159.

- Fontes, A. M. M. & Marcondes, L. M. A. (Orgs.). (2005). *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf
- Fracasso, L. (2014). Tratamento de pessoas dependentes de substâncias psicoativas em Comunidades Terapêuticas. In: *Modalidades de tratamento e encaminhamento*: módulo 6.–7. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Franco, T. B & Merhy, E. E. (2012). Cartografias do Trabalho e Cuidado em Saúde. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 6(2),151-163.
- Ghosh, A., Jerkovic, D., Ignjatova, L. A., Bruguera, C., Ibrahim, D. I., Okulicz-Kozaryn, K., Maphisa, J. M., Martinnelli, T. F., Neto, A., Canedo, J. & Gordon, R. (2023). Drug policies' sensitivity towards women, pregnancy, and motherhood: A content analysis of national policy and programs from nine countries and their adherence to international guidelines. *Addiction Science & Clinical Practice*, 18(1). <https://doi.org/10.1186/s13722-023-00410-0>
- Goulart, D. M (2019). *Subjetividade e saúde mental crítica: lições do Brasil*. Routledge.
- Greenfield, S. F. et al. (2007). Substance abuse treatment entry, retention, and outcome in women: A review of the literature. *Drug and Alcohol Dependence*, 86(1),1–21.
- IPEA. (2017). Nota técnica. *Perfil das comunidades terapêuticas brasileiras*. n. 21, mar. 2017.
- Jansen, M., Meyer, D. E. E. & Felix, J. (2017). Mulheres usam substâncias psicoativas? atravessamentos de gênero na política de redução de danos no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 17(38),90-104.
- Lander, L., Howsare, J. & Byrne, M. (2013). O impacto dos transtornos por uso de substâncias em famílias e crianças: da teoria à prática. *Serviço social em saúde pública*, 28(3-4), 194-205.
- Lei nº 11.343, de agosto de 2006. (2006). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm
- Lei nº 13.840, de 5 de julho de 2019 (2019). Nova Lei de Drogas. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm
- Lopes, F. J. O. (2016). Drogas e trabalho: considerações sobre atenção a trabalhadores usuários de drogas. *CADERNOS de Psicologia Social do Trabalho*, 19(2), 209-220.
- Melo, R. V. (2018). O Cuidado das mulheres na dependência química. *Comunidades terapêuticas*, 121. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9461>
- Ministério da Saúde (2003). *A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília, DF, 2003 https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_atencao_alcool_drogas.pdf
- Ministério da Saúde. (2004). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília, DF, 2004. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf
- Ministério da Saúde. (2004a). Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasisus_2004.pdf
- Miranda, L. (2013). Criatividade e trabalho em Saúde: contribuições da teoria winnicottiana. In: Azevedo, C. S. & Sá, M. C. (Orgs.). *Subjetividade, gestão e cuidado em saúde: Abordagens da psicossociologia*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ,86-114.
- Monitoramento e Acompanhamento. PNAISM. (2015). Ministério da Saúde. https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/450_4.pdf
- Nelson-Zlupko, L., Kauffman, E. & Dore, M. M. (1995). Gender differences in drug addiction and treatment: Implications for social work intervention with substance-abusing women. *Social work*, 40(1),45-54.
- Nicholson et al. (1994). The relation between meaning in life and the occurrence of drug abuse: a retrospective study. *Psychology of addictive behaviors*. 8,24-28.
- Nordenfors, M. & Höjer, I. (2012). *Kvinnors erfarenheter av stöd från Mödra-Barnhälsovårdsteamet i Haga*. FoU i Väst.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. (1994). *Glossário de termos de álcool e drogas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. https://sgmd.nute.ufsc.br/content/sgmd-resources-conselheiros/ebook/medias/pdf/Glossario_alcool_drogas.compressed.pdf
- OMS. Organização Mundial da Saúde. (2006). *Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas*. São Paulo: Roca https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42666/9788572416665_por.pdf;jsession
- ONU DC. United Nations Office on Drugs and Crime (2016). Resolution 59/5: Mainstreaming a gender perspective in drug-related policies and programmes (Commission on Narcotic Drugs). https://www.unodc.org/documents/commissions/CND/CND_Sessions/CND_59/Resolution_59_5.pdf
- ONU DC. United Nations Office on Drugs and Crime (2017). *World Drug Report*.
- ONU DC. United Nations Office on Drugs and Crime (2022). *World Drug Report*.

- Portaria nº 336, de fevereiro de 2002. (2002). Estabelecer que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html
- Portaria nº 2.197, de 14 de outubro de 2004. (2004). Redefine e amplia a atenção integral para usuários de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências. Ministério da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2197_14_10_2004.html
- Portaria nº 1.190, de 4 de junho de 2009. (2009) Institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009-2010) e define suas diretrizes gerais, ações e metas. Ministério da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1190_04_06_2009.html
- Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (2011). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de Crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Portaria nº 130, de 26 de janeiro de 2012. (2012). Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0130_26_01_2012.html
- Portaria nº 3588, de dezembro de 2017. (2017). Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Ministério da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html
- Portaria interministerial nº 2 de dezembro de 2017. (2017). Institui Comitê Gestor Interministerial. Ministério da Justiça e Segurança Pública. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1286090
- Redmond, ML, Smith, S. & Collins, TC (2020). Explorando as experiências de mulheres afro-americanas com o tratamento do uso de substâncias: uma revisão da literatura. *Jornal de psicologia comunitária*, 48 (2),337-350.
- Reed, B. G. (1985). Drug misuse and dependency in women: The meaning and implications of being considered a special population or minority group. *International Journal of the Addictions*, 20(1),13-62.
- Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 (2015). Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas. Ministério da Justiça e Segurança Pública. https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/421/3/RES_CONAD_2015_1.html
- Rodrigues, T. F. C. S. et al. (2019). Aumento das internações por uso de drogas de abuso: destaque para mulheres e idosos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 68(2), 73-82,2019.
- Ritchie, J., Lewis, J. & El Am, G. (2003). Designing and selecting samples. In: Ritchie, J.; Lewis, J. (Ed.). (2003). *Qualitative research guide: a guide for social science students and researchers*. Sage,77-108.
- Sá, M. C., Azevedo, C. S. (2013). Subjetividade e gestão: explorando as articulações psicossociais no trabalho gerencial e no trabalho em saúde. In: Azevedo, C. S. & Sá, M. C. (Orgs.). *Subjetividade, gestão e cuidado em saúde: Abordagens da psicossociologia*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ,30-48.
- Santos, B. R. & Rezende, V. A. (2020). Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. *Cadernos EBAPE. BR*, 18,583-594.
- Silveira, M. L (2004). Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher,65-76.
- Souto, K. M. B. (2008). A política de atenção integral à saúde da mulher: uma análise de integralidade e gênero. *Ser social*, 10(22), 161-182.
- Souto, K. & Moreira, M. R. (2021). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde em Debate*, 45, 832-846.
- Tuchman, E. (2010). Women and addiction: the importance of gender issues in substance abuse research. In *Women, Children, and Addiction* (pp. 23-34). Routledge.
- Villar, N. L. & Santos, M. P. G. D. (2018). Sexualidade e relações de gênero nas comunidades terapêuticas: notas a partir de dados empíricos. *Comunidades terapêuticas*,101.
- Viotti, M. L. R. (1995). Declaração do Brasil na IV Conferência Mundial sobre a Mulher. In *Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher*. Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Organização das Nações Unidas. https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10971/1/declaracao_4_conferencia_mundial_mulher.pdf

- Walby, S. (2005). Gender mainstreaming: Productive tensions in theory and practice. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 12(3), 321–343. <https://doi.org/10.1093/sp/jxi018>
- Weisner, C. (1993). Toward an alcohol treatment entry model: A comparison of problem drinkers in the general population and in treatment. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 17(4), 746-752
- WHO. World Health Organization. (2023). *International statistical classification of diseases and related health problems* (11th. ed.). <https://icd.who.int/en>